



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 025

SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/82 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS.

— Projeto de Lei da Câmara nº 11/82 (nº 4.805/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóveis que menciona.

— Projeto de Lei da Câmara nº 12/82 (nº 2.340/79, na Casa de origem), que institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 13/82 (nº 204/79, na Casa de origem), que fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/82-Complementar (nº 263/82, na Casa de origem), que altera a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece os casos de inelegibilidades.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 20/82, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, que altera o § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Considerações sobre dados constantes da Mensagem do Senhor Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional na instalação da presente sessão legislativa, na parte referente ao *superavit* de nossa balança comercial.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 44/82, de autoria do Sr. Senador Luiz Viana e outros Srs. Senadores solicitando seja inserto em ata um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Vasco Azevedo Filho. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Luiz Viana.

1.2.5 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Princípios que nortearão o PT em sua ação política. Trabalho de S. Exª sobre a Previdência Social.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Reparos a noticiário de órgão da imprensa, sobre o voto de S. Exª no Senado, quando da apreciação do nome do Sr. Alfredo Buzaid para o cargo de Ministro do STF.

SENADOR JORGE KALUME — Mensagem dirigida por S. Exª ao Senhor Presidente da República, de apoio à conclamação do Chefe do Governo para o combate à escalada da pornografia e da obscenidade que vem ocorrendo no País. Pronunciamento do Senhor Presidente da República alusivo ao terceiro ano de seu Governo.

SENADOR LEITE CHAVES — Retificação de noticiário da imprensa, atinente a discurso proferido por S. Exª no Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Declaração do Recife, lançada na oportunidade da instalação do Comitê Eleitoral do Senhor Marcos Freire.

SENADOR AFFONSO CAMARGO — Carta aberta do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, a propósito da morosidade que vem ocorrendo na regulamentação da aposentadoria especial dos professores.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 21/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que inclui na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASAs, um representante dos produtores de cada Estado.

— Projeto de Lei do Senado nº 22/82, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que institui correção monetária nas indenizações dos representantes comerciais autônomos, estabelece o foro de sua residência nas ações perante a justiça comum e presume a exclusividade de zona de representação.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81-Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do Direito Tributário, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. *Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 35/82.*

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Aposentadoria do Ministro Álvaro Peçanha Martins, do Tribunal Federal de Recursos.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Potencialidade hidrelétrica do País.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Situação em que se encontra o Hospital Geral de Cuiabá, em decorrência dos atrasos, pelo INAMPS, no pagamento dos serviços prestados.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Projeto de lei elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases, de forma a tornar opcionais para o estudante e para a escola os cursos profissionalizantes do 2º grau, atualmente obrigatórios.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Considerações sobre a importação de produtos supérfluos e os que possuem similar nacional.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Crise da Previdência Social.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 20ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projetos de Decreto Legislativo nºs 18/81; 21/80; 10, 16, 20, 23 e 34/81 (redações finais); e Projeto de Lei da Câmara nº 45/80.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 41/81 (nº 2.443/79, na Casa de origem), que altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências. *Discussão encerrada*, voltando às comissões competentes em virtude de recebimento de emenda em plenário.

— Projeto de Lei do Senado nº 105/79, do Sr. Senador Amaral Furlan, que define consequências do concubinato. *Aprovado*, em primeiro turno, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Leite Chaves, Nelson Carneiro e José Fragelli.

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Humberto Lucena, proferidos na sessão de 17-3-82.

— Do Sr. Senador José Lins, proferido na sessão de 17-3-82.

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 19ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILVAN ROCHA E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Bernardino Viana — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Affonso Camargo — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Paulo Brossard — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 1982

(Nº 4.608/81, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com patrimônio próprio e personalidade de direito público, nos termos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com sede e

foro na cidade de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul, e com o objetivo de ministrar ensino em grau superior.

Parágrafo único. A Fundação Universidade das Missões reger-se-á por estatuto aprovado por decreto do Presidente da República.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do Ensino Superior

Art. 4º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados, constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações.

Art. 5º A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente.

Parágrafo único. A aprovação dos regimentos das unidades universitárias passará à competência da Universidade quando esta dispuser de Regimento Geral aprovado na forma deste artigo.

Art. 7º As universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento.

Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, consti-

tuindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Art. 11 As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

CAPÍTULO V Disposições Transitórias

Art. 52 As atuais universidades rurais, mantidas pela União, deverão reorganizar-se de acordo com o disposto no art. 11 desta Lei, podendo, se necessário e conveniente, incorporar estabelecimentos de ensino e pesquisa também mantidos pela União, existentes na mesma localidade ou em localidades próximas.

Parágrafo único. Verificada, dentro de doze meses, a partir da data de publicação desta Lei, a juízo do Conselho Federal de Educação, a impossibilidade do disposto neste artigo, as universidades rurais serão incorporadas às federais existentes na mesma região.

DECRETO-LEI Nº 842, DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Altera a redação do art. 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, decretam:

Art. 1º É alterado o art. 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“A autorização para funcionamento e reconhecimento de Universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente.”

(*À Comissão de Educação e Cultura.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1982

(Nº 4.805/81, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóveis que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a doar ao Sindicato Rural de Jaguaquara, no Estado da Bahia, imóveis de sua propriedade, constituídos pelos lotes rurais nº 53 e Sede, medindo 21,7475 ha. (vinte e um hectares, setenta e quatro ares e setenta e cinco centiares) e 10,7206 ha. (dez hectares, setenta e dois ares e seis centiares) respectivamente, localizados no ex-Núcleo Colonial de Jaguaquara, no Município do mesmo nome, com área total de 32,4681 ha. (trinta e dois hectares, quarenta e seis ares e oitenta e um centiares).

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes limites e confrontações: lote nº 53 — ao norte, com terras de Octávio Vaz; a este, com terras de Artur Piropo; ao sul, com o lote nº 14 e a oeste, com o lote nº 10; lote Sede — ao norte, com os lotes nºs 23 e 24 e Fazenda Gameleira; a este, com o lote nº 22 e terras de Acúrcio Vaz; ao sul, com o lote nº 4; e a oeste, com o lote nº 3.

Art. 2º O donatário manterá, nas áreas a que se refere o artigo anterior, serviços assistenciais e atividades de interesse público.

Art. 3º A doação efetivar-se-á mediante termo a ser lavrado em livro próprio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, revertendo os lotes ao patrimônio do doador se a eles for dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta lei, sem que ao donatário assista direito a qualquer indenização.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 219, DE 1981

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura o anexo projeto de lei

que “autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar os imóveis que menciona”.

Brasília, 15 de junho de 1981. — João Figueiredo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 51, DE 26 DE MAIO DE 1981, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a efetivar a doação de uma área de 32,4681 ha (trinta e dois hectares, quarenta e seis ares e oitenta e um centiares) ao Sindicato Rural de Jaguaquara, no Estado da Bahia, para ser utilizada em atividade de treinamento de pessoal do meio rural e como campos experimentais voltados para a agricultura.

A medida foi objeto de deliberação do Conselho de Diretores daquela autarquia, através da Resolução nº 182, de 17 de novembro de 1980, que autorizou a doação da área referida.

Convém salientar, por oportuno, que, consoante entendimento da douta Consultoria Geral da República — Parecer nº H-525/67, a desvinculação de bens do patrimônio das entidades autárquicas somente poderá efetivar-se mediante autorização legislativa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito. — *Ângelo Amaury Stábile.*

(*As Comissões de Assuntos Regionais e de Finanças.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 1982

(Nº 2.340/79, na Casa de origem)

Institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam tombadas as estações terminais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei, tomará as providências necessárias para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inscreva os referidos bens nos Livros de Tombo, conforme disposto no art. 4º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1967

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio histórico e artístico nacional

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico brasileiro depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;

2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;

3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II Do Tombamento

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras;

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente a pessoa natural ou a pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

(As Comissões de Educação e Cultura e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1982 (Nº 204/79, na Casa de origem)

Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os veículos automotores licenciados no território nacional deverão obedecer aos seguintes níveis máximos de ruído:

I — veículos de passageiros e de uso misto, inclusive motonetas, motocicletas e bicicletas com motor auxiliar, 84 decibéis — dB.(A);

II — veículos de carga, inclusive ônibus, máquinas agrícolas de tração, veículos de uso industrial e similares:

a) até 185 cv.: 89 decibéis — dB.(A);

b) acima de 185 cv.: 90 decibéis — dB.(A).

Parágrafo único: As buzinas e equipamentos similares, originais ou acessórios, obedecerão ao índice máximo de 90 decibéis.

Art. 2º Excluem-se dos limites estabelecidos no artigo anterior os veículos destinados a competições esportivas, mediante autorização das autoridades competentes.

Art. 3º Na aferição dos índices de ruídos a que se refere o art. 1º desta lei serão utilizadas as normas fixadas na Recomendação R. 362 — Acústica, da International Standards Organization — ISO.

Art. 4º Os veículos equipados com peças e acessórios que produzam sons ou ruídos, e que não constituam equipamentos originais de fábrica, somente poderão circular se as referidas peças e acessórios tiverem estampado o número do respectivo certificado liberatório.

§ 1º O certificado liberatório será requerido pelos fabricantes, seus distribuidores ou concessionários exclusivos, mediante a exibição de dois exemplares do produto sujeito a liberação, que se fará acompanhar de laudo resultante do teste de aferição realizado por entidade oficial.

§ 2º Somente após a concessão do certificado admitir-se-ão à produção e a comercialização dos acessórios a que se refere esse artigo.

Art. 5º Os veículos equipados com peças e acessórios liberados nos termos desta lei, somente poderão ser apreendidos quando comprovada a sua adulteração ou a inobservância de suas normas e características de cons-

trução de que resulte a inobservância dos níveis de ruído previsto no art. 1º desta lei.

§ 1º Apreendido o veículo na forma prevista neste artigo, far-se-á a sua entrega ao proprietário respectivo, no prazo de 24 horas a contar da apresentação do resultado da aferição efetuada nos termos do art. 3º desta lei.

§ 2º Comprovada a infração dos níveis previstos no art. 1º desta lei, somente se fará a liberação do veículo apreendido depois do pagamento das multas previstas na legislação em vigor e da substituição, por conta do proprietário ou possuidor do veículo, das peças ou acessórios adulterados ou deteriorados.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975

Dispõe sobre o controle da poluição no meio ambiente provocada por atividades industriais. (DO de 14-8-75.)

Art. 1º As indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional são obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente.

Parágrafo único. As medidas a que se refere este artigo serão definidas pelos órgãos federais competentes, no interesse do bem-estar, da saúde e da segurança das populações.

Art. 2º Compete exclusivamente ao Poder Executivo Federal, nos casos de inobservância do disposto no art. 1º deste decreto-lei, determinar ou cancelar a suspensão do funcionamento de estabelecimento industrial cuja atividade seja considerada de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional.

Art. 3º Dentro de uma política preventiva, os órgãos gestores de incentivos governamentais considerarão sempre a necessidade de não agravar a situação de áreas já críticas, nas decisões sobre localização industrial.

Art. 4º Nas áreas críticas, será adotado esquema de zoneamento urbano, objetivando, inclusive, para as situações existentes, viabilizar alternativa adequada de nova localização, nos casos mais graves, assim como, em geral, estabelecer prazos razoáveis para a instalação dos equipamentos de controle da poluição.

Parágrafo único. Para efeito dos ajustamentos necessários, dar-se-á apoio de Governo, nos diferentes níveis, inclusive por financiamento especial para aquisição de dispositivos de controle.

Art. 5º Respeitado o disposto nos artigos anteriores, os Estados e Municípios poderão estabelecer, no limite das respectivas competências, condições para o funcionamento de empresas de acordo com as medidas previstas no parágrafo único do art. 1º

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO Nº 76.389, DE 3 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial, de que trata o Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências.

Art. 1º Para as finalidades do presente decreto, considera-se poluição industrial qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de energia ou de substância sólida, líquida ou gasosa, ou combinação de elementos despejados pelas indústrias, em níveis capazes, direta ou indiretamente, de:

I — prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II — criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III — ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art. 2º Os órgãos e entidades gestores de incentivos governamentais, notadamente o CDI, a SUDENE, SUDAM e bancos oficiais, considerarão explicitamente, na análise de projetos, as diferentes formas de implementar política preventiva em relação à poluição industrial, para evitar agravamento da situação nas áreas críticas, seja no aspecto de localização de novos empreendimentos, seja na escolha do processo, seja quanto à exigência de mecanismos de controle ou processos antipoluintivos, nos projetos aprovados.

Art. 3º A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, — órgão do Ministério do Interior, proporá critérios, normas e padrões, para o território nacional, de preferência em base regional, visando a evitar e a corrigir os efeitos danosos da poluição industrial.

Parágrafo único. No estabelecimento de critérios, normas e padrões acima referidos, será levada em conta a capacidade auto-depuradora da água, do ar e do solo, bem como a necessidade de não obstar indevidamente o desenvolvimento econômico e social do País.

Art. 4º Os Estados e Municípios, no limite das respectivas competências, poderão estabelecer condições para o funcionamento das empresas, inclusive quanto à prevenção ou correção da poluição industrial e da contaminação do meio ambiente, respeitados os critérios, normas e padrões fixados pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Observar-se-á sempre, no âmbito dos diferentes níveis de Governo, a orientação de tratamento progressivo das situações existentes, estabelecendo-se prazos razoáveis para as adaptações a serem feitas, e, quando for o caso, proporcionando alternativa de nova localização, com apoio do setor público.

Art. 5º Além das penalidades definidas pela legislação estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à prevenção ou correção dos inconvenientes e prejuízos da poluição do meio ambiente sujeitará os transgressores:

a) à restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público;

b) à restrição de linhas de financiamento em estabelecimentos de créditos oficiais;

c) à suspensão de suas atividades.

Parágrafo único. A penalidade prevista na letra c do artigo anterior é da competência exclusiva do Poder Público Federal, nos casos previstos no art. 10 deste decreto.

Art. 6º A suspensão de atividades, prevista no art. 5º deste decreto, será apreciada e decidida no âmbito da Presidência da República, por proposta do Ministério do Interior, ouvido o Ministério da Indústria e do Comércio.

(As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Economia.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1982 — COMPLEMENTAR (Nº 263/82, na Casa de origem)

Altera a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece os casos de inelegibilidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os dispositivos da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, abaixo indicados, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º —

I —

II —

III —

a)

b)

1 —

2 — os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição.

V —

a)

b)

c)

d) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado ou Território, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição.

VI —

a)

b) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado ou Território, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º São inelegíveis:

III — para Governador e Vice-Governador:

b) em cada Estado:

1. o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção do Governador ou do Interventor Federal ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao prefeito, os haja substituído;

2. os que não possuam domicílio eleitoral no Estado, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

V — para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados:

d) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado ou Território, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição,

VI — para as Assembleias Legislativas:

b) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1982

“Altera o § 1º do Art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do Art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 651.

§ 1º “Quando for parte no dissídio agente ou viajante, é competente a junta da localidade onde o empregador tiver seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado à agência ou filial, ou ainda, sempre que estiver o mesmo domicílio próximo ou no local onde exercer suas atividades, caso em que será competente a junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial, ou ainda o domicílio do empregado”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A redação atual do § 1º do Art. 651 da Consolidação das leis do Trabalho vem prejudicando sobremaneira a faixa de empregados economicamente mais pobres, visto que o empregador, ao requerer a competência da junta onde ele tenha domicílio, retira do empregado o direito de ser assistido pelo seu sindicato, além de onerá-lo com despesas de locomoção, hospedagem, etc.

O problema é mais sério porque, na maioria das vezes, o empregado se encontra desempregado.

Acresce que, recentemente, o Ministério do Trabalho, através da douta Comissão de Enquadramento Sindical — Processo MTb nº 328.556/75, resolução publicada, DOU de 3-11-77, pág. 14812, Seção I — Parte I, decidiu por unanimidade, “que é devido ao recolhimento da contribuição sindical, a favor da entidade sindical, representativa na base onde o empregado exerce a sua função e não é registrado”.

A presente proposição uma vez aprovada, virá beneficiar milhões de trabalhadores brasileiros, razão por que esperamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 18 de março de 1982. — Henrique Santillo.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 651. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1º Quando for parte no dissídio agente ou viajante, é competente a Junta da localidade onde o empregador tiver o seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado a agência, ou filial, caso em que será competente a Junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial.

**RESOLUÇÃO A QUE SE REFERE O AUTOR DO
PROJETO EM SUA JUSTIFICAÇÃO**

MTb — 328.556/75

RESOLUÇÃO

Vistos e relatados os presentes autos, encaminhados pela DRT/GB, nos quais a firma Produtos Farmacêuticos Millet Roux Ltda. consulta, para dirimir dúvidas a respeito do recolhimento de contribuição sindical dos empregados contratados pela Matriz à qual permanecem vinculados e que paga seus ordenados, prestam serviços em outros Estados da Federação onde a consulente não tem filiais, mas meros escritórios para relações públicas, exercendo uns as funções de vendedores e outros com serviços internos. Considerando que a dúvida levantada não é de fato de enquadramento sindical, como bem afirmou a DRT/RJ, e sim de empregados registrados na Matriz e que exercem suas funções em outros Estados; considerando que a contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 da CLT, como bem afirma o art. 579 do diploma consolidado; considerando entretanto que Vendedores-Viajantes, Propagandistas de Produtos Farmacêuticos (propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos) são categorias diferenciadas, e como tal vinculam à entidade sindical pela função exercida e não pela atividade da empresa; considerando o que mais dos autos consta, resolve a Comissão do Enquadramento Sindical, em sessão ordinária, por unanimidade, de acordo com o parecer do Relator, opinar que se esclareça à consulente que a contribuição sindical é devida o seu recolhimento a favor da entidade sindical representativa na base onde o empregado exerce a sua função, e não onde é registrado, como vem procedendo a requerente. Brasília, 27 de abril de 1976. Ageu Cavalcante Lemos — Relator: Aluísio Simões Campos — Presidente da CES.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Múltiplos afazeres e alguns contratempos respondem por este já tardio reparo a certa afirmação constante da Mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da atual sessão legislativa. Referida assertiva, que está na página 45, é a seguinte:

“Registrou-se o maior superávit na balança comercial da história econômica do País — US\$ 1,2 bilhão”.

Apenas em termos nominais esse superávit foi ou é o maior da história, pois se considera a desvalorização do dólar e, mais ainda, o aviltamento do índice de relação de trocas, o superávit de US\$ 1,2 bilhão de 1981 teve menor poder de compra do que o modesto saldo de 438 milhões de 1966, e teve menos da metade do poder aquisitivo do superávit de 655 milhões de 1965. Em termos mais precisos, o poder de compra desse saldo de 1,2 bilhão é mesmo inferior a 300 milhões de dólares naqueles anos de 1965 e 66.

E aqui chegamos ao ponto crucial do nosso comércio exterior, que é a crescente deterioração do índice de relação de trocas. Tal índice, 100 em 1970, baixou para 62,7 em junho de 1981, segundo o Boletim Mensal do Banco Central, de janeiro último.

Por esse Boletim, deduzimos que, enquanto a exportação passou dos 2.739 milhões de 1970 para 23.293 milhões, em 1981 — num incremento nominal de 750% —, enquanto isso, o valor real do poder de compra desses 23 bilhões de agora corresponde apenas a 4,9 bilhões de 1970, isto é: de 1970 a 1981, o crescimento real das exportações foi apenas de 79%! Em outras palavras: de 1970 a 81, enquanto em valor nominal as exportações cresceram 8 vezes mais, em valor real o crescimento nem sequer duplicou.

O Sr. Evelásio Vieira — Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Permita-me V. Ex^a termine a sequência, e já lhe concedo o aparte. A grande causa da degradação dos preços dos nossos produtos é a prosperidade das nações ricas, prosperidade que vem sendo mantida à custa dos mais pobres, como confessa o insuspeito norte-americano Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia de 1970:

“Os países em desenvolvimento têm grande interesse em lutar contra a inflação mas têm de lutar ainda contra outras circunstân-

cias adversas, como o mau tempo, a pobreza interna e também a nossa prosperidade”.

De fato, examinando-se o extenso rol dos nossos produtos exportados em 1981, verifica-se que poucos melhoram de preço em relação ao ano anterior. Café, açúcar, cacau, mamona, sisal, óleos de soja, mate, pimenta, ferro gusa, estanho, manganês, etc. — todos sofreram queda de preço.

Quanto às exceções, a mais honrosa foi o amendoim em grão, cujo preço subiu 61%. Em segundo lugar, ainda o amendoim, sob a forma de óleo bruto, que aumentou 45%.

É de pasmar, portanto, que a nossa produção da leguminosa, de 930 mil toneladas em 1970, esteja reduzida a 320 mil toneladas.

Mas o amendoim é outra estória, que fica para depois. Por enquanto prestemo-lhe apenas nossas homenagens, por seu poder revigorador do homem e da economia brasileira.

Concedo o aparte, com muito gosto, ao eminente Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira — Pelas razões que V. Ex^a apontou e por outras, não há nenhum motivo para o Governo festejar bombasticamente o superávit ocorrido na balança comercial, porque, além das razões que V. Ex^a apontou, dessa desvalorização constante do cruzeiro, que nos cria dificuldades nas importações necessárias ao desenvolvimento nacional, o Governo teve também que reduzir as importações. Essas reduções de importações de matérias-primas essenciais ao nosso parque industrial também vieram contribuir para o desemprego, que é hoje, na verdade, o maior problema do Brasil, do Governo, pelo menos para quem tem qualquer sensibilidade humana. É preciso que se diga, ainda, que em razão dessa política de abertura e de economia internacional, nós estamos aumentando o índice de desnacionalização no Brasil. Nós estamos ampliando um novo vetor a impulsionar a inflação no Brasil, que embora tenha decrescido nos últimos meses, não chega a ser reduzida ao nível desejado e apenas uma inflação que está sendo reprimida artificialmente, porque na hora em que o Governo reduzir e afrouxar os meios de pagamentos, a inflação voltará a crescer novamente no Brasil. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelos dados que levanta e que neutralizam esse júbilo do Governo por este superávit na balança comercial, que é simplesmente ilusório. Tanto é, Senador, que as exportações de janeiro, fevereiro e março já não estão correspondendo às expectativas, às previsões do Governo Federal.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Muito grato a V. Ex^a, eminente colega. Mas para responder ao seu aparte, tenho que pedir *habeas corpus*, e valho-me do advogado Santo Agostinho que disse: “prefiro os que me criticam aos que me elogiam; os que me criticam me corrigem e os que me elogiam me corrompem”. Valho-me dessas palavras do Santo à guisa de *habeas corpus*.

De fato esse problema da inflação dá pano para muitas mangas e é, sem dúvida alguma, o calcanhar de Aquiles do Governo Figueiredo. É S. Ex^a mesmo quem o diz aqui na introdução da sua Mensagem:

“A inflação constitui, talvez, para o Governo, o seu maior ônus político.”

Eu só tiraria o “talvez” aqui. Basta dizer que a inflação, nos cinco anos do Governo Geisel, foi a 409%, ao passo que a inflação no Governo Figueiredo, nestes três anos, já ascendeu a 668%. No Governo Geisel, no seu último ano — tenho os números aqui —, a inflação foi de 40,8%; ao fim do primeiro ano do Governo Figueiredo, ela subiu a 77,2%. O Presidente assombrou-se, e aí veio aquele célebre pacote de 7 de dezembro de 1979, e o Presidente justificou, enfaticamente, perante a televisão com este intróito:

“Desde o primeiro momento em que assumi a responsabilidade do Governo, senti claramente que não poderia realizar os anseios da sociedade brasileira de prosperidade econômica, bem-estar social, sem atacar, como medida prioritária, o grave problema da inflação.”

A seguir, o Presidente descreve as medidas e demonstra a sua convicção de que elas dariam resultado positivo, assim terminando:

“... Como se pode verificar, houve a determinação do Governo de, ainda este ano, preparar o terreno para que se possa, ao longo de 1980, inverter a tendência inflacionária.”

Doce engano do Presidente. A inflação de 77,2% naquele ano, que iria ser invertida, foi a de 110,2%! Daí por que digo que o Presidente Figueiredo tem uma responsabilidade enorme relativamente à inflação.

Repito, ao fim do terceiro ano de Governo, a inflação chegou a 668%, o que dá uma taxa uniforme, por ano, de 97,2%; se esta taxa se reproduzir nos três anos vindouros, o Presidente Figueiredo vai emplacar, ao término do seu mandato, uma inflação de 5.800%! Um recorde talvez imbatível.

O Sr. Leite Chaves — De quanto, nobre Senador?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Cinco mil e oitocentos por cento, ao fim do governo. V. Exª pode fazer a conta que vai surpreender-se, talvez.

O Sr. Leite Chaves — Cem por cento ao ano multiplicado por cinco, ou é outro critério?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — É inflação sobre inflação, não é multiplicado por cinco. V. Exª, que é bancário, deve saber isso muito bem.

Em consequência do fracasso, foi desfeito o pacote de 7 de dezembro, havendo a liberação dos juros e a liberação das indexações. Mesmo assim a inflação do ano passado, 1981, foi a 95,2%. O PIB foi o menor da história do Brasil, desde que a Fundação Getúlio Vargas o apura: menos 3,5%. Recessão a que V. Exª já aludiu, Senador Evelásio, ociosidade do parque industrial, desemprego ascendente, dívida interna deu um pulo colossal, passando de 848 bilhões, do ano anterior, para 3 trilhões e 87 bilhões.

O Sr. Evelásio Vieira — Deve dobrar este ano?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Espera-se 6 trilhões.

A inflação é um problema tão sério, mas tão sério mesmo — e tem razão o Presidente da República de preocupar-se com ela e nós também, que constantemente ventilamos este assunto aqui — que, recente enquete (está no *Estado de S. Paulo*, do dia 9 de fevereiro) do Instituto GALLUP, em zonas urbanas, a conclusão foi a de que 65% dos entrevistados consideraram a inflação como o maior problema do Brasil. Sessenta e cinco por cento. Os outros 35% se diluem nas demais respostas.

Então, é mesmo de estarrecer. E não se ponha toda a culpa no petróleo pela inflação brasileira, como se procura fazer crer aqui, nos jornais e, de certo modo, até na Mensagem, porque o Chile não tem petróleo e tinha uma inflação que foi a 500%, em 1975. A inflação, no ano passado, no Chile, foi simplesmente — é de deixar a gente com água na boca — de 9,5%, não no mês, mas no ano, e já agora, no mês de fevereiro, a inflação do Chile foi negativa: menos 0,8%. Quer dizer, os preços baixaram. E nem se vá dizer que esse sucesso do Chile é porque o regime é militarista, é autoritário, porque a Argentina é, também, militarista, uma ditadura, e foi a recordista mundial da inflação, que se alçou a 149% no ano passado...

O Sr. Bernardino Viana — Nobre Senador, V. Exª me permite?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Com licença. Por outro lado, o Chile não tem petróleo, enquanto a Argentina é quase auto-suficiente, produzindo 85% do petróleo que consome, mas é campeã mundial da inflação.

Com prazer, ouço o eminente Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana — Mas, nobre Senador, nos países em que adotam a correção monetária, a inflação não penaliza tanto, porque ela vai contabilizada de um lado da balança e a correção monetária ajusta o outro lado. Se nós temos uma depreciação da moeda de 92% em um ano, e se meus salários, os salários dos empregados são aumentados em 92%, ela não está penalizando o assalariado, não está penalizando os estoques, porque estes são aumentados também na mesma proporção, ou até mais. E, além do mais, eu queria lembrar que essa inflação que nós estamos atravessando, aqui, no Brasil, é mais uma inflação de oferta...

O SR. LUIZ CAVALCANTE — É mais uma...

O Sr. Bernardino Viana — É mais uma inflação de oferta. Sim, porque nós adotamos uma política voltada para o exterior para poder então...

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Então, é uma oferta do amigo da onça, porque, como dói!

O Sr. Bernardino Viana — A meu ver, a inflação não está me penalizando, porque...

O SR. LUIZ CAVALCANTE — A V. Exª não, nem a mim. Mas ao empregado de V. Exª, lá da sua fazenda, deve estar...

O Sr. Bernardino Viana — Não, porque ele vai ser reajustado em até mais do que o salário mínimo.

O Sr. Leite Chaves — Mas de seis em seis meses!

O Sr. Bernardino Viana — Quem ganhar até três salários mínimos, em vez de ter um aumento de 100% do INPC, ele tem 110% da inflação. Se o aumento é de 90%, ele tem 99%, até três salários mínimos. E outra coisa: eu queria referir-me também à euforia em que nós ficamos, nós do Governo, porque alcançamos esse superávit na balança comercial. É porque, em 1978, nós tínhamos um déficit de dois bilhões e duzentos milhões de dólares; em 1979, repetiu-se, dois bilhões e duzentos milhões de dólares; em 1980, nós tivemos dois bilhões e oitocentos milhões de dólares, e quando foi em 1981, com toda essa crise, crise inclusive internacional, nós conseguimos um superávit de um bilhão e duzentos milhões de dólares. Logo, seria para que as autoridades e

todos nós do Governo, que apoiávamos a política do Governo, ficássemos satisfeitos com esse resultado.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Mas não é o maior da história, como diz a Mensagem. E quanto a apoiar, Senador Bernardino Viana, eu quero lembrar um pensamento que li há pouco: "Às vezes, a melhor forma de apoio é discordar". É o que acontece comigo, eminente colega. Eu não quero dizer que V. Exª esteja errado, não. Mas eu, com as minhas críticas, estou pensando que estou ajudando o Governo, tanto como V. Exª, com os aplausos.

Mas, não fica só no Chile, que teve essa mínima inflação. Tenho aqui na *Conjuntura Econômica* de fevereiro, um rol de países que não têm petróleo, mas que tiveram uma inflação anual menor, às vezes, que a inflação mensal do Brasil: Alemanha 6,8%; Áustria 7,2%; Espanha, 14%; França 13,6%; Japão não se fala, porque esse é um milagre; 3,9%; Portugal, 21,8%; Suíça, 7,3%.

E' prosseguindo Srs. Senadores ...

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exª uma ligeira observação?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador, não sei e não tenho por que divergir de V. Exª...

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Muito obrigado, já me tranquilizo; V. Exª é fogo...

O Sr. Benedito Ferreira — ...quando assevera que criticando ajuda-se mais, muitas vezes, do que aqueles que aplaudem. Mas, não há como, também, desmerecer-se o júbilo estampado na Mensagem presidencial, e aí V. Exª há de convir comigo, porque num País com as dimensões territoriais como o nosso, tendo-se em vista o nosso baixíssimo nível de politização, lamentavelmente, graças ao *marketing*, à propaganda organizada, V. Exª vê, hoje, casebres cobertos com sacos de cimento, mas, lá, está a antena da televisão. Somos um País que exhibe nas suas estatísticas mais de 18 milhões de aparelhos de televisão, dos quais 6 milhões são a cores. Este País, creio eu, não tem 10 milhões de habitações dignas de assim serem chamadas, mas tem 18 milhões de aparelhos de televisão instalados. Significa que, talvez, há lares, há casas que têm 5, 6, 8 ou 10 aparelhos, com 1 em cada dependência.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — É verdade...

O Sr. Benedito Ferreira — Então, quero dizer que todos os lares brasileiros, todas as choupanas, têm aparelho de televisão. Veja V. Exª, o nosso baixo nível de politização e como nós, brasileiros, gostamos de apostar na inflação.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Eu não, nobre colega.

O Sr. Benedito Ferreira — Se V. Exª me permite, quando digo nós é na generalidade, porque sou, talvez, um dos parcimoniosos deste País. Eu costumo dizer que não ganhei dinheiro, eu economizei dinheiro para chegar onde cheguei. Mas, na verdade, é da nossa índole brasileiro apostar na inflação. Estou-me alongando um pouco, porque quero ser bem explícito; realmente, não tenho nenhum propósito e desmerecer o trabalho louvável que V. Exª presta a esta Casa com suas críticas construtivas. Mas, queria eu situar-me bem para, como eu disse, não empanar o brilho da contribuição que V. Exª traz aos nossos correligionários executivos. Dizia eu da nossa preocupação de apostar na inflação, da necessidade que tem, sobretudo, o Chefe do Executivo, na sua Mensagem, de fazer com que seja uma mensagem otimista para conter esse surto de apostas na inflação. Eu verifico, como empresário, como comerciante, como se faz neste Brasil nos últimos anos: vou comprar cinco, porque amanhã custa mais caro, mas eu precisaria de um. Então, é uma demanda artificial para aqueles que têm disponibilidades financeiras, e daí a necessidade dessa contenção dos meios de pagamento há pouco aventada pelo nobre Senador Evelásio Vieira, que demarraria a inflação, se se relaxasse a conversão da expansão dos meios de pagamento. É verdade; o Governo tem tentado de todas as formas e meios controlá-la, vez que nós, lamentavelmente, pela nossa baixa compreensão, pela nossa pouca preocupação e sobretudo pela necessidade de expansão da nossa fronteira econômica, somos levados a conviver com essa inflação. Mas, louvo V. Exª pelas suas críticas; elas têm fundamento, sobretudo, quando buscadas com o intuito que, tenho certeza, é o de evitar esse ufanismo que pode também nos levar a desacertos maiores. Mas, de qualquer forma, não nego ao Presidente da República, como comandante maior, o direito e até o dever de trazer a este Congresso a esta Casa, uma mensagem de otimismo para que, através desse otimismo, se refreie um pouco esse nosso hábito de se apostar na inflação. Muito obrigado a V. Exª

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Senador Benedito Ferreira, vou contar-lhe uma história. Quando fiz as vezes de governador de Alagoas, pavimentei uma estrada — a única que pavimentei — para a cidade de São Luiz de Quitunde. Depois, ao deixar o governo, candidatei-me a deputado e esperava ter

pelo menos 90% a meu favor dos eleitores de São Luiz de Quitunde. Era um município de uns 4.000 eleitores. Entrei num cano deslumbrante, Senador Benedito Ferreira. Tive 120 votos, e eles disseram nas minhas barbas: "Nós não comemos asfalto". A mesma coisa digo a V. Exª: ninguém come televisão.

O Sr. Evandro Carreira — Nobre Senador, permite-me um aparte? (*Assentimento do orador.*) Nobre Senador Luiz Cavalcante, eu não tenho a pretensão de socorrê-lo, porque V. Exª já deu inequivocamente uma resposta muito bem urdida ao ilustre apartante Senador Benedito Ferreira. Mas, lembraria que a existência de eletrodomésticos sofisticados numa residência não é índice de progresso; é talvez, até, de acordo com Georges Orwell, no seu "1984", índice de totalitarismo, porquanto no Estado totalitário de Georges Orwell tinha televisão até no banheiro, para fiscalizar. Os aparelhos sofisticados eram inúmeros, mas o povo não tinha liberdade. Só com liberdade se detém a inflação, só com a discussão nas bases, só com a intervenção do povo na ação política é que é possível deter a inflação.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Muito obrigado, nobre Senador Evandro Carreira.

Perdão, colegas, o tempo não mais me pertence, não posso dar mais apartes.

O Sr. Leite Chaves — Asseguro a V. Exª que só complementar o discurso que V. Exª pronuncia aqui. Se V. Exª me permite...

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Pois não.

O Sr. Leite Chaves — O Senador Benedito Ferreira disse que há seis milhões de televisores a cores no País inclusive em muitas favelas o que é índice de progresso. Pelo contrário, isso até aumenta as dimensões, dá consciência ao trabalhador da miserabilidade em que ele vive. Muitas vezes em uma casa dessas há uma televisão de terceira ou quarta mão, serve apenas para mostrar o grau de diferença, os diferenciais econômicos neste País de concentração de renda. O Senador por Goiás, disse, ontem, que é ele um dos poucos abastados no Brasil — não sei se ele tem consciência disso — e que essa origem de recursos é legítima. Mas, tem que saber S. Exª que a concentração de renda no País é tão violenta, e ele deve estar entre os seus detentores, que 50% da renda nacional pertencem a 4% das pessoas. Em qualquer país em que exista essa desproporção só pode existir infortúnio. E é o que eu tenho visto constantemente em Curitiba, que era uma cidade tranqüila e está agora cercada de favelas. Em qualquer lugar do mundo em que os índices de miserabilidade chegam a esse ponto, começa um El Salvador, começa uma Nicarágua. Só estranhemos que, aqui, havendo todos os condicionantes sociológicos, ainda não se tenha dado a explosão porque o povo está tão miserável que não tem nem consciência da perda constante dos direitos que vem sofrendo progressivamente.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Muito obrigado.

Sr. Presidente, concluirei, num minuto, rigorosamente. Agora, o meu comentário final.

No Chile, como na Argentina, como no Brasil, como em toda parte, a inflação é, preponderantemente, um problema humano. É a famosa componente psicológica da inflação a que aludiu o Sr. Einar Kock, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas. Disse ele em *O Globo*, de 25 de abril de 1979:

"A base da inflação brasileira são as influências psicológicas que só podem ser revertidas com a existência de uma certa credibilidade no Governo".

E o Ministro Camilo Penna disse a mesma coisa, com a sua responsabilidade de Ministro. Está em todos os jornais e aponto apenas um deles, para marcar a data: *O Estado de S. Paulo*, de 13/02/81, onde se lê que o Ministro declarou que "a política econômica oficial perdeu a confiabilidade".

Esta, a falta de confiabilidade, é a meu ver, a causa maior da inflação brasileira. Enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais vale o ministro muito confiável do que o ministro muito sabido. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 44, DE 1982

Requeremos seja inserto na Ata da Sessão um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Vasco Azevedo Filho, que por três legislaturas representou o Estado da Bahia, na Câmara Federal, telegrafando à família enlutada exprimindo o pesar do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de março de 1982. — *Luiz Viana* — *Nelson Carneiro* — *Lomanto Júnior*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que assim o desejarem.

Com a palavra o autor do requerimento, o nobre Senador Luiz Viana Filho.

O SR. LUIZ VIANA (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apresentei o requerimento que acaba de ser lido para que se insira na Ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Vasco Filho que, por três legislaturas, representou o Estado da Bahia na Câmara Federal.

Natural de Minas Gerais, onde se formou engenheiro em Juiz de Fora, Vasco Filho chegou à Bahia creio que nos idos de 40 e tantos, onde se fixou no Departamento de Estradas de Rodagem. Homem extraordinariamente dinâmico, com capacidade e vocação de servir às coletividades onde se encontrava, com essas qualidades se impôs à estima e à admiração de largos círculos do Estado da Bahia, tendo em 1954 se candidatado a Deputado Federal, logrando uma eleição realmente brilhante, talvez inesperada. Era o resultado do seu trabalho, do trabalho que ele fez, traçando e construindo várias estradas na Bahia, assunto pelo qual era realmente um apaixonado. Ele não era um engenheiro comum, era um engenheiro de campo, era um homem que trabalhava diretamente no estudo das regiões, no traçado das estradas e na sua construção. E nesse convívio com o homem do interior, com os interessados daquelas regiões, ele fez um largo círculo de amigos, de admiradores e de correligionários, indo integrar a Bancada da UDN e, posteriormente, a da ARENA. Esse engenheiro agora desaparece, desaparece já aos 90 anos de idade.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Lomanto Júnior — Senador Luiz Viana, eu quero juntar às brilhantes palavras de V. Exª a expressão do meu grande pesar pelo falecimento do ex-Deputado Vasco Filho, de quem V. Exª traçou com muita nitidez a personalidade de político, mas sobretudo de grande engenheiro. Era um muito jovem, na cidade de Jequiê, quando conheci o Dr. Vasco Filho. Estava ele chefiando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e podemos dizer que a Bahia e Minas Gerais agradecem àquele notável e dinâmico homem público e admirável engenheiro a construção da Rio-Bahia. Foi ele, sem dúvida alguma, que dedicou a sua competência, o seu dinamismo, o seu entusiasmo, sobretudo o seu entusiasmo, à construção dessa grande obra de integração nacional que é a Rio-Bahia. Eu que o conheci e acompanhei os seus passos, eu que o admirei em vida, não poderia deixar de fazer este registro, nesta hora em que nós perdemos aquela grande figura, em idade avançada, mas lúcido e ainda voltado o seu pensamento para o seu trabalho de engenheiro de campo. Há bem pouco tempo empreendeu uma longa viagem de reconhecimento, no exercício de sua atividade profissional. Eu quero juntar às palavras de V. Exª as minhas modestas palavras, associando-me, neste momento de saudade, de tristeza. E, acredito que toda a Bahia, e os que tiveram o privilégio de conhecer o Dr. Vasco Filho, têm este mesmo sentimento que nós estamos neste momento experimentando. Ao Deputado Vasco Neto, seu filho, que atua na Câmara Federal, nós levamos nosso profundo pesar. E ao Dr. Sebastião Azevedo, brilhante médico na minha cidade, também o sentimento de pesar pela tristeza que ambos estão sofrendo, nesta hora, pela perda irreparável do seu grande orientador, do seu grande pai.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Gilvan Rocha — Sabe V. Exª que sou de Sergipe, Estado vizinho da Bahia, praticamente para honra e glória nossa, Estados sem fronteiras.

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem!

O Sr. Gilvan Rocha — A minha formação profissional foi feita no nosso querido Terreiro de Jesus, na venerável cidade de São Salvador da Bahia. Os acontecimentos da Bahia, portanto, nobre Senador, afetam profundamente e reciprocamente o pequeno e gloriioso Estado de Sergipe. Eu fui daquela geração que acompanhou, já dentro da estrutura universitária da grande Universidade Federal da Bahia, o Professor Vasco Neto e a grande figura, pranteada hoje, de Vasco Filho. A sua presença chega, a nós sergipanos, como um eco, mas um eco vibrante e cheio de brilho. É por isso que me permiti entrar em território baiano para dizer a V. Exª, da representação de Sergipe, que Sergipe também está enlutado pela perda da grande figura e daquela grande estrela que iluminou também a minha geração, nos céus da Bahia.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Exª Ouço o aparte do nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador Luiz Viana, acho que, ao lado do grande técnico, do parlamentar brilhante e dedicado que foi Vasco Filho, conhecedor dos problemas vitais para este País, há que se ressaltar o homem de bem, o caráter adamantino, aquele homem a quem a gente podia acompanhar sem demérito, e que, do princípio ao fim da vida, tanto quanto o conhecemos assim que ele chegou à Bahia até o dia da sua ausência da Câmara dos Deputados, foi sempre um homem que caminhou numa linha reta. O seu caráter, a sua grande probidade intelectual e moral são atributos que passam de geração em geração e hoje constituem patrimônio do seu filho, o Deputado Vasco Neto e dos demais parentes que lhe continuarão o nome e lhe reverenciarão permanentemente a memória.

O Sr. Gastão Müller — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço o Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Senador Luiz Viana, não conheci pessoalmente o homenageado, somente de nome e pelos jornais quando ele atuava na Câmara dos Deputados. Mas, sou muito amigo de Vasco Neto, fomos colegas, Deputados Federais — se não me engano — durante doze anos, e além disso, de um outro irmão dele — que tem um nome que não lembra nem o homenageado nem o Deputado Vasco Neto — que é o José Azevedo, também engenheiro e que já serviu como Diretor do DNER no Mato Grosso; depois, no Governo Garcia Neto, como Diretor do DERMAT, e a quem Mato Grosso muito deve. José Azevedo é um apaixonado por Mato Grosso. De modo que, por esses fatores, da amizade com o Deputado Vasco Neto e com o Engenheiro José Azevedo, eu, em nome da Bancada de Mato Grosso, associo-me à Bancada baiana pela perda irreparável de Vasco Filho.

O SR. LUIZ VIANA — Eu agradeço a V. Exª bem como aos demais colegas que me honraram com os seus apartes.

Evidentemente, Sr. Presidente, o que acabamos de ouvir dos ilustres Senadores que também se associam ao nosso pesar pelo desaparecimento do ex-Deputado Vasco Filho, homem realmente cheio de serviços ao Brasil e ao Congresso Nacional — acrescento — porque, por ocasião da mudança da Capital, Vasco Filho trabalhou para que melhorassem as condições de funcionamento do Congresso Nacional, uma vez que, como bem sabemos, o forte dos construtores de Brasília não era a funcionalidade dos seus edifícios, que embora muito decorativos deixavam bastante a desejar quanto à maneira por que trabalhavam e trabalham os órgãos neles instalados.

Como eu dizia, Sr. Presidente, sentimos profundamente o desaparecimento do grande engenheiro que muito colaborou para a vida, para o desenvolvimento e para a economia do Estado da Bahia.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Desejo associar-me à justa homenagem que V. Exª está prestando ao inolvidável Vasco Filho. Eu o conheci na Câmara dos Deputados, em 1963, quando também exerceu o mandato de Deputado Federal. Senti em Vasco Filho um homem dedicado à Pátria e a sua Bahia, que representava naquela época, e tinha um grande desempenho, quando se tratava de assunto rodoviário. Quero, com isto, corroborar o que V. Exª disse no início do seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Muito grato a V. Exª

Acho, Sr. Presidente, que tenho como justificado, não somente nas minhas modestas palavras mas, sobretudo, pelos apartes que me honraram, o requerimento que fiz e estou certo que será votado e aprovado por esta Casa, que exprime o pesar da Bahia e do Brasil pelo falecimento do ilustre engenheiro. Agradecido a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam sentados. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira, que falará como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em virtude de numerosos oradores inscritos para o período de breves comunicações, consulto o Plenário, na forma de votação, a conveniência de prorrogar o período do Expediente por mais quinze minutos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)* Aprovada a prorrogação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero, inicialmente, declarar à Casa que as minhas divergências com o processo de incorporação, desde o primeiro momento manifestadas na tribuna, não importam em nenhuma adesão às hostes do Governo. Continuo fiel à linha que me tracei, e já agora com a independência de votar livremente a favor ou contra as proposições que aqui forem apresentadas. Não tenho, portanto, nenhum liame que me ligue ao Governo.

Esta declaração era necessária, porque ainda ontem apresentei um requerimento de constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, para investigar em profundidade as causas e os responsáveis pela crise da Previdência Social.

Sr. Presidente, queria, neste momento, ressaltar a perfeição do discurso ontem pronunciado pelo nobre Senador Paulo Brossard ao examinar a posição do Senado Federal, quando submete à sua apreciação, em votação secreta, candidatos enviados pelo Poder Executivo. Teve S. Exª o cuidado de não concluir afirmando o seu voto num ou noutro sentido. Cada um de nós votou de acordo com a sua consciência. Por isso mesmo, quando vejo hoje nos jornais o meu nome como tendo votado num sentido, eu pergunto: que adivinho foi esse que descobriu nos escaninhos da Casa o meu voto nesse ou naquele sentido?

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu votei de acordo com a minha consciência. Não declaro o meu voto, em respeito à Constituição e ao Regimento da Casa. E esse dever ser e tem sido o procedimento de todos nós.

Esta é a declaração que eu queria fazer nesta oportunidade, com os meus agradecimentos pela gentileza de V. Exª em me conceder a palavra. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Exulte de satisfação ao ouvir o pronunciamento do Senhor Presidente da República, declarando guerra à escalada da pornografia, o que me motivou a passar-lhe uma mensagem vazada nos seguintes termos:

Nome: Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo.

End: Palácio do Planalto

Cidade: Brasília — Est. DF

Em 17-3-1982

NR 261/82 de 17-3-82 — Honra-me congratular-me com Vossa Excelência pelo pronunciamento seu terceiro aniversário Governo e de maneira especial, corajosa e patriótica posição em favor de uma cruzada contra a obscenidade e a pornografia. Conduta Vossa Excelência mereceu aplausos todos patrióticos conscientes da perigosa influência e solapamento tradições nossos costumes que sempre foram marcados pelo civismo e pelos "dogmas morais e espirituais". Sentindo perigosa infiltração encaminhei Projeto Senado em 1980 obrigando cinemas e TV a projetarem cada cinco filmes e novelas um sobre História do Brasil ou figuras nacionais fizeram História. CDS, SDS, Senador Jorge Kalume.

Sr. Presidente, a par da leitura desta minha mensagem, gostaria também que fosse inserido o discurso do Senhor Presidente João Figueiredo, para que essa peça igualmente se immortalize nos Anais desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE KALUME EM SEU DISCURSO:

Mais de mil dias decorreram desde a minha investidura, em 1979, na Presidência da República. Conheceu o mundo, nesse período, mormente na área econômica e social, acontecimentos de suma gravidade. Pela sua repercussão planetária, esses sucessos, que abalaram a estrutura da economia internacional, tornaram a minha tarefa, normalmente complexa, ainda mais árdua, absorvente, inquietante. Vivemos hoje sob o signo do econômico, sob uma espécie de religião do crescimento, sob a ansiedade da afluência. Sem negar ou minimizar o papel da produtividade no universo social e político, é bom que se atente, contudo, igualmente, para outros fenômenos, de capital influência no jogo das relações humanas. Ao completar o terceiro ano do meu mandato, reparo, por exemplo, que, nesse período, vieram juntar-se a nós quase nove milhões de brasileiros. Até o fim do meu período governamental, isto é, dentro de três anos, possuiremos, aproximadamente, mais nove e meio milhões de habitantes. Logo, durante os meus seis anos de governo, o nosso crescimento

populacional será, mais ou menos, de dezoito milhões de pessoas. Está claro que esse acréscimo demográfico repercutirá na economia, agravando-lhe as dificuldades. Será preciso alimentar, vestir, educar, dar habitação, garantir a saúde, dar emprego a essa legião de novos brasileiros, com quem teremos de dividir as nossas alegrias e aflições. A história ensina que esses novos peregrinos, chegados sob as nossas bênçãos, são, às vezes, ruins de contentar. Morridos, freqüentemente, por vocação contestatória, renegam os valores culturais do passado, como se estes pudessem ser recolhidos, sumariamente, ao cemitério das idéias caducas. Via de regra, esses surtos iconoclastas, que constituem manifestação do eterno conflito de gerações, são absorvidos, tranqüilamente, pela sociedade, que não se deixa desviar do seu tradicional estilo de comportamento. O grave, em nosso tempo, está, no entanto, em que juventude, ao invés de suscitar crise, ou subversão de valores, já se defronta com ela, notadamente no campo ético. Não é impróprio, assim, falar-se hoje, tal qual se fazia antigamente, na corrupção da juventude por filosofias e costumes da época. Não sei se há, entre nós, filosofias — ainda que filosofias do nada —, que concorram para a onda de dissolução de costumes, a que se assiste. Sei, porém, — porque se exibem às escâncaras, com espantoso atrevimento —, que a obscenidade e a pornografia se infiltram por toda a parte. A escalada do obsceno e do pornográfico assume proporções tais que, ao falar ao povo brasileiro, neste 15 de março, terceiro aniversário do meu governo, não posso calar ante a vaga de desregramento moral que campeia, perante os nossos olhos, de modo desenfreado. Afirmarão os pornógrafos, parafraseando palavra famosa, que os males da pornografia e da obscenidade se curam com mais obscenidade e pornografia. A verdade, porém, está em que tais males somente acharão remédio na resistência, a eles oposta, dos valores espirituais em que se estriba a civilização cristã, sob cujos postulados vivemos e queremos continuar a viver. Não é sob o aspecto legal e jurídico que cuido, neste momento, da licenciosidade que espraia ameaçadoramente, pondo em risco a integridade dos padrões morais que nos cumpre preservar. Trato, aqui, do afrouxamento dos laços éticos, como pederia fazê-lo qualquer do povo, que sinta, no seu coração, o palpitir dos imperativos éticos. Não me arvore, por conseguinte, em guia espiritual da nacionalidade. Cumpre, no entanto, ter presente que o Estado é, sobretudo, um organismo ético, um ente que possui deveres para com os cidadãos que lhe formam o substrato. Faltaria, pois, o indeclinável dever do meu cargo se, como Chefe do Governo, não levantasse a voz para advertir a Nação sobre a influência deletéria da onda de erotismo e relaxamento de costumes, que se infiltra em amplos segmentos do nosso corpo social. Dir-se-á que o encargo de enfrentar e resolver esse problema incumbe ao governo. Respondo, porém, que essa constitui uma daquelas tarefas que não é lícito descarregar, inteiramente, sobre este ou aquele órgão do poder público. Trata-se, aqui, de caso em que, rigorosamente cada um é responsável por cada um, ou, em outras palavras, em que todos são responsáveis por todos. Tanto maior é essa responsabilidade quanto é certo que cerca de cinquenta por cento de nossa população é hoje constituída de jovens — cerca de quarenta e oito por cento de jovens até dezenove anos; cinquenta e seis por cento até vinte e cinco anos. Uma cruzada se faz inadiável, pois, em defesa desse precioso capital humano contra os assaltos do permissivismo na mais degradante das suas formas. É, em suma, ao coração sensível e generoso, assim da própria mocidade, como dos homens e mulheres deste País, que me dirijo para encarecer a imprescindibilidade e a urgência de um largo movimento popular pela preservação dos dogmas morais e espirituais em que repousa a identidade da civilização que estamos construindo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Anualmente, realiza-se no Itamarati um almoço do Chanceler e alguns Ministros com a Comissão de Relações Exteriores. Essas reuniões são mais cordiais do que formais e protocolares. E foi assim que, ontem, realizou-se um almoço, na antevéspera da partida do Ministro Saraiva Guerreiro numa missão, inegavelmente importante, para o Japão e para a China, quando tive oportunidade de fazer um ligeiro pronunciamento como membro mais antigo da Comissão de Relações Exteriores, do lado da Oposição. E mostrava a S. Ex^a que haveria de ver, como eu vi no Japão, que a maior preocupação do industrial japonês, do empresário japonês é ganhar a cada ano o prêmio de qualidade da sua mercadoria, a obtenção de uma certificação de qualidade. E em razão disso é que o Japão é uma potência, inclusive tomando mercados americanos, inclusive, dizia eu, que a própria Alemanha, com quem contêdemos, jamais perdeu o seu respeito no Brasil, em razão da qualidade das mercadorias produzidas, antes e depois da guerra, e dava exemplos de máquinas e de marcas comerciais que permaneciam respeitadas pelo povo brasileiro.

Mostrava eu a S. Ex^a que a atuação do Itamarati estava sendo uma das mais positivas, e se o Governo tivesse que ser julgado seria através do Itamarati onde poderia merecer os maiores encômios, abrindo mercados e não atentando para fronteiras ideológicas, à exceção de Cuba, dizia eu, que continua a ser o preço-prêmio para que se mantenham relações com a China e com a União Soviética.

Mas, ao mesmo tempo, eu dizia que enquanto o Itamarati elastece essas fronteiras, o empresariado brasileiro as restringe. Mostrava eu reclamações de africanos e de latino-americanos, sobre a má qualidade dos nossos produtos: carro que se deteriora ao final de 3 anos. Então, todos sabem que ao invés de seguirmos, no setor industrial, o exemplo da Alemanha e do Japão, nós seguimos o do americano, sobretudo na sua fase mais **afluente**. Como industrial, o americano procedeu como comerciante, quer dizer, a preocupação era de venda a qualquer custo e não como industrial que ganha na qualidade do seu produto, e mostramos que estava comprometendo o nosso futuro.

Discurso dessa natureza, Sr. Presidente, de alto interesse. Aqui mesmo no Senado, estamos há 7 anos lutando pela aprovação de um projeto que visa a certificação de qualidade de mercadorias, e ninguém consegue a sua aprovação pela interferência de firmas impatrióticas.

Pois foi este, Sr. Presidente, o meu discurso, numa reunião quase que de trabalho, na antevéspera da partida do Ministro para o exterior.

Mas, veja, Sr. Presidente, como o jornal coloca esta notícia — se V. Ex^a me permite — porque isto desmoraliza, inclusive, o Senado. Uma coisa séria desta natureza, um membro da Comissão de Relações Exteriores, mostrando ao Ministro que, aliás, nesta parte está, em pontos de vista, identificado com o Senado.

Veja como sai a nota, Sr. Presidente:

SE O ESTANISLAU ESTIVESSE VIVO!

O Senador Leite Chaves, do PMDB paranaense, defendeu ontem, em discurso pronunciado no Ministério das Relações Exteriores, o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba e recomendou ao Chanceler Saraiva Guerreiro que nas suas visitas ao exterior tenha cuidado com a venda de produtos que se deterioram facilmente. A inesperada intervenção do parlamentar paranaense ocorreu ontem, logo após a troca de brindes entre o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Luiz Viana Filho, e o Ministro Guerreiro. Quebrando o protocolo, Leite Chaves pediu a palavra e mandou brasa.

“Quando Tarso Dutra ficar bom...”

O Senhor Tarso Dutra, quando voltou de Cuba, é que sugeriu que nós enviássemos um ofício ao Itamarati sugerindo o reatamento dessas relações comerciais.

E prossegue:

“...vou pedir a ele para mandar um ofício ao Itamarati pedindo o reatamento de relações com Cuba. O Brasil já tem relações com todo mundo, menos Cuba”. Chaves esteve ano passado com Dutra em Havana, numa delegação parlamentar. Chaves foi um irreverente quando recomendou: “Chanceler, quando for fazer negócios no exterior tenha cuidado com a tesoura *Solingen* e o canivete *Corneta* que enferrujam.”

Mas, Sr. Presidente, tem sentido um negócio deste? Está demonstrando que esses produtos alemães — e dava exemplos para enfatizar — duram, resistem ao tempo.

E continua:

“Ao ouvir aquilo tudo, um peemedebista irritado comentou com um pedessista: “Vocês não querem atrair o Chaves para vocês, não?”

Sr. Presidente, eu até admito que haja Senador aqui que venha a dar uma informação dessa, porque nesta Casa existem homens que não deveriam estar aqui, que não têm, sequer, concepção da coisa séria. Eu não cito nomes de alguns, ou especificamente deste, para que o seu nome continue a permanecer por muito tempo apenas na folha de pagamento e nunca nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Eu chamo a atenção do nobre Senador que o seu tempo já está esgotado.

O SR. LEITE CHAVES — Estou concluindo, Sr. Presidente.

É na coluna do Gilberto Amaral, por sinal muito acatado no Senado. Muito lida. Uma coisa ele faz: são retificações sérias das notícias.

Mas quero mostrar a V. Ex^a como há uma preocupação constante do risível no País. Houve uma imprensa que no mundo criou esse tipo de jorna-

lismo, de colocar as coisas pelo aspecto jocoso, mas com certa habilidade, o *TIME*. V. Exª continua a me advertir quanto ao tempo.

Sr. Presidente, voltarei a este assunto, porque o meu tempo agora é pouco, e falarei sobre esse processo de certificação de qualidade. Quero dizer mais, concluindo, que a nossa concepção sobre Itamarati, inclusive quando nós examinamos Embaixadores aqui, é diferente. Nós não admitimos mais que Embaixadores venham aqui para falar sobre "a forma dos pés do Pensador de Rodin", ou "a direção das asas da Vitória Alada", do Louvre.

Então, tem que haver uma concepção dinâmica do que sejam os nossos interesses. Muito obrigado a V. Exª (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

No último dia 15, o Estado de Pernambuco foi palco de um importante acontecimento político, a instalação do comitê eleitoral do nobre Senador Marcos Freire. Presentes ao acontecimento estiveram, como convidados especiais, os nossos eminentes colegas, Senadores Franco Montoro e Pedro Simon, candidatos do PMDB ao Governo dos seus respectivos Estados.

Na ocasião, os três Senadores firmaram a Declaração do Recife, cuja importância merece inserção nos Anais do Senado Federal. É a seguinte:

— DECLARAÇÃO DO RECIFE —

Os Senadores Franco Montoro, Pedro Simon e Marcos Freire candidatos a governadores em seus respectivos estados, reunidos na cidade do Recife, declaram:

1. A eleição, pelo voto direto, de candidatos da Oposição em Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e em numerosos estados, juntamente com a ampliação da Bancada das Oposições no Parlamento, gerará um novo equilíbrio de forças dentro do sistema político brasileiro, possibilitando a busca de outro tipo de desenvolvimento que, realmente, beneficie o nosso povo. Em vista disso, consideramos como nossa responsabilidade, dentro das diretrizes do comando partidário, a formulação de uma ação comum para o futuro, consentânea com o programa do PMDB e com as aspirações da população brasileira.

2. Estamos convencidos de que falamos pelo povo de nossos Estados quando consideramos que a exigência básica das eleições deste ano é a garantia do livre pronunciamento do eleitorado, depois de um debate amplo e democrático. Requisito prévio para tal é o estabelecimento de leis claras e de condições iguais para todos os partidos. Em face disso, denunciaremos a tentativa de retorno da influência do poder econômico, através dos meios de comunicação. A mudança da lei Falcão deve garantir a volta da propaganda equânime e gratuita, jamais a publicidade paga no rádio, na imprensa e na TV.

3. Denunciaremos também a tentativa de um novo casuísmo, imoral, escandaloso e inconstitucional, permitindo que somente os inscritos no PMDB possam transferir-se para outros partidos com o direito de concorrer às próximas eleições. A medida seria válida se aplicada a todos os partidos.

4. O equacionamento dos problemas do Nordeste, do Sul e Sudeste não pode perder de vista a questão nacional, que exige a democratização efetiva do País. Sem isso, não haverá perspectiva para a melhoria da situação do povo brasileiro.

5. A União das forças democráticas, de norte a sul do país, possibilitará um novo relacionamento com o poder central, com a restauração da autonomia e da independência dos estados, que juntamente com o fortalecimento dos municípios, é condição essencial para uma verdadeira Federação.

Este, Sr. Presidente, o teor da Declaração do Recife, com a qual nós da Liderança do PMDB nós sentimos solidários. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo, para uma breve comunicação.

O SR. AFFONSO CAMARGO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi, no meu gabinete, carta aberta do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, como acredito tenham os demais colegas recebido, e realmente me surpreendi.

Dizem eles o seguinte:

CARTA ABERTA AO POVO BRASILIENSE

Os professores do DF vêm, através de seu órgão de classe, solicitar providências ao Ministro da Previdência e Assistência Social Jair Soares, ou a quem de direito, no sentido de regulamentar a aposentadoria especial do professor (aos 25 anos de serviço para as professoras e aos 30 para os professores), aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1981, e promulgada em 24 de julho do mesmo ano.

Os professores do DF, que, em sua esmagadora maioria, são regidos pela CLT, não têm ainda como usufruir dessa brilhante conquista da classe, a nível nacional, uma vez que os administradores do INPS não conseguiram até agora regulamentar uma Emenda Constitucional aprovada há mais de oito meses.

Julgamos oportuno lembrar que o "Pacote Previdenciário" não encontrou nenhum entrave burocrático para sua implantação e, mesmo sem o aval do Congresso Nacional, já está tirando parte de nossos mínguos salários corroídos pela inflação, para cobrir o rombo da Previdência Social, cujo responsável nunca foi o trabalhador. Perguntamos finalmente ao Ministro Jair Soares o que nós, professores celetistas, devemos fazer para termos direito à Aposentadoria Especial, pois vários Estados e Municípios já estão garantindo a seus mestres esse direito adquirido através de uma grande união nacional dos professores.

A atitude assumida pelos atuais responsáveis pela Previdência Social de nosso país torna-se uma afronta à categoria profissional e um desrespeito ao Congresso. Diante do exposto, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal torna público o seu protesto e reivindica às autoridades competentes medidas concretas e imediatas para corrigir a lacuna.

Brasília, 10 de março de 1982. — *José Libério Pimentel*, Presidente.

Sr. Presidente, confesso que imaginei que fosse um problema localizado apenas aqui no Distrito Federal. Telefonei para o meu Estado, para saber como as coisas andavam lá no Paraná. A Associação de Classe dos Professores confirmou que também os celetistas do Paraná ainda não puderam usufruir dessa vitória que o Magistério teve aqui no Congresso, porque não houve a regulamentação.

Em consequência, na data de hoje, enviei um ofício ao Sr. Ministro Jair Soares solicitando urgentes providências, porque não é possível que na hora de se pagar ao professor não se regulamente, e na hora de se aumentar as receitas da Previdência, faça-se por decreto-lei, e desde o dia da publicação desse decreto já se esteja cobrando do trabalhador, do professor para aumentar a receita da Previdência. O mesmo não ocorre com aquilo que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, que é a proposta de emenda da aposentadoria especial dos professores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Milton Cabral — Nilo Coelho — João Lúcio — Gilvan Rocha — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Culmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Benedito Canelas — José Richa — Jaison Barreto — Leão Vargues — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, destinada à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1981, e do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1979.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 1982

"Inclui na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASAs, um representante dos produtores de cada Estado."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É incluído na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASAs, em funcionamento no País, 1 (um) representante da entidade associativa de produtores de cada Unidade da Federação.

Art. 2º Cada um dos representantes de que trata o artigo anterior exercerá suas funções junto à administração da CEASA durante o período de 2

(dois) anos, após o que será substituído por outro devidamente indicado pela entidade associativa de produtores.

Art. 3º O Poder Executivo, ouvida a Companhia Brasileira de Alimentos, Cobal, regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O sistema nacional de Centrais de Abastecimento criado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1972/74 (Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971), deu origem às Centrais de Abastecimento S. A. — CEASAs, instituídas em quase todas as Unidades da Federação e cujo funcionamento foi regulado pelo Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972.

O sistema implantado com as CEASAs trouxe irrecusável benefício, centralizando em um só local provido de armazéns e silos a produção a ser distribuída ao consumo.

Uma das finalidades das Centrais de Abastecimento, no entanto, vem sendo literalmente frustrada: a de permitir ao produtor vender os produtos diretamente ao consumidor, a preços substancialmente mais baixos.

É que o produtor tem de comercializar os produtos através dos denominados "barraqueiros", que vendem a mercadoria a preços elevadíssimos, auferindo enormes lucros e prejudicando tanto o consumidor quanto o produtor.

O procedimento usual dos "barraqueiros", que não passam de meros atravessadores, é efetivamente iníquo, pois lesam o produtor, pagando-lhes importância muitíssimo inferior ao preço real de venda, lesando igualmente o consumidor, que é forçado a pagar preço mais elevado do que o real pelos produtos que tem de comprar.

Por essas razões, temos para nós ser plenamente razoável que se inclua na administração das CEASAs um representante dos produtores, indicado pela associação local, o qual terá melhores condições de fiscalizar os preços das mercadorias comercializadas nas Centrais de Abastecimento.

A medida proposta é de interesse público, beneficiando tanto o produtor quanto o consumidor, motivo pelo qual esperamos venha a merecer a aprovação dos ilustres membros da Casa.

Sala das Sessões, 18 de março de 1982. — *Nelson Carneiro.*

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1982

Institui correção monetária nas indenizações dos representantes comerciais autônomos, estabelece o foro de sua residência nas ações perante a justiça comum e presume a exclusividade de zona de representação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São introduzidas na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, as seguintes modificações:

"Art. 27.

j) indenização devida ao representante pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no art. 34, cujo montante não será inferior a um vinte avos (1/20) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação, a partir da vigência desta lei, acrescido sempre de juros e correção monetária.

Parágrafo único. Na falta do contrato escrito, ou sendo este omissivo, a indenização será igual a um quinze avos (1/15) do total da retribuição auferida no exercício da representação, a partir da vigência desta lei, com acréscimo de juros e correção monetária".

"Art. 31.

Parágrafo único. Na ausência de ajuste expresso a respeito, presumir-se-á a exclusividade de zona ou representações".

"Art. 39. As ações relativas às controvérsias entre representante e representado serão julgadas pela Justiça Comum, sendo competente o foro de residência do representante".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto institui correção monetária nas indenizações dos representantes comerciais autônomos, estabelece o foro de sua residência nas ações perante a justiça comum e presume a exclusividade de zona de representação.

A Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, disciplinadora das atividades dos representantes comerciais autônomos, foi, como se sabe, conquista memorável da classe, obtida através de prolongados entendimentos das partes interessadas com o então Ministro da Indústria e do Comércio, o Deputado Daniel Faraco.

Voltam agora os representantes comerciais a reivindicar direitos decorrentes de sua situação atual. A regulamentação do exercício da profissão ressentem-se de algumas imperfeições, que precisam ser corrigidas.

Uma dessas injustiças é a omissão quanto à incidência de juros e correção monetária nas indenizações devidas aos representantes, pelos representados, quando o contrato de representação é rompido sem justa causa. Isto, segundo a classe, tem significado um apreciável estímulo para os representados que prolongam demasiadamente as demandas judiciais, já que contam com a certeza de pagar seus débitos em moeda aviltada, após muitos anos de espera. Tal aspecto cresce de importância no caso das representações estrangeiras. Ressalte-se, ademais, que a incidência da correção monetária nas indenizações decorrentes de ato ilícito é, hoje, a regra inafastável, quer se trate de indenização de âmbito das relações de trabalho ou da vida civil.

Por outro lado, na questão relativa ao foro para a propositura de ações sobre controvérsias entre representantes e representados a Lei nº 4.886/65 é omissa e, assim, obedece-se à regra geral do art. 94 do CPC, de tal modo que tais ações devem ser propostas no domicílio do representado, com enormes e insuportáveis ônus para o representante. O autor é, normalmente, o representante comercial, parte economicamente mais fraca que freqüentemente se vê lesada em seus direitos. Para propor a ação reparatória no foro de domicílio do representado, é forçado a grandes despesas, à contratação de advogado em outro Estado, sujeitando-se, ainda, a procedimento longo e dificultoso.

Outro aspecto da lei que precisa ser alterado e está sendo providenciado através do presente projeto de lei é o que diz respeito à questão da exclusividade. Na ausência de contrato, verbal ou escrito, esta deveria ser uma natural presunção em favor do representante comercial, ao contrário do que dispõe presentemente, expressamente o parágrafo único do art. 31.

Sala das Sessões, 18 de março de 1982. — *Franco Montoro.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Art. 27. Do contrato de representação comercial, quando celebrado por escrito, além dos elementos comuns e outros, a juízo dos interessados, constarão, obrigatoriamente:

- a) condições e requisitos gerais da representação;
- b) indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;
- c) prazo certo ou indeterminado da representação;
- d) indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação, bem como da permissibilidade ou não de a representada ali poder negociar diretamente;

e) garantia ou não, parcial ou total, ou por certo prazo, da exclusividade de zona ou setor de zona;

f) retribuição e época do pagamento, pelo exercício da representação, dependente da efetiva realização dos negócios, e recebimento, ou não, pelo representado, dos valores respectivos;

g) os casos em que se justifique a restrição de zona concedida com exclusividade;

h) obrigações e responsabilidades das partes contratantes;

i) exercício exclusivo ou não da representação a favor do representado;

j) indenização devida ao representante, pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no art. 34, cujo montante não será inferior a um vinte avos (1/20) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação, a contar da vigência desta lei.

Parágrafo único. Na falta do contrato escrito, ou sendo este omissivo, a indenização será igual a um quinze avos (1/15) do total da retribuição auferida no exercício da representação, a partir da vigência desta lei.

Art. 31. Prevendo o contrato de representação a exclusividade de zona ou zonas, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros.

Art. 34. A denúncia, por qualquer das partes, sem causa justificada, do contrato de representação, ajustado por tempo indeterminado e que haja vigorado por mais de seis meses, obriga o denunciante, salvo outra garantia

prevista no contrato, à concessão de pré-aviso, com antecedência mínima de trinta dias, ou ao pagamento de importância igual a um terço (1/3) das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores.

Art. 39. Para julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado, é competente a Justiça Comum.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Os projetos lidos serão publicado e encaminhados às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não obstante as listas de presença acusarem *quorum* regimental, é evidente a falta de número em plenário.

Nestas condições, as matérias constantes dos itens 1 a 7, todas em fase de votação, ficam com a apreciação adiada, bem como a do nº 8, por depender de votação de requerimento.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acaba de aposentar-se, no cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, onde permaneceu, por mais de 10 anos, esta insigne figura humana que honra a Bahia — onde nasceu — e a magistratura brasileira a que serviu com exemplar dedicação e inextinguível competência, Álvaro Peçanha Martins.

Sua carreira profissional foi toda ela feita no âmbito da advocacia e da magistratura; foi um servidor do Direito e da Justiça, no melhor sentido em que tal qualificação pode ser atribuída a alguém. Teve, contudo, breve atuação na vida pública. Militou na política; foi Presidente do Partido Libertador, o primeiro Presidente do Partido Libertador, na Bahia, que, à época, era liderado por Luiz Viana Filho.

Tive, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a grande honra de ingressar nos quadros desse Partido muito jovem ainda. Mal ultrapassada minha maioridade civil, já ingressava nos quadros do Partido Libertador, sob a Presidência de Álvaro Peçanha Martins e sob a liderança do Senador Luiz Viana Filho.

Vereador, prefeito, deputado estadual, fui encontrar na Assembléia Legislativa aquele companheiro por cujas mãos, na qualidade de Presidente do Partido, eu havia ingressado, nos primórdios da minha carreira política, no Partido Libertador. Fui encontrá-lo deputado à Assembléia Legislativa, ao lado de Josaphat Marinho, de João Borges de Figueiredo...

O Sr. Paulo Brossard — Grandes baianos.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — ...e de Moreira Caldas. Tive a honra de conviver com ele, de aferir, tantas vezes, a grandeza do seu caráter e a expressão do seu talento. Um homem de honra, um homem cuja dignidade serve de paradigma, de exemplo a quantos queiram exercer a difícil função pública, quantos queiram pertencer à vida pública, no dizer de Otávio Mangabeira, que era, assim, o nosso inspirador. Se Luiz Viana era o Líder, Otávio Mangabeira era Líder de todos nós, inclusive do próprio Líder Luiz Viana Filho.

Peçanha Martins, deputado estadual, integrante da Bancada do Partido Libertador, pôde ainda ali, na Assembléia Legislativa afirmar a sua vocação de homem público. O advogado brilhante, o jurista respeitado, o homem que tinha vocação para a magistratura, revelava-se também um político, dando exemplos na vida pública baiana.

O Sr. Luiz Viana — Se V. Exª me permite, gostaria de apartear-lo sem prejudicar sua brilhante oração, o seu raciocínio.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — V. Ex^a, Sr. Senador Luiz Viana, nunca tumultua o meu discurso.

O Sr. Paulo Brossard — Também me inscrevo.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — V. Ex^a, sim, contribuirá, com a homenagem que deseja prestar ao seu companheiro de todos os tempos. Por certo V. Ex^a vai abrilhantar este modesto pronunciamento, estas desataviadas palavras,...

O Sr. Luiz Viana — Não apoiado!

O SR. LOMANTO JÚNIOR — ...ditas apenas com aquela unção de quem admirou e admira a figura de um homem com quem tive a honra de conviver durante muito tempo e cuja amizade, no decorrer do tempo, permanece cada vez mais intensa.

Ouçõ V. Ex^a, nobre Senador Luiz Viana, meu antigo Líder e — por que não dizer — meu Líder de hoje,...

O Sr. Luiz Viana — Agradeço a V. Ex^a

O SR. LOMANTO JÚNIOR — ...porque, pelas suas qualidades, pelo seu passado, pelo seu talento, pela sua formação política, V. Ex^a hoje é, sem dúvida alguma, um nune tutelar da política do meu Estado.

O Sr. Aloysio Chaves — E do Brasil.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a Solidarizo-me com V. Ex^a e o felicito pela iniciativa que está tendo de lembrar, neste momento, a figura de Álvaro Peçanha Martins. Álvaro Peçanha Martins, pouco mais moço que eu, durante toda a sua vida política foi meu companheiro, meu colega, meu amigo. Álvaro Peçanha Martins realiza uma figura que não tem sido rara na vida brasileira, a figura do político, do homem de idéias políticas, do homem de fidelidade política, que, se transferindo para a magistratura, indo para os tribunais, lá se mantém com dignidade, com isenção e com sabedoria.

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O Sr. Luiz Viana — Realmente Peçanha Martins é um homem de vida pública, foi um deputado atuante, e até apaixonado, porque, por temperamento, é um homem apaixonado. Peçanha Martins, que defendia realmente o ideário do Partido Libertador, que se orgulhava de pertencer àquele Partido, como todos nós, seus amigos e seus colegas àquele tempo, tendo ido para a magistratura, integrando o Tribunal Federal de Recursos, tornou-se um juiz exemplar...

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O Sr. Luiz Viana — ... com total dedicação à sua nova função, que exerceu com dignidade exemplar. Realmente, Peçanha Martins se caracteriza, sobretudo, pelo homem de caráter. É um homem de caráter realmente excepcional. Não lhe conheço nenhum defeito, nenhuma falha em matéria de caráter, fosse como político, como deputado, como juiz. Tem sido até hoje — e continuará a sê-lo — uma figura que honra a vida pública do Brasil. Agradeço a V. Ex^a

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Eu sim, é que agradeço a V. Ex^a As suas palavras, somente elas, já seriam uma viva, uma justa homenagem à figura admirável de brasileiro que é Álvaro Peçanha Martins. As palavras de V. Ex^a, nobre Senador Luiz Viana, vieram enriquecer meu discurso — e ninguém melhor para dar o testemunho da personalidade, para traçar com palavras vivas as qualidades de Peçanha Martins do que o Senador Luiz Viana Filho, que com ele viveu, e vive, todos os tempos e momentos áureos da sua vida de homem público.

Ouçõ, com muita honra, o Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard — Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa que tomou. Devo dizer que era minha intenção registrar aqui, nesta Casa, a passagem de Álvaro Peçanha Martins pelo Tribunal Federal de Recursos, mas reconheço que a iniciativa fica melhor em um representante do Estado da Bahia.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — É uma pena que eu tenha privado a Casa de ouvir esse brilhante pronunciamento.

O Sr. Paulo Brossard — No entanto, não quero perder a oportunidade de juntar também a minha palavra de homenagem ao ilustre baiano, ao ilustre brasileiro. Tive ocasião de conhecer Peçanha Martins ainda na Bahia. Disse que tive o prazer de conhecê-lo, porque realmente o convívio com Peçanha Martins dá prazer, pela sua inteligência, pela sua fidalguia, pela sua educação, pelo seu espírito. Realmente tive o prazer de conhecê-lo ainda na Bahia. Depois aplaudia a sua escolha para Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Agradou-me aquela nomeação, exatamente porque com ela era distinguido um espírito culto, um espírito fino, um espírito nobre da nobre

Província da Bahia. Devo dizer, como advogado que sou, que o Juiz Álvaro Peçanha Martins foi modelar no exercício da sua função. Não apenas foi um Ministro atuante, trabalhador, dedicado, ponderado, equilibrado, equitativo, justo, como um juiz sempre aberto, sempre disposto, sempre pronto a receber o advogado, a ouvir os militantes do fórum com a sua invariável correção. Presidiu o Tribunal Federal de Recursos com brilho, com elevação, com distinção e chegou ao termo da sua carreira, aposentando-se do Tribunal e inscrevendo seu nome entre os melhores juizes que aquela corte tem tido. Como brasileiro de outras plagas, agrada-me prestar este testemunho e esta homenagem que peço licença para inserir no seu discurso.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — A minha alegria — e confesso que estou transbordante de alegria por prestar esta homenagem singela que deveria ser o meu discurso — a ela se soma, ela agora está mais intensa ainda, porque vejo que saímos das fronteiras da Bahia e, pelo que estou sentindo, outros oradores vão participar deste meu pronunciamento. Agora, as palavras brilhantes do Senador Brossard que também o conhece, que também o admira e o exaltou, fazendo-lhe justiça.

Temos o orador, o homenageado e o Senador Paulo Brossard, as mesmas origens políticas o que, sem dúvida alguma, se constitui para mim particular satisfação e honra.

Agradeço, nobre Senador Paulo Brossard, as suas palavras que, por certo, irão sensibilizar profundamente, irão ferir a modéstia daquele grande conterrâneo da Bahia.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Ouço o conterrâneo Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Quero significar, de início, a minha alegria em voltar aos dias distantes da Bahia, em que convivemos, V. Ex^a, o Senador Luiz Viana, Álvaro Peçanha Martins, Josaphat Marinho e aquela plêiade magnífica de homens públicos que a Bahia reuniu naquele tempo, Anísio Teixeira, Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, Aloysio de Carvalho, Gilberto Valente, Jaime Junqueira Aires, aquela magnífica constelação de homens, de que eram os mais moços V. Ex^a e o Senador Josaphat Marinho. Esta é a primeira alegria, a alegria de voltar àquele tempo e V. Ex^a o recorda sob a égide do grande Octávio Mangabeira. Mas acompanhei, e todos nós acompanhamos, Álvaro Peçanha Martins na sua brilhante caminhada pela magistratura, depois de haver percorrido com êxito e, principalmente, com probidade exemplar a carreira política. E não há melhor julgamento para o juiz do que aquele que é proferido no momento em que ele deixa de exercer a sua função. E é esse momento, não o momento em que ele ingressa no tribunal, é no momento em que ele se despede do tribunal que as homenagens lhe devem ser prestadas. A homenagem de V. Ex^a, que sei não deve ser apenas e não é, já agora depois da palavra do Senador Paulo Brossard, restrita apenas à Bahia, é uma manifestação do pensamento nacional. Essa homenagem é a homenagem que os bons juizes merecem e devem merecer sempre na hora em que se despedem dos tribunais. O Supremo Tribunal tem esse hábito, ele não recepciona os juizes que chegam, apenas aqueles que se despedem. V. Ex^a fala de um juiz que se despede, e se despede com uma toga sem mácula, como foi a sua vida e como é a sua vida. Um homem que honrou a geração de V. Ex^a, porque eu e o Senador Luiz Viana somos um pouquinho mais velhos. Mas honrou aquela geração brilhante que um dia a Bahia reuniu sob a égide de Octávio Mangabeira, de João Mangabeira, de Simões Filho, Pedro Lago, e tendo, assim, como o mais velho de todos, José Joaquim Seabra. De modo que V. Ex^a recorda um tempo distante, aqueles tempos a que gostaríamos de voltar, se fosse possível caminhar de novo os mesmos passos e nos rejubilar por haver cumprido nobremente o dever que nos foi imposto. Agradeço a V. Ex^a

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Senador Nelson Carneiro, V. Ex^a, no seu aparte, fez com que eu retrocedesse a minha mocidade, a minha mocidade dos idos de 1934, eu diria mesmo, a minha juventude.

Estudante de curso de ginásio, ou mal iniciava o ginásio nos idos de 1934, e recordo-me dessa constelação de homens públicos. Recordo-me da figura frágil — frágil pela idade, já combatida pelos anos — de J. J. Seabra. Era eu menino, na Cidade de Jequié, que se engalanava para receber a ação autonomista brasileira. À frente, Octávio Mangabeira, Simões Filho, J. J. Seabra e os jovens da época, Luiz Viana, Nelson Carneiro, Aloysio de Carvalho, Nestor Duarte, Jaime Junqueira Aires, Gilberto Valente e tantas figuras que, nesta hora, recordo com o maior respeito e com a maior saudade. Menino, eu já sentia que algo estava a compêlir a minha vida, já pressentia a minha vocação para a vida pública, fui assistir a um comício admirável na Cidade de Jequié, ouvi os discursos que me encantaram naquela noite; noite, aliás, que não foi só de discurso, mas de apêrtes oposicionistas, foi noite de preocupações. O meu velho pai, que acompanhava desde os primórdios esses ho-

mens, conduzia-me pelas suas mãos, para assistir àquela tertúlia admirável que foi a noite da ação autonomista brasileira, defendendo a candidatura de Octavio Mangabeira.

O Sr. Senador Nelson Carneiro, ninguém melhor do que S. Ex^a para dar seu testemunho, porque acompanhou os passos de Peçanha Martins, porque conviveu intensamente com ele. O Sr. Senador Nelson Carneiro, foi e é para mim, também, um exemplo. Menino que era, eu o admirava pela sua coragem, pela sua fulgurante inteligência, dizia mesmo pela sua bravura cívica. Todas essas qualidades, Sr. Senador Nelson Carneiro, foram, sem dúvida alguma, atrativos para que eu exercitasse a minha vocação política.

Mas, Sr. Presidente, Peçanha Martins foi eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, em 1946, e, sucessivamente, reeleito, nos biênios seguintes; Vice-Presidente, no biênio 1963-1965, e, finalmente, presidente da Ordem dos Advogados, Seção da Bahia, de 1965 a 1967. Ali, como condutor da Ordem dos Advogados, pôde ainda manifestar ou comprovar as suas qualidades de homem público e de condutor brilhante.

Exerceu inicialmente cargo de Assistente Jurídico no Ministério da Justiça, lotado na Procuradoria da República.

Foi nomeado Juiz Federal na 1ª Vara, na Bahia, em 1967. Prossegue a sua brilhante carreira e é reconhecido pelas mais altas autoridades da República, quando é convocado para integrar, na qualidade de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Ali ocupou a Corregedoria Geral, no período de 1971 a 1973, cumulativamente, com a função de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.

Presidente do Tribunal Federal de Recursos, pôde mais uma vez comprovar as qualidades que foram a razão da sua condução para aquela alta Corte da Justiça Federal.

Sua vida exemplar, suas idéias e suas virtudes estão bem claras no discurso que pronunciou na festa natalina do Tribunal, em dezembro do ano passado, agradecendo homenagem que então lhe foi prestada. Nesse discurso começou citando Joaquim Nabuco, quando disse:

“Há na vida uma coisa que não se deve fingir, é a mocidade!”.

Depois aludiu aos colegas que os encontravam quase todas as tardes, presentes em seu gabinete, oferecendo-lhe a grata impressão que ainda estar figurando no tablado da vida pública. Lamentou que no ano que estava a findar houvesse julgado, como relator, menos de quinhentos processos, face a um grave acidente de que fora vítima, e que lhe afetara as condições físicas para o trabalho. Disse ele haver, porém, chegado perto desse número, votando ao meu modo — assim afirmava — em termos breves, sem palavras supérfluas. Sem citações demasiadas, que já não se compatibilizam com a pugna forense dos novos tempos. A Justiça deixou de ser “o caminho fácil” com “flores perpétuas” nas suas bordas.

Admitiu ainda, naquele brilhante discurso, que a hora é de uma Justiça vigilante, pronta e expedita, em condições de atender às trepidações da sociedade brasileira, que vai-se adaptando aos poucos às modificações da velha fórmula, de dar a cada um o que é seu.

Naquele memorável discurso foram suas palavras finais: “A todos envolvo em fraternal abraço amigo, desejando a cada um, do fundo de minha alma e sob a invocação do Natal de Jesus” — afirmava Peçanha Martins — “muita saúde, o maior bem da vida, prosperidade e bom entendimento. Dependendo deste o renome dos órgãos Colegiados, como o Tribunal Federal de Recursos, atentem bem nestas palavras finais deste companheiro mais velho, urge afastar a vaidade que não constrói”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, creio ter cometido, hoje, um ato de justiça, homenageando a figura de Álvaro Peçanha Martins, que como advogado, como político e como juiz, com todas essas qualidades admiráveis de homem público honra a sua geração, exalta a Bahia e, sem dúvida alguma, glorifica o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Mesa deseja se associar à homenagem muito justa à aposentadoria do Ministro Peçanha Martins.

O nobre Senador Nelson Carneiro lembrava que o Ministro Peçanha fulgurou na sua geração: Eu diria que a estrela da inteligência do Ministro Peçanha Martins também fulgurou na minha geração ou melhor, na mesma geração do Senador Nelson Carneiro, do Senador Luiz Viana Filho, apenas em outra época.

Depois de formados, dentro daquela peregrinação que todos os que tiveram a ventura da formação cultural da Bahia, sempre fazemos, retornávamos à Bahia, e com outros baianos e de outros Estados, reuníamos-nos para ouvir a palavra de Peçanha Martins no Clube Inglês da Bahia que, por aquele feitiço baiano era muito mais baiano do que inglês. E aí também o fulgor da sua inteligência sobrevoava a de todos aqueles seus ouvintes e admiradores. Digo

por isso que também a minha geração sentiu o influxo da poderosa inteligência de Peçanha Martins, na minha pessoa, na pessoa do grande cirurgião baiano, Professor Luiz Carlos Medrado Sampaio, na pessoa do Capitão-Médico Lamartine e daqueles tantos outros que, no clube muito mais baiano que inglês, ouvíamos, fascinados, Peçanha Martins.

Por isso que, na coincidência da minha presença agora na Presidência desta Casa, não posso deixar de me associar, com muita alegria e com muito respeito, a homenagem àquele grande brasileiro que, teoricamente, vai para o *ocium cum dignitate*. Peçanha Martins entretendo não fará isso, porque dignidade ele tem desde sua nascerça; e ao *ocium* ele jamais irá, porque ele continuará para sempre o jovem e inquieto Peçanha Martins.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria. (*Pausa.*)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quando insistimos em tratar, nesta tribuna dos problemas energéticos, não nos move o intuito de aparentar conhecimentos técnicos especializados, mas a intenção de tornar sempre presente à atenção do País a importância desse problema, para o nosso desenvolvimento econômico, principalmente depois de deflagrada a crise mundial do petróleo.

Se podemos, antes do fim da década, estar produzindo um terço do óleo necessário ao consumo interno do País, também há possibilidades de que a restante demanda de energia seja atendida por outras fontes.

Temos a energia mecânica produzida pelas ondas marítimas, pelas marés e pelos ventos; a energia química, que pode resultar da utilização do carvão mineral; a energia nuclear, originada da transformação da massa das partículas decorrentes da fissão ou fusão atômicas; a energia radiante, que se manifesta sob a forma de calor, que o sol nos propicia sob a forma de luz; a energia térmica, também denominada calorífica, resultante do aquecimento dos corpos.

E todas essas formas podem resultar em energia elétrica.

Ninguém ignora que o progresso humano tem resultado da nossa capacidade em utilizar as fontes de energia, de que o homem depende para a execução do seu trabalho. Sabem os economistas que o nível de vida de uma nação tem íntima relação com os tipos de energia utilizados e a forma pela qual a obtém e aplica. Primeiro, a energia física decorrente da domesticação dos animais; depois, aquela obtida da lenha e do carvão; finalmente, a resultante do petróleo e do gás, até a energia elétrica e a energia atômica, que marcam o fastígio da civilização contemporânea.

Acontece que a natureza dividiu desigualmente os recursos energéticos mundiais: uns países, ricos em carvão, em hulha, em petróleo; outros dispõem de abundante energia hidráulica. No caso brasileiro, se os depósitos petrolíferos são demandados profundos, ou descobrimos apenas menos abundantes, a natureza nos compensou com a riqueza em carvão e, sobretudo, em fontes hidráulicas, de que a Usina de Itaipu é um exemplo espetacular.

Se a organização econômica mundial hoje se baseia no uso intensivo do petróleo, não é menos certo que, ante a ameaça dos esgotamentos das jazidas economicamente exploráveis, como que se encerra uma fase do processo civilizatório, marcado pelo uso principalmente de energia hidrelétrica e da energia nuclear.

As previsões mais otimistas dão como esgotados os recursos de carvão no ano de 2500, os de petróleo no ano 2100 e os de gás natural antes do fim deste século.

Então é preciso cuidar de outras fontes alternativas de energia.

No quadro atual do consumo, quarenta por cento da energia utilizada pelo homem vem do petróleo, trinta e cinco por cento do carvão, dezoito por cento do gás natural, cinco por cento de fontes hidrelétricas e apenas dois por cento de energia nuclear.

No caso brasileiro, o apelo à energia elétrica resulta, principalmente, do nosso grande potencial hidrelétrico.

Desde a descoberta da máquina a vapor, primeiro passo para a produção da energia em escala industrial, a eletricidade se desenvolve, embora utilizada em escala industrial no final do século passado. Tal a ampliação, em todo o mundo, dessa utilização, que o consumo de energia elétrica é tido, pelos economistas, como um eficiente indicador de desenvolvimento.

Mas a eletricidade não se encontra disponível na natureza, provindo de fontes primárias. Tipo secundário de energia, ela pode advir da utilização do carvão, do petróleo, do gás natural, do urânio e da energia hidráulica.

De todos esses recursos, aquele de que dispomos, mais abundantemente, é a energia hidráulica, tanto mais digna de ser utilizada, quando não causa nenhum tipo de poluição.

A onipresença da eletricidade, nas múltiplas utilizações pelo homem moderno, se afirma no fogão, no ferro de passar, no aspirador de pó, nas lavadoras de roupas e pratos, nos secadores, no liquidificador, na batedeira elétrica, na calefação doméstica, em centenas de instrumentos e artefatos que facilitam a vida do homem.

A cidade vertical, que depende dos elevadores, não existiria se não fosse a energia elétrica, decerto responsável pela crescente urbanização do mundo como, mais recentemente, graças à eletrificação rural, pela enorme melhoria dos padrões de conforto na agropecuária.

Pode-se dizer que, com a iluminação elétrica, com as máquinas de escrever e calcular, com os ventiladores, os aparelhos de ar condicionado, permitindo a climatização mais conveniente, pelo menos duplicou a capacidade de trabalho do homem. Também os hospitais, as creches, utilizam essa fonte de energia em seus laboratórios de raios X, incubadeiras, esterilizadores, equipamentos cirúrgicos, laboratórios eletrônicos.

Ela participa, ativamente, do processo de mecanização das lavouras, principalmente pela substituição do diesel, em irrigadores, secadeiras, descascadores, ordenhadeiras, chocadeiras, múltiplos auxiliares da agricultura e da pecuária.

Mas o problema da eletricidade passa a interessar-nos mais do que nunca, depois de deflagrada a crise do petróleo.

O Brasil foi pioneiro no emprego da eletricidade na América do Sul: quando Edison construiu, em 1879, em Nova Iorque, a primeira usina elétrica, para a distribuição de energia urbana, D. Pedro II inaugurava a antiga Estação da Corte, com seis lâmpadas, utilizada a energia elétrica originada de meios mecânicos. Em 1881, a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto mostra ao Imperador o funcionamento de lâmpadas elétricas, acionadas por um dínamo. Em julho desse mesmo ano, instalam-se 16 lâmpadas elétricas no Jardim do Campo de Aclimação, hoje Praça da República, no Rio de Janeiro e, em dezembro, 60 lâmpadas iluminam a Exposição Industrial, no Largo do Paço, atual Praça 15 de Novembro, naquela cidade.

Em 1883, a cidade de Campos é a primeira da América do Sul a receber iluminação pública elétrica, o que ocorre em 1884 em Rio Claro, em São Paulo e, em 1887, em Porto Alegre.

Mas o primeiro aproveitamento hidrelétrico ocorre na Usina de Ribeirão do Inferno no Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais, constituída, por uma barragem com um desnível de cinco metros e casa de força dotada de dois geradores de oito cavalos-vapor cada um, acionados por uma roda de água de madeira com três metros e vinte e cinco centímetros de diâmetro. A energia era levada a dois quilômetros de distância, sendo, em 1883, a linha de transmissão mais extensa do mundo.

Em 1887, funcionava a Hidrelétrica de Ribeirão dos Macacos, em Nova Lima, de propriedade da *Cie. des Mines d'or du Garia*.

Acentuam-se, a partir de 1900, os recursos destinados ao setor, quando o Brasil já possuía uma potência instalada superior a 12 mil Kw: já em 1950, possuíamos 1.089 usinas hidrelétricas, representando oitenta e dois por cento da energia produzida no País.

Vêm, para o Brasil, companhias estrangeiras de eletricidade, instalando-se no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife, na Bahia.

O maior impulso ao setor resulta da situação em que ficamos, na segunda Guerra Mundial, em consequência do boicote alemão, praticamente suspenso o fornecimento de petróleo ao Brasil. O mercado de eletricidade expandiu-se e diversificou-se, quando o BNDE, instituída a destinação de parte do Imposto de Consumo como todo o Imposto Único sobre Energia Elétrica ao Fundo Federal de Eletrificação, passa a acudir o setor, até a instalação da ELETROBRÁS.

Em 1945 era criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, para o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, que entra em operação em 1955, com 180 megawatts de potência, juntando-se àquela Paulo Afonso II e III, enquanto, no rio Parnaíba, se constrói a Usina Presidente Castello Bran-

co, depois de Furnas, e Três Marias, da Criação da CEMIG e da CESP, da CELUSA, da COMESA, da CEHRP, da COPEL.

Em 1961, constituía-se a ELETROBRÁS que, a partir de 1964, tem decisivo papel na implantação da realidade tarifária e na encampação de empresas estrangeiras, como a AMFORP e a BPCO.

Em 1960, elabora-se o primeiro Orçamento Plurianual do Setor de Energia Elétrica, constituem-se a ELETROSUL e, quatro anos depois, a ELETRONORTE, a ELETROBRÁS, através da Usina de Furnas, inicia a implantação do Programa Nuclear Brasileiro, com a construção da primeira usina da central Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis.

Como resultado da ênfase emprestada à política energética, em 1979 produzíamos mais de 124 mil GWh, sendo mais de noventa e dois por cento de origem hidráulica, para um consumo de pouco mais de 100 mil GWh.

A estrutura atual do mercado consumidor representa a seguinte composição: de cada cem quilowatts-hora, cinquenta e oito correspondem ao setor industrial, dezenove ao setor residencial, onze ao setor comercial e doze ao mercado rural, iluminação pública e demais serventias.

Em 31 de dezembro de 1979, tínhamos mais de vinte mil megawatts produzidos de fonte hídrica, mais de quatro mil de origem termoeleétrica, num total superior a vinte e oito mil megawatts.

No Orçamento deste ano, a ELETROBRÁS foi contemplada com quase quinhentos bilhões de cruzeiros e a hidrelétrica de Itaipu com duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros, enquanto, para o setor nuclear, foram adjudicados 138,2 bilhões de cruzeiros.

Em Itaipu já foram investidos cerca de cinco bilhões de dólares, devendo-se gastar mais três bilhões até 1987.

No próximo ano, as três primeiras unidades de Itaipu entrarão em operações, reproduzindo dois mil e cem megawatts.

Na verdade, temos energia elétrica ociosa, mas o excedente seria facilmente absorvido, mediante um programa intensivo de eletrificação rural, bastando que o consumo, nas atividades agropecuárias, representasse quinze por cento da energia produzida.

Espera-se, a partir de 1984 — segundo declarações de Costa Cavalcante — que a remuneração no setor elétrico reaja positivamente.

No ano passado, o déficit acumulado de todas as empresas elétricas chegava a 185 bilhões de cruzeiros, cerca de dez por cento do valor global dos investimentos. Por isso assumimos, com o Banco Mundial, em setembro do ano passado, o compromisso de assegurar a elevação do nível tarifário de três por cento sobre o INPC, este ano, cinco por cento a partir de 1983, até que a remuneração mínima supere os déficits acumulados.

A demanda caiu em cerca de três por cento, no Sudeste, no ano passado, enquanto no Norte o consumo se elevava em quase quinze por cento, chegando a quase dez por cento essa elevação no Nordeste.

Sabemos qual o resultado dessa queda da demanda, principalmente industrial: o crescimento zero da indústria nacional que, este ano, deverá ser superior a cinco por cento, segundo previsão do Sr. Mário Simonsen, resultando num incremento do consumo da energia elétrica.

Diante desse desempenho, a ELETROBRÁS retardou entre um a quatro anos os prazos de entrada em operação das treze maiores hidrelétricas do País que somam mais de dez mil megawatts. Nas usinas do Sul, tais prazos vão de 1989 a 1999.

Enquanto isso, prevê-se, para este ano, que o consumo de energia elétrica no Rio de Janeiro cresça em sete por cento, principalmente ante o intuito da Light de oferecer incentivos tarifários especiais às indústrias.

É preciso, que, diante do quadro recessivo esboçado no ano passado, no setor industrial, a produção de energia elétrica procure o interior do País, difundindo o uso da eletricidade no meio rural, para movimentar pequenas e médias agroindústrias.

Essa política de incentivo tarifário já se esboçava em setembro do ano passado, quando uma empresa que optasse pela energia suplementar pagava 1,18 cruzeiros por quilowatt adicional, quando o preço normal era de 4,15 cruzeiros.

Se já temos sobra de energia elétrica, ela será abundantíssima quando, dentro de dez anos, estiverem operando, simultaneamente, Itaipu e Tucuruí. Mas é melhor ter energia elétrica de sobra, do que enfrentar sua escassez, tanto mais quanto a política tarifária foi montada para minimizar os efeitos da superprodução.

Talvez tenhamos, este ano, um superávit de quase três milhões de quilowatts. Essa previsão, decorre do desempenho industrial do ano passado. Acredita-se que superaremos, este ano, a recessão fabril, sendo possível reduzir-se aquela previsão.

De qualquer modo, o consumo tende a incentivar-se.

Além disso, há previsões de que os nossos recursos hídricos tenham sua exploração esgotada no ano 2000 ou 2020. O certo é que, a cada dia, com a acumulação dos dados verifica-se o crescimento do potencial existente.

Se atualmente o potencial hidrelétrico brasileiro é calculado em 213 mil megawatts, talvez o mapeamento hídrico mais completo da Amazônia possa elevá-lo a mais de 230 mil megawatts.

Não há, portanto, razões para pessimismo.

Necessária, no entanto, a mobilização de recursos, para transportar aos pontos de consumo, nos próximos dez anos, a energia produzida em Itaipu e Tucuruí.

Não nos deve assustar a conjuntura recessiva, necessariamente transitória: estamos ainda pagando a segunda explosão do preço do petróleo, em 1979, superior à de 1975.

Já no ano passado o Governo anunciava energia elétrica subsidiada para projetos de irrigação agrícola, ampliando o protecionismo da chamada "energia sazonal", instituído em dezembro de 1979.

De qualquer modo, devemos prosseguir na exploração das nossas fontes hidráulicas, para a produção de energia elétrica, porque estaremos economizando mais divisas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não há dúvida que um dos pontos fracos do complexo da Previdência Social, neste País, é o INAMPS. O problema é sério. A grita, a reclamação ecoa por todo o Brasil quanto aos atrasos dos pagamentos do INAMPS aos hospitais, principalmente.

Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi um relato da situação econômico-financeira do Hospital Geral de Cuiabá, onde o Vice-Diretor Dr. Nilo de Castro Melo procura demonstrar que todo o trabalho de organização do hospital fracassa, diante das "constantes alterações na sistemática de pagamento, com atrasos no pagamento dos serviços prestados". O Hospital Geral de Cuiabá protesta contra a atitude do INAMPS de modificar sempre a referida sistemática e consequentemente traz atrasos nos pagamentos, dificultando de forma crescente a vida do nosocômio.

A direção do Hospital, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tem condições de manter as exigências do próprio INAMPS quanto ao atendimento aos pacientes. Paralelamente a direção do hospital não se sente motivada a exigir maior dedicação dos funcionários, diante dos atrasos nos pagamentos dos seus salários, via de regra em função da falta de cumprimento das suas obrigações do INAMPS.

O Dr. Nilo de Castro Melo assim afirma na sua correspondência:

"A situação atual do Hospital vem repercutindo negativamente junto a Funcionários, Fornecedores e público, única e exclusivamente por culpa do INAMPS.

Nesta data, esta é a posição do hospital:

a) — ainda não pagou os salários de dezembro de 81 aos seus 380 funcionários, cujas famílias encontram-se em grandes dificuldades pela falta de condições de transporte, alimentação, saúde e outras necessidades;

b) atrasos nos pagamentos muitas vezes com grandes prejuízos aos fornecedores. Não fosse a grande complacência dos mesmos em prorrogar prazos de vencimento de títulos vencidos e até mesmo dispensa de despesas extras, bem como o atendimento dos nossos pedidos de medicamentos e materiais levado em consideração a nossa finalidade filantrópica, esta situação seria ainda mais caótica.

Pelo nobre objetivo deste nosocômio, pelos tantos benefícios prestados à comunidade, pelo empenho e dedicação voltados aos pacientes deste promissor Estado de Mato Grosso, necessário se faz maior e efetivo apoio das autoridades em geral, principalmente do Governo, no sentido de reivindicarem junto aos dirigentes da Previdência Social solução imediata e permanente para a normal continuidade aos atendimentos de direito dos pacientes."

O povo brasileiro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles milhões de brasileiros que não vivem num Mar de Rosas, que dependem do INAMPS para tratar de uma doença, protestam, reclamam e declaram-se revoltados contra a inércia que reina na área da Previdência Social, como em outras áreas do Poder Público e citei um exemplo: a situação de calamidade em que se encontra o Hospital Geral de Cuiabá, por culpa do INAMPS.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Antes do Presidente João Baptista Figueiredo haver assumido a Chefia do Poder Executivo da União, a 15 de março de 1979, apresentou à Nação, em memorável reunião, a sua equipe de Ministros e, na oportunidade, enunciou as diretrizes que deveriam nortear a atuação governamental nos setores básicos da Administração Federal.

No que se refere à área vital e prioritária da educação, convém recordar que a orientação do Presidente da República foi de extrema clareza, simplicidade e concisão, valendo a pena resumir os principais objetivos setoriais então enunciados:

a) o ensino do primeiro grau seria público e gratuito, ministrado pelo Município, com a cooperação do Estado e supervisão federal, podendo ser suplementado pelo setor privado;

b) o ensino de segundo grau seria profissionalizado, e cada vez mais gratuito, com aumento da participação da União nos dispêndios;

c) a gratuidade do ensino superior somente seria proporcionada para as famílias de menor renda;

d) a educação deveria estar sempre a serviço da descentralização do sistema político;

e) a política educacional teria como principal objetivo formar o homem produtivo, de conformidade com as peculiaridades regionais, e inspirada nos desníveis sociais e econômicos;

f) a remuneração dos professores deveria ser atrativa, a fim de que a educação absorvesse pessoal mais qualificado. Foram estas, entre outras que não me recorde, no momento, as principais linhas de ação delineadas pelo Chefe da Nação.

Decorridos três anos de uma gestão empreendedora, afirmativa e fecunda, tanto o ilustre Ministro Eduardo Portela como o seu dinâmico Sucessor, o Ministro Rubem Luduwig, permaneceram fiéis às diretrizes presidenciais.

Embora aparentemente simples, elas traduziam os mais profundos anseios da comunidade brasileira, sendo na prática quotidiana, objetivos de extrema complexidade e difícil exequibilidade, em face da precariedade dos recursos disponíveis, das deficiências estruturais, da instrumentalidade técnico-administrativa inadequada, da carência de pessoal altamente qualificado, e do emperramento burocrático que constituem obstáculos antepostos à ação político-administrativa na órbita do Ministério da Educação e Cultura.

Sem temer, contudo, essas dificuldades, vem o Ministro Rubem Luduwig, através de um desempenho comprovadamente eficiente, enfrentando desafios e solucionando problemas que apresentam dimensões estarrecedoras, num país com as características do Brasil, cuja população, predominantemente jovem, se expande a taxas que variam conforme as unidades federativas, de 2,3 a 3,1% ao ano, o que significa, do ponto de vista da realidade, exigências impostergáveis de atendimento concreto das necessidades educativas de, aproximadamente, 51,72% da população global do País, ou seja, cerca de 65 milhões de jovens situados nas faixas etárias de 0 a 21 anos de idade.

Atento às imposições da realidade Brasileira, e coerente com as diretrizes governamentais o Ministro Rubem Luduwig, depois de promover a reformulação e modernização do seu Ministério, concentrou a programação setorial sob o seu comando em quatro áreas fundamentais: educação básica, educação superior, desenvolvimento cultural, educação física e desporto.

Merece destaque especial, na gestão do Ministro Rubem Luduwig, a implantação do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, nos parâmetros da educação básica, desenvolvido em colaboração com outros Ministérios, abrangendo ações educacionais, de nutrição e de saúde, com a participação das famílias e da comunidade, atendidas crianças de 4 a 6 anos, provenientes de famílias de baixa renda.

A expansão da escolaridade e a melhoria do rendimento do 1º grau constituem, na área da educação básica, os problemas nos quais o Ministro da Educação e Cultura vem concentrando recursos e esforços, com a finalidade de elevar as taxas de produtividade do sistema — altamente afetadas pelo índice de evasão e repetência e dentro das suas recomendações no sentido de atender, preferencialmente, às populações carentes, urbanas ou rurais.

No que tange ao aprimoramento do ensino do 2º grau, a ênfase do Ministério incide na consolidação da rede de escolas técnicas e agrotécnicas federais, e no apoio às redes estaduais de escolas semelhantes.

Paralelamente, o Ministério da Educação e Cultura vem intensificando e aprimorando os mecanismos supletivos de assistência aos estudantes, beneficiando, sobretudo, os alunos oriundos de famílias de baixa renda, através de grandes programas especiais como, por exemplo, os de Suplementação Alimentar; os de Bolsas de Estudos para 1º e 2º graus; os de Módulos Escolares para distribuição gratuita de material escolar às Secretarias Estaduais de Educação e Cultura.

Quanto à educação superior, as preocupações fundamentais do Ministro Rubem Luduwig sempre foram, desde sua posse, a melhoria da qualidade do ensino universitário, e a reestruturação da carreira do magistério superior nas instituições federais, proporcionando ao docente universitário maiores oportunidades de profissionalização e melhores níveis salariais.

O desenvolvimento cultural tem sido objeto de uma política realista de amparo às manifestações artísticas e culturais, na multiplicidade de seus aspectos, partindo de uma completa renovação estrutural, com o advento da Secretaria de Assuntos Culturais, sob a lúcida e extremamente competente direção do Professor Aloísio Magalhães.

Neste sentido tornou-se possível a incorporação à Fundação Nacional Pró-Memória, das seguintes tradicionais instituições: a Biblioteca Nacional; o Museu Histórico Nacional; o Museu Imperial; o Museu Nacional de Belas Artes; o Museu Villa-Lobos; o Instituto Nacional do Livro e o Museu da República. Encontram-se em plena execução, no plano das ações culturais, mais de 150 projetos específicos, abrangendo todo território nacional.

No setor da educação física e desportos a programação em andamento visa a apoiar o desenvolvimento da educação básica; estimular a participação dos vários segmentos da população na prática regular de atividades físicas, e intensificar as ações de organização e implementação do desporto escolar.

Além da permanente cooperação com os demais Ministérios, principalmente no tocante às atividades científicas e tecnológicas, no campo da pesquisa e do ensino, o Ministério da Educação e Cultura atravessa uma fase de excepcional atuação renovadora.

São estas, Senhor Presidente, as considerações que me ocorrem, ao tomar conhecimento do Projeto de Lei elaborado pelo MEC propondo alterações na Lei nº 5.692, de diretrizes e bases, de forma a tornar opcionais para o estudante e para a escola, os cursos profissionalizantes do 2º grau, atualmente obrigatórios.

Ao que informou o ilustre Secretário-Geral do MEC, Sérgio Pasquali, esse Projeto reúne as sugestões apresentadas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados durante o Seminário realizado sobre o assunto, e pelo Conselho Federal de Educação.

O referido Projeto de Lei — cuja incorporação no texto neste pronunciamento solicito, —, em virtude do extraordinário alcance e significado das alterações propostas, despertou-me a atenção.

Como se vê, pela sumária indicação de alguns aspectos da política educativa e cultural ora em plena execução, o Ministério está em condições de resolver, de uma vez por todas, as dificuldades que vêm se opondo à obtenção de níveis máximos de rendimento e eficiência na área do ensino de 1º e 2º graus.

Da solução desses problemas, que são vitais para os milhões de jovens matriculados em nossas escolas, depende, na realidade, a exequibilidade do projeto nacional de um Brasil desenvolvido e integralmente democrático. Porque, efetivamente, a educação básica é o ponto de partida e o fator decisivo para o atendimento desses objetivos.

Congratulo-me, portanto, com o Ministro Rubem Luduwig e sua brilhante equipe de colaboradores pela sua mais recente iniciativa, consubstanciada naquele mencionado projeto de lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem, palmas)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

As alterações

Eis o projeto de lei elaborado pelo MEC:

Art. 1º Os artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12, 16, 22 e 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O ensino de Primeiro e Segundo Graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Parágrafo 1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de Primeiro Grau e, por ensino médio, o de Segundo Grau.

Parágrafo 2º O ensino de Primeiro e Segundo Graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.”

“Art. 4º Os currículos do ensino de Primeiro e Segundo Graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Parágrafo 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares: I — O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos

e a amplitude. II — Os conselhos de educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada. III — com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

Parágrafo 3º No ensino de Primeiro e Segundo Graus, a dimensão trabalho estará presente como elemento da formação integral do aluno e será definida nos planos dos estabelecimentos de ensino.”

“Art. 5º Os estabelecimentos de ensino poderão incluir em seus currículos uma parte de formação especial, destinada à habilitação profissional dos alunos.

Parágrafo 1º No ensino de Primeiro Grau, a formação especial:

a) Não poderá predominar sobre os demais elementos do currículo;

b) Será proposta pelos estabelecimentos de ensino à aprovação do respectivo Conselho de Educação.

Parágrafo 2º No ensino de Segundo Grau a formação especial terá seus mínimos de conteúdos:

a) Definidos pelo CFE para habilitação em ocupações regulamentadas;

b) Propostos pelos estabelecimentos de ensino à aprovação do respectivo Conselho de Educação para a habilitação em ocupações não regulamentadas.

Parágrafo 3º Os estabelecimentos de ensino que optarem pela oferta regular de formação especial poderão também complementar estudos para a habilitação profissional de alunos egressos de outro curso de Primeiro ou segundo grau, assegurando aos mesmos a validade dos estudos já realizados.”

“Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser feitas em regime de cooperação com as empresas e outros órgãos públicos e privados.

Parágrafo único. A cooperação feita sob a forma de estágio, mesmo remunerado, não acarretará para as empresas ou outros órgãos vínculo algum de emprego com os estagiários, e suas obrigações serão apenas as especificadas no instrumento de convênio com o estabelecimento.”

“Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de matérias, que serão desenvolvidas sob a forma de disciplinas, áreas de estudo ou atividades, conforme plano e possibilidades do estabelecimento.

Parágrafo 1º Admitir-se-á a organização semestral no ensino de Primeiro e Segundo Graus e, no de Segundo Grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

Parágrafo 2º Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas do estudo e atividades em que tal solução se aconselhe.”

“Art. 12. O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade, por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo.

Parágrafo único. Caberá aos conselhos de educação fixar, para os estabelecimentos situados nas respectivas jurisdições, os critérios gerais que deverão presidir o aproveitamento de estudos definido neste artigo.”

“Art. 16. Caberá aos estabelecimentos expedir os certificados de conclusão de série, conjunto de disciplinas ou grau escolar e os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais.

Parágrafo único. Para que tenham validade nacional, os diplomas e certificados relativos às habilitações profissionais deverão ser registrados em órgão local do Ministério da Educação e Cultura.”

“Art. 22. O ensino de Segundo Grau terá a duração mínima de 2.200 horas de trabalho escolar efetivo.

Parágrafo 1º Quando o ensino se destinar à habilitação profissional essa duração será ampliada, cabendo ao CFE determinar o mínimo de horas para as diferentes modalidades de habilitação.

Parágrafo 2º O ensino de Segundo Grau poderá ser organizado em três ou quatro séries anuais.

Parágrafo 3º Mediante aprovação dos respectivos conselhos de educação, aos sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco anos no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de Segundo Grau.”

“Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) No ensino de Primeiro Grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de Segundo Grau;

b) No ensino de Primeiro Grau, da 1ª a 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de Primeiro Grau obtida em curso de curta duração;

c) Em todo o ensino de Primeiro e Segundo Graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena.

Parágrafo 1º Os professores a que se refere a letra "A" poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de Primeiro Grau, mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo, que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica.

Parágrafo 2º Os professores a que se refere a letra "B" poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de Segundo Grau, mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

Parágrafo 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos superiores."

Art. 2º Fica suprimido o artigo 76, com suas alíneas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O uísque estrangeiro teve uma redução de 100% no imposto de importação e talvez tenha idêntico procedimento com o IPI e o ICM, se considerarmos o tratamento estranho dado a um produto supérfluo e consumido, nos dias de hoje, somente pela alta sociedade.

Enquanto esta redução se processa beneficiando o produto estrangeiro, os jornais anunciam um aumento que pode chegar a 80% nas prestações da casa própria, 20% no preço do açúcar, além de outros aumentos nos transportes coletivos e serviços públicos como telefone etc.

Todos sabemos das dificuldades que estamos enfrentando no exterior para colocar nossos produtos, como o açúcar, o café, o soja e muitos outros. Lá fora se protege realmente o produtor nacional, concedendo subsídios que dificultam a entrada de produtos que venham concorrer com a produção interna.

Aqui, no entanto, as coisas são diferentes, a nossa indústria naval, a indústria de vagões e tantas outras, cujas produções estão tão insignificantes que muitas delas já fecharam suas portas, são preteridas pelo produto estrangeiro, causando o desemprego e o desestímulo de nossos industriais.

Precisamos inverter nossa política exterior, não importante produto que tenha similar e sobretaxando os produtos supérfluos para que não venham sugar as parcas economias de nossos patrícios.

É o que todos esperamos. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Salto, uma vez mais, sobre o mar de apreensões dos partidos políticos com o estabelecimento de uma legislação eleitoral consentânea com os foros de dignidade deste País e retorno à crise da Previdência Social e ao Decreto-lei nº 1.910, de dezembro de 1981, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Em discurso pronunciado no dia 11 próximo passado, afirmava que, menos pelas falsas profecias do oficialismo e mais pelo bom-senso e pela sensibilidade comum, vê-se que a crise previdenciária é objetiva, traduzida por seus déficits orçamentários nos últimos anos. Afinal, perguntava, se todas as instituições estão em crise, por que não estaria a Previdência Social?

O governo, no entanto, fechado em seu autoritarismo incompetente, teima em abordá-la de forma inadequada. Seu déficit orçamentário é de molde a causar sérias preocupações e suas despesas, nos últimos anos, tendem a crescer em ritmo maior que suas receitas. Tem faltado, na verdade, uma sistematização mais clara das discussões das causas de seus males, até mesmo pelas informações oficiais contraditórias sobre os limites de sua crise.

Criada pelos trabalhadores em 1923, alguns anos depois encampada pelo Estado, a Previdência Social no Brasil teve a presidir, em boa parte, sua evolução histórica caráter populista e demagógico, sintetizado na noção de que, a concessões formais no plano de benefícios pecuniários e serviços, o Estado não fez corresponder mudanças nos critérios de arrecadação da receita e, sobretudo, na forma de administração dos recursos, capazes de sustentarem e garantirem no tempo aquelas concessões, arrancadas legitimamente pela pressão dos trabalhadores nas conjunturas mais favoráveis.

Pelo contrário, a história da Previdência Social no País pode ser caracterizada, em suas linhas gerais e com algumas oscilações, como um processo ao longo do qual, ao mesmo tempo em que os segurados foram conquistando al-

guns benefícios e serviços, essas conquistas se fizeram acompanhar por retrocessos nos critérios de participação das empresas e do Estado em seu custeio.

Se, no princípio, a participação das empresas se fazia com base em sua renda bruta anual, a partir de certo momento, passou a fazer-se com base na folha de salários, como continua a ocorrer até os dias atuais. Isso, sem dúvida, dada a tendência histórica à substituição da força de trabalho por capital em todos os setores da economia moderna, máxime nos poderosos conglomerados multinacionais, com grande disponibilidade para a sofisticação tecnológica, aponta inexoravelmente no sentido da participação decrescente, em termos relativos, das empresas no custeio da Previdência Social.

Por sua vez, a contribuição da União, por muitos anos definida como igual a dos segurados e das empresas, passou a ser, na década de 60, restrita aos gastos com pessoal e administração. Isto fez com que esta contribuição, antes de 33%, passasse para 10% nos primeiros anos da década passada e para menos de 4% nos últimos anos.

Historicamente, no entanto, os problemas previdenciários não se situam apenas na composição da receita, mas atinge também a forma imoral como os recursos advindos dos trabalhadores foram manipulados.

Durante seus quase 60 anos de existência, por mais de cinco décadas, até fins dos anos 60, e 3 a 4 anos, nos meados da década de 70, a Previdência Social brasileira foi superavitária.

Seus superávits, tecnicamente, deveriam ter constituído um fundo de reservas a serem investidas em aplicações financeiras seguras, capazes de garantir no futuro o mais que esperado crescimento das despesas. Ao contrário, as reservas previdenciárias foram permanentemente desbaratadas e apropriadas pelo Estado que as utilizou sempre com destinações espúrias voltadas para suas preocupações políticas e econômicas, desde a criação de empresas de economia mista nos anos 40, até a construção da Ponte Rio-Niterói e da Usina de Itaipu nos anos 70, passando pelo apoio a Prefeituras em dificuldades financeiras e anistia às empresas em atraso.

Em 81 a dívida da União para com a Previdência Social era, segundo informações oficiais, de 90 bilhões, que se acumulavam desde 70. Corrigida essa dívida representaria quase 400 bilhões de cruzeiros.

É lógico, portanto, não ser a noção de "crise financeira" da Previdência Social no Brasil coisa nova, pois referência a essa situação já se faz desde os anos 40.

Mais lógica ainda é a conclusão de que essa situação de descalabro também se deve à forma autoritária com que vem sendo gerenciado Fundo Social de tamanha envergadura, sem qualquer participação de dois componentes de seu tripé: os trabalhadores e os empresários.

Há ainda o problema da assistência médica, transformada em bode expiatório dos erros e das mazelas da Previdência. Reservo-me para um futuro discurso a discussão deste problema.

A meu ver, no entanto, ressaltam, no momento, duas questões básicas. A primeira é de saber se o necessário aumento da receita previdenciária pode e deve ser realizado à custa dos trabalhadores. A segunda refere-se à forma como seus recursos continuam sendo aplicados.

O Governo, sem causar muita surpresa, optou autoritariamente pela majoração das alíquotas de contribuição de empregados e empregadores, ao editar o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981.

A Exposição de Motivos dos Ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Jair Soares, da Previdência e Assistência Social, ao Presidente da República, incluída por este em sua Mensagem ao Congresso Nacional nº 21/82, não faz referência, uma vez sequer, aos problemas estruturais da Previdência, nem à inequívoca relação entre a redução de sua receita e a política econômica recessiva adotada pelo Governo.

Afirma que o sistema previdenciário vive "crise financeira de proporções sérias" e que se traduz por déficits contábeis crescentes desde 1979. Informa que o déficit do SINPAS, em 1980, foi de 42 bilhões de cruzeiros e que, em 1981, a dívida acumulada junto à rede bancária elevou-se a 200 bilhões de cruzeiros, estimando o déficit de 1982 em 527 bilhões!

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, onde se encontra a "ilha cercada de corrupção por todos os lados"? Ou pretende o governo ocultá-la, uma vez mais sob a capa de novos superávits de arrecadação, às custas do sacrifício dos trabalhadores e médios e pequenos empresários? O "escândalo previdenciário" a que se referiu o ex-Presidente Castello Branco, em 1964, não teve fim. Pelo contrário, acabou assumindo proporções assustadoras, medidas em trilhões de cruzeiros.

Trata-se de um Fundo Social extremamente grande e importante, medido no corrente ano por uma arrecadação de quase três trilhões de cruzeiros e que precisa constituir-se em fator de segurança dos que trabalham neste país e que não pode continuar sendo administrado de forma autoritária e irresponsável em moldes que constituem um acinte aos brasileiros.

A revista *Veja*, ainda em sua edição de 12 de agosto do ano próximo passado, publicou reportagem sob o título "Uma Batalha Perdida" — Trabalhadores e empregadores terão suas contribuições elevadas para que o Governo possa tapar o rombo da Previdência Social".

Passo a transcrever alguns trechos da referida reportagem:

"Às 11 horas da manhã da última terça-feira, o Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto deixou o seu gabinete no Palácio do Planalto, caminhou uns poucos passos e alcançou a antesala do gabinete do Ministro Golbery do Couto e Silva. "Entregue isso aqui ao chefe", disse ele à secretária do Ministro-Chefe da Casa Civil, dona Lourdinha — e deixou sobre a mesa duas folhas de papel dobradas, pedindo que Golbery as levasse para o Presidente João Figueiredo. Em seguida foi almoçar. Poucos minutos depois, no salatório de Brasília, as duas folhas tinham se transformado numa "carta". Mais alguns minutos, e já eram uma "carta de demissão" — a demissão de Delfim, um rumor que abalaria Brasília por todo o dia, e sobrecarregaria os canais telefônicos entre o Rio de Janeiro, São Paulo e a capital. Na realidade, como se verificaria só na sexta-feira, quem estava deixando o governo não era Delfim — mas, justamente, o Ministro Golbery, que já se preparava para consumir seu pedido de demissão.

Nem por isso, contudo, o papel de Delfim deixava de se inscrever na lista dos documentos explosivos: tratava-se de uma tenebrosa coleção de números, descrevendo ao Presidente a situação de falência da Previdência Social."

Mais adiante:

Situação Negra — Na verdade, por mais graves que sejam os problemas da Previdência Social como um todo, não é difícil entender sua essência: o sistema simplesmente está gastando mais do que arrecada. A leitura de seus números reais soa como um diagnóstico de câncer em estágio terminal. Num cálculo simplificado, a receita total da Previdência, para 1981, é de 1,3 trilhão de cruzeiros, dos quais 1,2 trilhão em arrecadação própria — ou seja, as contribuições pagas por segurados e empresas — e mais 100 bilhões em contribuição da União. As despesas só com benefícios somam 970 bilhões de cruzeiros — e aí não se pode cortar nada. Mais 100 bilhões são gastos para pagar a administração do próprio sistema.

Acrescente-se nisso mais uns 25 bilhões de cruzeiros repassados à Legião Brasileira de Assistência e à Fundação do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, e tem-se uma sobra nas vizinhanças dos 200 bilhões. Para o ano que vem a situação fica definitivamente negra. A arrecadação, prevê-se, deve subir para 2,5 trilhões de cruzeiros, mas as despesas disparam. Só de benefícios vai-se mais de 2 trilhões, o dobro deste ano, e a assistência médica supera a casa dos 700 bilhões. Resultado: um déficit estimado, acrescentando-se as outras despesas em quase 500 bilhões de cruzeiros.

Na realidade o déficit da Previdência Social era uma questão que vinha se arrastando há tempos dentro do governo — e a incapacidade de encará-lo de uma forma racional pode, inclusive, ter sido uma das causas do fatal aborrecimento do General Golbery com a vida no Planalto. O Ministro do Planejamento chegou a indicar ao Presidente Figueiredo que somente com o sacrifício dos cinco maiores projetos em andamento — Ferrovia do Aço, Plano Nuclear, Açominas, Tucuruí e a construção dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo — seria possível atender a um déficit da Previdência que ele mesmo estimava andar, no início do ano, em torno de 50 bilhões de cruzeiros."

E conclui descrevendo uma das causas do descalabro previdenciário:

"Eleição Cara — Essa situação gerou fundos ressentimentos e divisões em Brasília — e dentro do próprio Governo e o Ministro Jair Soares é acusado de agravar o descalabro da Previdência, acrescentando a seus problemas estruturais uma "administração eleitoral". Soares se defende: "Meu ministério não contratou ninguém a não ser por concurso", disse ele na semana passada. "E toda vez que quero tirar alguém com cargo em comissão me tocam um mandado de segurança em cima". Seus críticos têm histórias diferentes. Alguns dias antes de tomar posse no Ministério, em fevereiro de 1979, Soares reuniu-se com as recém-eleitas bancadas da falecida ARENA e transacionou ali postos de chefia da Previdência nos Estados. Os parlamentares não se fizeram de rogados.

Na Baixada Fluminense, de um conciliábulo entre financiadores de escola de samba e do jogo do bicho com deputados do PDS, surgiram os primeiros chefes da Previdência Social. No Nordeste

chegou-se a colocar em um chapéu papeizinhos com vários cargos disponíveis e promoveu-se um sorteio entre deputados. Em São Paulo, o Deputado Cantídio Sampaio, Líder do PDS na Câmara, encontrou um coronel da Polícia Militar para o cargo de superintendente do INAMPS. Cartas e mais cartas foram enviadas a deputados do PDS, que por sua vez estenderam a correspondência a prefeitos do partido do governo, pedindo-lhes que indicassem nomes de médicos para serem credenciados.

De passo em passo, atendeu-se a toda a clientela política do PDS, o que torna até compreensível a presença de um psiquiatra na Presidência do DATAPREV, a maior empresa de computação e processamento de dados do país. Os males e os labirintos sombrios da Previdência, é certo, não nasceram com Soares, mas é igualmente correto afirmar que foram ampliados. "A campanha de Jair Soares para eleger-se governador do Rio Grande do Sul em 82 acabará custando mais caro ao país do que a campanha do Reagan" explode um ministro."

Ao examinar-se, no entanto, um feixe de causas principais do déficit previdenciário, verifica-se serem todas corolário da crise geral vivida pelo País.

A primeira delas é a política econômica recessiva adotada pelo Governo, aumentando drasticamente os índices de desemprego urbano e reduzindo os salários reais de boa parcela dos trabalhadores brasileiros.

A partir de 1977, passou a haver um decréscimo das taxas de crescimento real da previdência, tanto de sua receita quanto de suas despesas totais, a ponto de, em 1980, terem as despesas crescimento real pouco superior a zero e a receita crescimento negativo de -6%.

É lógico que, até 1976, outros fatores influíram no crescimento abrupto das receitas e das despesas previdenciárias. Até essa data, se fez a incorporação crescente da população economicamente ativa como contribuintes, até atingir a faixa dos 90%; houve, ainda, a elevação do teto de contribuição máxima e a rápida incorporação de autônomos com alíquota elevada de 8 para 16%, bem como a extensão da previdência ao empregador rural. Do lado das despesas, houve a elevação dos gastos com assistência médica, sobretudo com a criação do Plano de Pronto Atendimento em 1975, bem como a criação de uma série de benefícios e de aposentadorias especiais.

Sem dúvida, no entanto, a agudização da crise financeira do sistema previdenciário, nos últimos anos, é um produto direto da situação econômica fortemente recessiva criada pela atual política econômica.

Está fora de dúvida que a drástica redução dos níveis de emprego urbano levaram a receita previdenciária a decrescer o seu valor real a ponto de ser em 81 inferior a 77. Este processo iniciou-se já em 1979.

A segunda causa, também importante, é a paulatina redução da participação da União na formação do Fundo de Assistência e Previdência Social. Esta começou a decrescer mais abruptamente a partir de 1973, saltando de 10% neste ano para 3,4% do total da receita previdenciária no ano passado. Enquanto se criavam novos benefícios e novas aposentadorias especiais, ainda que insuficientes para um povo carente, o Estado, ao contrário de cumprir seu papel investindo recursos financeiros oriundos dos tributos cobrados na área social aumentando sua participação, passou a reduzir essa mesma participação na constituição do sobrecarregado fundo previdenciário.

Acresce-se a isso a situação de extrema carência de enormes contingentes populacionais brasileiros e de elevados índices de acidentes do trabalho, fatores naturais de aumento da demanda previdenciária em nosso meio. E mesmo pela falta de um Fundo de Desemprego.

Outra causa importante foi, sem dúvida, o desmesurado crescimento das despesas com assistência médica numa fase da Previdência Social, muito além de suas possibilidades financeiras.

Não se pode permitir, no entanto, que esse problema seja abordado como se fosse de caráter conjuntural, de molde a ser resolvido com a drástica redução nas despesas globais com a saúde. Não se pode aceitar a posição oficial no sentido de transformar a assistência médica no único bode expiatório da crise financeira da Previdência.

Na verdade, houve crescimento relativo das despesas com assistência médica, em relação às despesas globais do sistema previdenciário, até 1976, quando essa proporção foi de 31,6% do total. A partir daí, no entanto, seus gastos estabilizaram-se, situando-se, no ano passado, na proporção de 27,5% das despesas previdenciárias globais.

É preciso ficar claro que a atenção à saúde, no País, está exigindo maiores investimentos pelo Estado. O que existe, na verdade, são graves distorções estruturais, cuja origem se encontra na própria filosofia do sistema assistencial-previdenciário brasileiro.

O orçamento do setor saúde, no ano passado foi de aproximadamente 500 bilhões de cruzeiros, reservando quase 80% (mais precisamente 382 bi-

lhões) ao INAMPS, 60% dos quais repassados às empresas privadas de prestação de serviços médicos.

O problema real diz respeito à atual concepção da política global de saúde no Brasil, onde predomina de forma absoluta um sistema perverso de administração dos serviços de saúde, pautado pela ênfase excessiva no atendimento público-hospitalar, sofisticado e comercializado, de custos extremamente elevados, controle ainda mais difícil e de nenhum impacto nas causas do estado endêmico da população, já que predomina o total descuido às atenções básicas de saúde. É flagrante, sobretudo nos médios e grandes centros urbanos, o processo de mercantilização da assistência médica, incentivado pelo atual Sistema Previdenciário, em detrimento dos programas médico-sanitários e preventivos. Tal desequilíbrio se reflete nos recursos superiores à disposição do INAMPS em comparação com os dos órgãos de saúde, como o próprio Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais.

Por outro lado, não há dúvida de que o desastre social é mais flagrantemente percebido no setor saúde. Tem-se hoje, no Brasil, ao lado do padrão nosológico próprio do subdesenvolvimento, já tradicional entre nós, uma outra categoria de doenças caracterizadas como "patologia moderna", as doenças mentais, as crônico-degenerativas, os traumatismos por acidentes e violências, que decorrem, em grande parte, da desagregação da família e dos valores da sociedade. A isso se juntam as deploráveis condições de sub e desnutrição de mais de 40% de nossa população, aumentando a incidência e a morbidade das doenças infecciosas e parasitárias, endêmicas ou epidêmicas.

Este quadro sanitário, que em sua grande parte tem como fator predisponte ou causal as condições sócio-econômicas em que vive a população brasileira, responde pelo aumento desmesurado da demanda e, conseqüentemente, pela pressão sobre os serviços de saúde. Está claro que os estreitos limites da participação política acabaram por transformar os serviços de saúde nos únicos receptáculos das manifestações, descontentamentos e desajustes físicos e psíquicos em relação à ordem estabelecida.

Parece lógico não se acreditar ninguém de bom senso pretender solucionar o problema de pobreza, e de miséria mesmo, de largas faixas da população brasileira através de um isolado Programa de Saúde. O nível de renda, de nutrição, de condições habitacionais e de saneamento básico, resultante das insuficientes políticas e programas públicos, é extremamente precário, o que leva naturalmente a um crescimento da demanda de assistência médica numa progressão incontida. Estancar essa demanda é problema a ser resolvido por uma política global de governo democrático que priorize a atenção básica à saúde, à assistência social, à educação popular, tanto quanto sérias alterações na ordem econômica do País.

Por fim, e propositalmente, é preciso abordar uma outra causa muito importante da crise financeira do Sistema Previdenciário do País — a má gestão de seus negócios. E acrescentaria: a forma autoritária com que vem sendo feita pela tecnocracia.

Ao assumir o Ministério da Previdência e Assistência Social, no início do Governo Figueiredo, o Deputado Jair Soares deixou-nos a impressão nítida de estar confundindo a necessidade de participação do Congresso Nacional nas questões de Governo com ingerência subalterna de parlamentares governistas nas administrações regionais da Previdência Social, aprofundando-se o odioso sistema de tráfico de influência e empreguismo.

Em quase todos os Estados, os postos importantes da administração do INPS e do INAMPS foram entregues a políticos derrotados da ex-ARENA, chegando, em alguns deles, como no Nordeste, a colocar-se em um chapéu papeizinhos com vários cargos disponíveis, promovendo-se um sorteio entre Deputados, conforme noticiou amplamente a imprensa na ocasião.

Por outro lado, possuo documentos que comprovam estar o atual Ministro fazendo "mídia" eleitoral com seu Estado, de que é candidato a Governador. Apenas na última semana de novembro do ano passado, distribuiu mais

de 250 milhões de cruzeiros a entidades de seu Estado e dezenas de credenciamentos de médicos e hospitais. Está fazendo ainda do INPS em seu Estado um insaciável sorvedouro de recursos, transformado em vasto cabide de emprego.

A prova da má administração da Previdência Social está no fato de serem contraditórios e não coincidentes os números da crise oferecida pelo próprio Governo, quando existe no Ministério da Previdência e Assistência Social o Sistema DATAPREV, o mais sofisticado e oneroso sistema de computação da América Latina.

É claro que não se faz demagogia e imprevidência com a Previdência Social sem que alguém pague por isso. Pior quando se pretende fazer pagar a imensa massa de segurados aposentados menos afortunados.

Estas causas antes apontadas estão, a meu ver, intimamente relacionadas às dificuldades gerais impostas ao povo brasileiro. Todavia, se esse é um País de dimensões continentais, maiores são seus problemas e maior ainda há de ser sua capacidade de resolvê-los.

Todo esse movimento ascensional da sociedade brasileira levará, sem dúvida, a uma convergência política da maioria esmagadora do povo, convertida em vontade política instrumentalizada num governo democrático. Será extremamente difícil a qualquer força retrógrada tentar subverter essa caminhada.

Tal elevação de consciência política da coletividade, que está se fazendo de forma inusitadamente rápida, levará à constituição de um Congresso Nacional muito mais representativo e capaz de vencer os cerceamentos arbitrários a seu poder de legislar e de fiscalizar. Do mesmo modo, exigir-se-á um aperfeiçoamento das representações políticas, ao mesmo tempo em que se criarão mecanismos de democracia direta, pela descentralização do poder.

Eis por que o Congresso Nacional, no cumprimento de seu dever, não poderá permitir que o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, seja aprovado por "decurso de prazo", nem tampouco examiná-lo sem prévias e amplas discussões com representantes dos trabalhadores e empresários.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1981 (nº 2.443/79, na Casa de origem), que altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 800, de 1981, da Comissão — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1979, do Senador Amaral Furlan, que define conseqüências do concubinato, tendo

PARECERES, sob nºs 261 e 262, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Legislação Social, declarando que a matéria foge à sua competência regimental.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 59 minutos.*)

ATA DA 20ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto —

José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Milton Cabral — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas —

Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE
PARECERES
COMISSÃO DE REDAÇÃO
PARECER Nº 45, DE 1982**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1981 (nº 81/81, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Senador *Saldanha Derzi*

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1981 (nº 81/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo no Campo da Propriedade Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, concluído em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Murilo Badaró*, Presidente — *Saldanha Derzi*, Relator — *Aderbal Jurema*.

ANEXO AO PARECER Nº 45, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1981 (nº 81/81, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº _____, De 1982**

Aprova o texto do Acordo no Campo da Propriedade Industrial, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo no Campo da Propriedade Industrial, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 46, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1980 (nº 58/80, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Senador *Aderbal Jurema*

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1980 (nº 58/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído em Buenos Aires, República Argentina, a 17 de maio de 1980.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Murilo Badaró*, Presidente — *Aderbal Jurema*, Relator — *Saldanha Derzi*.

ANEXO AO PARECER Nº 46, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1980 (nº 58/80, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº _____ DE 1982**

Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 47, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1981 (nº 73/80, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Senador *Aderbal Jurema*

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1981 (nº 73/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo—Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, celebrado em Bruxelas, a 18 de setembro de 1980, bem como os textos dos seguintes atos, celebrados na mesma data, e anexos ao referido Acordo—Quadro: Anexo sobre Cooperação no Domínio da Comercialização da Manteiga de Cacao e do Café Solúvel, Protocolo relativo à Cooperação Comercial e Econômica entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e Troca de Notas relativas aos Transportes Marítimos.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Murilo Badaró*, Presidente *Aderbal Jurema*, Relator — *Saldanha Derzi*.

ANEXO AO PARECER Nº 47, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1981 (nº 73/80, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº _____, DE 1982**

Aprova o texto do Acordo—Quadro de Cooperação, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, a 18 de setembro de 1980, bem como os textos dos seguintes atos, celebrados na mesma data, e anexos ao referido Acordo—Quadro: Anexo sobre Cooperação no Domínio da Comercialização da Manteiga de Cacao e do Café Solúvel, Protocolo relativo à Cooperação Comercial e Econômica entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e troca de Notas relativas aos Transportes Marítimos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo—Quadro de Cooperação, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, a 18 de setembro de 1980, bem como os textos dos seguintes atos, celebrados na mesma data, e anexos ao referido Acordo—Quadro: Anexo sobre Cooperação no Domínio da Comercialização da Manteiga de Cacao e do Café Solúvel, Protocolo relativo à Cooperação Comercial e Econômica entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e Troca de Notas relativas aos Transportes Marítimos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 48, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1981 (nº 96/81, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Senador *Saldanha Derzi*

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1981 (nº 96/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Murilo Badaró*, Presidente. — *Saldanha Derzi*, Relator. — *Aderbal Jurema*.

ANEXO AO PARECER Nº 48, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1981 (nº 96/81, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº _____, de 1982**

Aprova o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 49, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1981 (nº 91/81, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1981 (nº 91/81, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — Murilo Badaró, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Aderbal Jurema.

ANEXO AO PARECER Nº 49, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1981 (nº 91/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº , de 1982

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 50, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1981 (nº 92/81, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1981 (nº 92/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — Murilo Badaró, Presidente. — Aderbal Jurema, Relator. — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 50, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1981 (nº 92/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº , de 1982

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 51, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1981 (nº 83/81, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1981 (nº 83/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do

Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — Murilo Badaró, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Aderbal Jurema.

ANEXO AO PARECER Nº 51, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1981 (nº 83/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº de 1982

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECERES Nºs 52, 53 E 54, de 1982

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1980 (nº 1.761—B/79, na Câmara dos Deputados), que “regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências”.

PARECER Nº 52, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aderbal Jurema

O presente Projeto, definido na ementa em epígrafe já foi apreciado por esta Comissão, com Parecer favorável. Retorna ao nosso exame por força de duas Emendas que, na Comissão de Educação e Cultura e em plenário, foram acrescentadas ao seu texto original.

A Emenda nº 1, da Comissão de Educação e Cultura, oferece a seguinte redação para o parágrafo único do art. 7º do Projeto:

“A remuneração devida ao Supervisor Pedagógico deverá ser equiparada à dos demais profissionais, do mesmo nível de formação.”

E a Emenda nº 2, apresentada pelo nobre Senador José Lins, em Plenário, dá a seguinte nova redação ao *caput* do art. 2º do Projeto:

“O Exercício da profissão de Supervisor Educacional é atribuição dos portadores de diploma de curso universitário, devidamente registrado.”

Quanto ao ângulo da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, as citadas Emendas não encontram qualquer óbice à sua tramitação.

Isto, posto, opino pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, reiterando o Parecer anterior, igualmente favorável ao Projeto.

Este o meu Parecer.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1981. — Aloysio Chaves, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Almir Pinto — Lenoir Vargas — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Raimundo Parente.

PARECER Nº 53, DE 1982

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senadora Eunice Michiles.

Volta a essa Comissão, para exame da Emenda nº 2, de Plenário, o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1980, que “regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional”.

A referida emenda dá nova redação ao *caput* do artigo 2º rezando que: “o exercício da profissão de Supervisor Educacional é atribuição dos portadores de diploma de curso universitário, devidamente registrado”.

A emenda apresentada tem como objetivo aprimorar o projeto, evitando utilizar a expressão “privativo”, uma vez que os currículos escolares é que dão competência ao exercício de qualquer atividade, não devendo o legislador impedir que novos cursos possam, no futuro, diplomar técnicos especializados capacitados ao exercício da profissão.

No sentido de melhorar ainda mais o texto da profissão, o autor da emenda procurou retirar do presente projeto as expressões "registrados no Ministério da Educação e Cultura", uma vez que atualmente os registros de diplomas de cursos universitários não são mais ali registrados e sim nas reitorias das universidades designadas por aquele Ministério.

Finalmente, os cursos dividem-se hoje em 1º grau, 2º grau e universitário e não mais em primeiro, secundário e superior.

Portanto, a Emenda nº 2, de Plenário, visa tão-somente a aprimorar o projeto, melhorando sua redação.

Isto posto, e por considerar que a Emenda nº 2, de Plenário, atualiza o Projeto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1981. — *Aderbal Jurema*, Presidente — *Eunice Michiles*, Relator — *Adalberto Sena* — *João Calmon* — *Franco Montoro* — *Gabriel Hermes* — *Evelásio Vieira*.

PARECER Nº 54, DE 1982 Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Aloysio Chaves

Em virtude de Emenda Oferecida em Plenário, de iniciativa do eminente Senador José Lins, retorna a esta Comissão o presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional.

O mérito do projeto e da emenda já foi amplamente examinado pela douta Comissão de Educação e Cultura que se manifestou pela aprovação de ambas as proposições.

Objetiva a emenda suprimir do texto do art. 2º a restrição ali contida no sentido de estabelecer a privatização do exercício profissional aos portadores de diplomas dos cursos universitários enumerados nas alíneas do referido artigo.

Entende o eminente Autor da emenda que "as mais recentes leis regulamentadoras do exercício profissional evitam a expressão "privativo", que se propõe a suprimir, considerando "que os currículos escolares é que dão competência ao exercício de qualquer atividade "Não é lícito, assim, ao legislador", conclui S. Exª, "impedir que novos cursos, além das quatro modalidades constantes dos incisos do artigo, possam, no futuro, diplomar técnicos especializados capacitados ao exercício da profissão".

A profissão de Supervisor Educacional está voltada para o campo da orientação, acompanhamento, informação, avaliação e reorientação do processo educacional. E exercitada em escolas de diferentes níveis e modalidades de ensino, nos órgãos de coordenação do Sistema Educacional e na área empresarial, visando a adaptar às diferentes condições sócio-econômico-culturais de cada realidade escolar, as decisões de ordem pedagógica emanadas dos órgãos Superiores do Ministério da Educação e Cultura e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Como se vê, este vasto espectro de atividade não deve, realmente, ficar adstrito às licenciaturas enumeradas no artigo. Hoje são quatro os currículos que satisfazem as exigências para o exercício profissional. Novas metodologias de ensino, novas especialidades, novos currículos em diversas áreas de especialização podem, perfeitamente, habilitar outros diplomados à profissão, o que demandaria, no futuro, a modificação da lei.

A emenda, desse modo, é previdente e adequada à nossa realidade, motivo pelo qual somos, também, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1982. — *Raimundo Parente*, Presidente — *Aloysio Chaves*, Relator — *Gabriel Hermes* — *Lenoir Vargas* — *Almir Pinto* — *José Fragelli*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1981 (nº 2.443/79, na Casa de origem), que altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 800, de 1981, da Comissão — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1981

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º A relação descritiva das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação, constante do anexo aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, é alterado na seguinte forma:

a) Exclua-se:

Ligações

BR-453: São Borja — Santiago — Santa Maria.

b) Inclua-se

Rodovias Transversais

BR-287: Montenegro — Santa Cruz do Sul — Rincão dos Cabrais — Santa Maria — Santiago — São Borja.

c) Inclua-se

Ligações

BR-453: Entrada BR-287 — Lajeado — Caxias do Sul — Aratinga — Torres.

d) Exclua-se

O trecho Rincão dos Cabrais — Candelária, da BR-481".

Justificação

O projeto pretende que duas rodovias atualmente classificadas como estaduais-RS 509 e RS 240 — sejam reclassificadas como federais, compondo-se às BR 453 e 481.

A iniciativa preenche as condições técnicas exigidas, tanto que foi aprovada, com algumas modificações, pelo Conselho de Administração do DNER, através da Resolução nº 344, de 11-2-80, Processo nº 882/80.

Conforme análise procedida pela Divisão de Planos e Programas do DNER, a forma pela qual o projeto inclui as ligações no Sistema Rodoviário do PNV apresenta alguns inconvenientes, razão por que, para contornar os problemas que daí surgiriam, cabe dar nova redação ao seu art. 1º.

A exclusão do trecho "Rincão dos Cabrais-Candelária" justifica-se porque coincidiria com a nova rodovia transversal e constitui o segmento final da BR-481.

O aproveitamento do mesmo número que designava a rodovia excluída deve-se à ocupação total dos números entre 450 e 499, já utilizados para rodovias de ligação, ao sul do paralelo que passa por Brasília.

Ante o exposto, e considerando que as rodovia estaduais existentes, cujos traçados coincidam com as diretrizes das ligações que se pretende incluir no PNV, passem a ser consideradas rodovias estaduais transitórias, ainda sob jurisdição estadual, julgamos oportuna presente Emenda.

Sala das Sessões, 18 de março de 1982. — *Bernardino Viana*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em discussão o projeto e emenda lida. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se pronuncie sobre o projeto e a emenda; e à Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para exame da emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1979, do Senador Amaral Furlan, que define consequências do concubinato, tendo

Pareceres, sob nºs 261 e 262, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, declarando que a matéria foge à sua competência regimental.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Para discutir o projeto, em primeiro turno, tem a palavra o nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Nelson Carneiro — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Para discutir o projeto, tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em 1947, tive a coragem de oferecer, ao ingressar na Câmara dos Deputados, o famoso Projeto nº 122, que assegurava à companheira o direito a pensão, montepio e meio soldo.

Contra esse projeto desabaram várias oposições e, afinal, em 1962, em dois artigos de um projeto de aumento de vencimentos, a Lei nº 4.069, consegui assegurar à companheira do homem solteiro, desquitado ou viúvo, que naquele tempo havia se desquitado, desde que não houvesse impedimento para o casamento, a possibilidade de receber esta pensão e o salário-família.

Recentemente, o Governo enviou uma mensagem ao Congresso modificando o Estatuto dos Militares e nela vinha a mesma disposição. Graças a uma emenda de minha autoria, aceita pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo plenário e aceita, afinal, pela sanção presidencial, retirou-se esta condição “em que houvesse impedimento para o casamento”. E explicava eu o porquê: porque aquela luta suada de 15 anos para aprovar o projeto, já no ano de 1981 — o projeto foi no ano passado — não tinha mais razão de ser, porque com o divórcio se tinha criado uma situação curiosa para as companheiras. A companheira do militar — o projeto se referia apenas ao Estatuto dos Militares — não era apenas a companheira do coronel, nem a companheira do capitão, mas era a companheira do marinheiro, a companheira do soldado, do cabo, os quais não tinham recursos para legalizar a sua situação e passarem da situação de desquitados para a situação de divorciados, quando poderiam casar.

O que fariam eles? Muitas vezes, por ignorância e, em regra, por falta de recurso, eles teriam que bater às portas da Justiça gratuita e na Justiça gratuita, todos conhecemos, demora-se anos para que uma ação dessa natureza se converta em realidade.

Várias companheiras de modestos militares, modestíssimos militares, ficavam prejudicadas para receber a sua pensão, porque havia um dispositivo, da Lei nº 1.962, que foi uma conquista em 1962, em que apenas se concedia, quando fosse impossível, a celebração do casamento. Havendo o divórcio, já tinha acabado essa cláusula. A Comissão aprovou e o projeto se converteu em lei.

Apresentei, então, um projeto criando a mesma situação para os civis. O nobre Senador Moacyr Dalla deu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. Não sei, Sr. Presidente, por que esse projeto ainda não chegou a plenário, mas espero que chegue breve para que também os civis, as esposas dos funcionários modestos, dos homens sem nome do mundo civil, tenham a sua pensão garantida, por morte.

Mas, o nobre Senador Leite Chaves feriu um problema grave, que é o da mulher que se dedica há muitos anos a um homem, com ele partilha não só as alegrias, mas principalmente os desenganos, as amarguras e as dores. E, finalmente, quando ele morre, na partilha dos poucos bens havidos, todos eles passam para a família do morto, à qual aquela não está incorporada porque é apenas a concubina.

Este fato, que é comum para quem milita no fórum, levou o Supremo Tribunal Federal há muitos anos, a resolver de forma humana essa situação. Por quê? Porque não eram as brasileiras, eram principalmente as italianas casadas pelo regime da separação de bens, obrigatório na Itália, — era o regime comum — que chegando ao Brasil, pobres, paupérrimas, iam trabalhar no campo e em outras atividades, faziam o seu pecúlio, mas o homem, julgando-se sempre o superior, ou o mais iluminado dos dois, colocava tudo no seu nome. E quando morria este homem, a viúva, casada com ele, mas casada pelo regime da separação, acabava prejudicada na partilha dos bens.

Então, o Supremo Tribunal Federal firmou a jurisprudência de que havia aí uma sociedade de fato e, havendo uma sociedade de fato, esses bens deveriam ser partilhados. Depois, o problema se estendeu para os casais brasileiros, que não estavam unidos pelo matrimônio. Criaram-se então duas soluções, ambas falsas. Uma era do serviço doméstico, como se a companheira tivesse prestado serviço doméstico ao outro. Era um meio de amparar a mulher, na hora em que ela ficava sem o amparo e a ajuda do homem; a segunda era a sociedade de fato, em que ela teria que provar que colaborou para a construção desses bens. Mas, aí, a jurisprudência se dividia, porque uns achavam que era preciso uma prova material de que ela tivesse trazido recursos para o patrimônio comum e, para outros, bastava que, com o seu sacrifício, a sua economia doméstica, o seu cuidado, ela houvesse propiciado ao homem aqueles recursos bastantes para ele construir um patrimônio, que devia ser dos dois, mas que, egoisticamente, o homem sempre o colocava em seu nome.

Na lei do divórcio, há um artigo — se não me engano de nº 48 — que atende a essa situação. É aquele que permite a mulher que, vivendo há mais de 10 anos, sem ser casada, ou tendo filhos, possa, qualquer que seja a sua idade — maior de 50 ou 60 anos, quando obrigatório era o regime de separação —

utilizar o regime da comunhão de bens. Por quê? Para que ela possa partilhar dos bens havidos durante aquele longo concubinato.

É pena, Sr. Presidente, que os cartórios não se interessem por divulgar essa providência, esse dispositivo, que é da maior relevância para as mulheres maiores de cinquenta anos, que, quando se casam, depois do divórcio, são quase sempre levadas à separação obrigatória de bens, em face do Código Civil.

Mas, o Projeto do Senador Amaral Furlan tem, ao meu ver, apenas um defeito, mas que pode ser corrigido na redação. É a permanência da concubina na administração do lar. A concubina, Sr. Presidente, é uma expressão punida dentro do Código Civil. Quando o Código Civil se refere à concubina, se refere àquela mulher que disputa, com a esposa, a mesma vida conjugal. O que, desde, 1912, se referiu e que tem sido aceito é a expressão companheira, pela qual me bati na lei de alimentos; e só não foi vitoriosa a minha idéia porque, contra ela, tive a tenaz resistência daquele grande, saudoso e querido amigo, Monsenhor Arruda Câmara. Mas, a expressão companheira diz mais do que concubina. A concubina pode ser até uma mulher ocasional; a companheira é aquela que realmente se integra na vida do homem, como se fosse casada com ele. De modo que esse pequeno detalhe pode ser corrigido, em segunda discussão ou até na redação final, porque acho que esta expressão: “A permanência da companheira na administração do lar, por mais de cinco anos, importa em sociedade de fato”, resolve todas as dificuldades que estão surgindo, ainda hoje, na jurisprudência, e faz justiça a essas mulheres que não se casaram, muitas vezes, por causa do egoísmo masculino. O divórcio possibilitou a muitos lares um novo casamento, mas há muitos homens que, podendo se casar, não se casam, porque têm aquela velha idéia de um saudoso amigo meu, da Bahia — gosto sempre de referir-me a esse fato — dos meus tempos de mocidade, quando, na festa do Bomfim, durante quatro noites e quatro dias, a sua casa ficava aberta para que se entrasse, dançasse, saísse, e eu era um dos que faziam essa agradável via-sacra, quatro noites e quatro dias de festa do Bomfim, com outros colegas da faculdade. Um dia, fui chamado pela esposa desse cidadão e ela me disse: “Doutor, o senhor quer me fazer um favor? Fulano não é casado comigo”. Eu me formei, Sr. Presidente, fiz agora cinquenta anos; portanto, isso foi em 1929 ou 30. Ela disse: “Fulano não é casado comigo, mas o senhor, que tem influência sobre ele, poderia convencê-lo a casar comigo”.

Eles viviam, há longos anos, e não tinham filhos; era um casal modelar e ninguém sabia que não eram casados. Fui, então, ao cidadão, conversei com ele que me disse: “Doutor, quando eu estiver morrendo, o senhor vem cá que eu caso, porque depois que casa a mulher piora”. Isso porque é essa a mentalidade do povo, e aqui estamos descrevendo o Brasil, essa mentalidade que tem impedido muitos lares, que poderiam se reconstituir, depois do divórcio, valer-se desse remédio, porque muitos homens ainda acreditam que a mulher piora, quando casa.

Esse projeto vem responder a essa situação injusta e desagradável para a mulher.

A Sra. Eunice Michiles — V. Exª concede-me um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — A honra é minha, pela presença da nobre Senadora e pela sua intervenção num debate em que analisamos o problema da mulher.

A Sra. Eunice Michiles — Senador, a honra é minha, porque, durante muitos anos de minha vida, acompanhei o trabalho de V. Exª; vendo sempre no mesmo o interesse de defender a mulher. Mas, neste momento, quero parabenizá-lo por este debate que traz ao Senado. Eu gostaria de chamar a atenção de como ainda a mulher continua sendo discriminada, se não legalmente, pelo menos nos costumes. Só para dois fatos eu gostaria de chamar a atenção: o Senador Leite Chaves fez um bom trabalho, ao conseguir reconciliar um casal em que achou que foi formidável a mulher receber de volta o marido que tinha tido uma companheira em frente a sua casa. Veja como ainda se espera que nós nos humilhemos, que nós nos aviltemos, em nome de receber o maridinho de volta. Veja que, hoje, a nossa luta é para que a mulher tenha independência econômica, para que ela não seja obrigada a sofrer esse tipo de vexame, como se ainda fosse um grande favor que lhe fizeram. Um outro caso: a mulher que casa, piora. E o homem que casa, não piora? Por que nós também não fazemos restrições? Por que a mulher tem que ser um padrão de bondade, de amabilidade, para esperar o maridinho, que vem para casa, como se o casamento ainda fosse, de fato, um grande negócio para a mulher que ela tivesse que preservar esse bom negócio que ela fez? Senador, muito obrigada pela interferência de V. Exª no caso e, sobretudo, na legislação que melhora as condições da mulher, mormente porque acho que é questão de mentalidade e mais do que isso, de nossa mentalidade, para que não sejamos obrigadas a nos aviltar, como se o homem nos prestasse um grande favor em casar conosco.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu agradeço e sinto-me honrado com a intervenção da ilustre Senadora Eunice Michiles, mas nós falamos para uma assembléia de homens. E, se nós formos colocar aqui a situação em debate entre homens e mulheres, evidentemente, estaríamos derrotados.

Mas, quando me referi a este caso, lembrei-me de que era no meu tempo de estudante e lembrei-me que, agora, no dia 5 de março, completei 50 anos de formado. Portanto, foi nos distantes anos de 1928 a 1929. A Senadora Eunice Michiles tem razão, em muitos aspectos, inclusive, nessa cruel discriminação que ainda existe no Brasil.

Tive oportunidade de apresentar um projeto acabando com essa discriminação em outros setores e, com surpresa, ele ia sendo rejeitado no plenário, não fosse a intervenção da ilustre Senadora Eunice Michiles; e o projeto voltou à Comissão de Constituição e Justiça. Uma ilustre senhora, que honra um dos conselhos diretores de profissão deste País, me contava do seu constrangimento. Uma senhora, da maior respeitabilidade não pôde se hospedar num hotel, sozinha, porque era um mulher. Agora, se fosse homem, podia, mas, por que era mulher, o hotel não lhe deu direito à hospedagem.

Dai, apresentei o projeto para que se acabasse com essa discriminação cruel, entre homem e mulher nos restaurantes, nos hotéis. O projeto continua na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Leite Chaves — O aparte da Senadora Eunice Michiles me motiva esta intervenção. Sou Relator e até já relatei o projeto de autoria de S. Ex^a a Senadora, que dá, a meu ver, mais um passo no sentido de dar uma dignificação à mulher. É aquele que condiciona a validade do aval à outorga uxória, isto é, ao seu consentimento. É uma coisa muito importante. Muitas vezes, um marido, loucamente, avaliza tudo e a mulher fica sem nada e ela nem participa desses avais, ela não participa dessa vinculação.

Mas, também, falando sobre a independência, ela me faz lembrar uma observação recente, numa missão do Senado que cumpri em Havana, Cuba, quando vi as mulheres mais independentes. Foi onde eu vi a igualdade absoluta de direitos, lá, porque o próprio regime cria condições para que a mulher seja respeitada na sociedade, ela pode fazer tudo, exercer qualquer profissão, sem que haja a suspeita de ser uma mulher prostituta ou comprometida. Numa reunião com juristas, eu disse: Srs, uma das coisas que mais me impressionaram aqui, em Cuba, foi essa independência da mulher cubana. Quer dizer, não é a mulher, assim, feminina. Um jurista mais velho disse: "Não, Senador, mesmo antes de nosso regime, elas já eram independentes. Nós só colocamos na lei aquilo que elas já haviam obtido ao longo dos anos". Então, mesmo independentemente do regime, elas já tinham independência tradicional e eles, apenas, colocaram na lei aquilo que já fora objeto de sua conquista.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex^a

Sr. Presidente, quero voltar aos termos restritos do projeto. O projeto é útil. Apenas, eu substituiria a expressão "concubina" por "companheira", porque concubina ficou marcada como a amante do homem casado, aquela não pode receber legado pelo Código Civil, aquela que é estranha à família. A companheira, não, é a mulher livre, que viveu com um homem livre e, somente, não se casou com ele.

Portanto, acho que, com essa pequena retificação que pode ser feita na redação final, o projeto merece acolhida. É um projeto humano, um projeto justo e que consolida uma jurisprudência que vem sendo elaborada antes pelos juízes do que pela doutrina e pelo...

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex^a me permite uma intervenção?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Lenoir Vargas — Acho que V. Ex^a devia aproveitar a oportunidade, já que o projeto está em primeiro turno, e fazer logo a emenda, porque na redação final, já que V. Ex^a entende que o sentido da expressão "concubina" é completamente diferente do sentido da expressão "companheira", evidentemente, só por que uma emenda ao projeto é que ele pode ser alterado. V. Ex^a não deve perder a oportunidade agora.

O SR. NELSON CARNEIRO — Confesso que eu estava no meu gabinete atendendo, quando ouvi o Senador Leite Chaves falando sobre o assunto e corri para o plenário. Eu não sabia que o projeto estava em primeira discussão. Mas, não quero interromper a primeira discussão, Sr. Presidente. Aprovo o projeto como está e, na segunda discussão, eu apresentaria a emenda modificando apenas a expressão "concubina".

Como o projeto é do Senado, salvo engano, terá segunda discussão. Se for obrigatória a segunda discussão, eu apresentarei a emenda na segunda

discussão retificando a expressão "concubina" por "companheira," que é hoje a expressão mais tranqüila e mais aceita pela doutrina e, principalmente, pelos tribunais. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Continua em discussão o projeto.

O Sr. José Fragelli — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli, para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer umas rápidas considerações sobre o projeto. Em primeiro lugar, acho o projeto muito simplista; não chega a dar solução, praticamente, a nada. Queria lembrar, embora já há alguns anos afastado da advocacia e do estudo desse problema, que hoje há uma jurisprudência farta, firme e bem orientada, e podemos dizer até humana na solução desses casos de concubinato. Há, também, uma doutrina bastante desenvolvida. Não me recordo agora o nome do autor, mas conheço dois volumes alentados sobre concubinato, de um dos nossos juristas...

O Sr. Hugo Ramos — Moura Bittencourt!

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Moura Bittencourt, exato!

O Sr. Hugo Ramos — São quatro volumes.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Conheço dois; com certeza já é segunda edição.

Então, esta matéria está muito bem versada na jurisprudência, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Acho que, para dar uma solução legal, será necessário um projeto que aprofunde a matéria, não um projeto com essa juridicidade que aqui está.

O nosso eminente jurista, esse mestre, como eu tive a oportunidade de dizer ontem, mestre de Direito, mestre na política, mestre, para todos nós, na vivência humana da nossa sociedade, portanto, um mestre na experiência da vida, que é o Senador Nelson Carneiro, lembrou que, para o reconhecimento do concubinato, havia duas soluções: aquela pela qual se reconhecia o direito a uma indenização pelos serviços domésticos prestados pela mulher, e a teoria da sociedade de fato, que é a que vingou, quando a mulher houvesse contribuído, vamos dizer, materialmente para a formação do patrimônio do casal. Se este projeto, de algum modo, tirasse essa exigência da prova da contribuição material para a formação do patrimônio, ele ainda poderia prestar algum serviço a esses direitos da mulher que são agora pleiteados.

Mas não! O art. 2º diz:

Art. 2º Desfeito o concubinato, cabe à concubina a meação dos bens havidos pelo casal na constância do convívio "more uxório".

"Havidos"; quer dizer, vai ter que se fazer a mesma prova de que os bens do casal, adquiridos naquele curto espaço de tempo — 5 anos — o foram com o trabalho da mulher, e nada vai modificar a jurisprudência existente.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Um minutinho que terei muita honra em ser apartado por V. Ex^a, como todos nós.

Neste período curto de 5 anos, período durante o qual é difícil a formação de um patrimônio, e mesmo pode ser a aquisição de bens que já não tenham tido a sua base, vamos dizer assim, não tenham tido respaldo num trabalho anterior do homem solteiro ou casado com outra mulher, como no exemplo dado pelo nobre Senador Leite Chaves, vai ser muito difícil fazer essa prova.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a permitiria o aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com muita honra.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a, em parte, tem razão e quero reconhecer porque, como disse, fui colhido pela leitura do parecer. Acho que o art. 2º também merece uma emenda e o art. 1º não exige que seja apenas 5 anos. Ele diz:

"Art. 1º A permanência da concubina na administração do lar, por mais de cinco anos, importa em sociedade de fato."

Podem ser 30 anos.

Agora, o art. 2º diz:

Art. 2º Desfeito o concubinato, cabe à concubina a meação dos bens havidos pelo casal na constância do convívio *more uxório*."

Quer dizer, ela seria obrigada aprovar que teria, como V. Ex^a bem acen- tuou, colaborado, o que seria, então, repetir o que muitos pronunciamentos

da jurisprudência têm afirmado. Então, seria o caso de uma emenda retirar essa expressão "pelo casal", porque, realmente, os bens havidos na constância da união, geralmente são em nome do marido, embora sejam havidos com a colaboração da mulher. Logo, o texto deveria ser "desfeito o concubinato, cabe à concubina a meação dos bens havidos na constância do convívio *more uxorio*". Aí acabaria essa exigência de "havidos pelo casal", porque, como disse eu, os homens geralmente se julgam os mais experimentados, os mais prudentes, os mais sábios, e botam sempre os bens em seus nomes e nunca em nome das mulheres. E, voltando aos bens havidos durante a vida em comum, o convívio *more uxorio* até os bens havidos também pela mulher seriam, também, partilhados com o homem como uma justa retribuição ao fato dos bens havidos pelo homem serem divididos com a mulher. De modo que a retirada destes dois trechos deste texto seria útil e não modificaria o sentido do projeto. A contribuição de V. Ex^a é muito oportuna.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — O nosso mestre, Senador Nelson Carneiro, poderia fazer até um substitutivo aprofundando um pouco mais, porque, francamente, eu acho o projeto simplista.

V. Ex^a tem razão, na observação, quando diz: "por mais de 5 anos". Mas quero dizer que quando tenha sido apenas por 5 anos, vai se criar esta situação.

O Sr. Hugo Ramos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Hugo Ramos — Estou inteiramente de acordo com o ponto de vista do nobre Senador, no sentido de que este projeto deveria ser reexaminado, dada a complexidade da matéria, a começar até pela denominação de concubinato, que o nobre Senador Nelson Carneiro acaba de impugnar, embora a divergência doutrinária seja imensa em torno da matéria, até mesmo no conceito de companhia, como sabe V. Ex^a. Ainda temos que considerar que essa modificação terminológica, em termos de Direito, é sempre difícil e deve ser ajustada com absoluta precisão. Basta o exemplo de que V. Ex^a modificou, com o grande Senador Accioly Filho, na Lei do Divórcio, o critério de desquite para separação judicial, o que ocasionou naturalmente uma readaptação do mundo forense para a perfeita aplicação da lei. Mas o que quero chamar a atenção, se me permite, é que os bens às vezes havidos na constância do concubinato, podem decorrer de patrimônios anteriores que foram reinvertidos ou negociados, o que não significa que tenham sido havidos com o objetivo estabelecido na lei. Por outras palavras, o indivíduo que tenha vendido um imóvel de 10 milhões de cruzeiros, compra um outro por outros 10 milhões de cruzeiros: vai haver a separação e, no entanto, a importância havida e adquirida não resultou do trabalho do casal.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Vou terminar, dizendo que como está o projeto, talvez venha a criar maiores problemas de direito e de fato, do que resolvê-los, e o nobre Senador Hugo Ramos, agora, acabou de nos dar um exemplo. Mas, esses exemplos poderiam ser multiplicados e, na multiplicidade da vivência humana, esses casos surgirão.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma maior apreciação, mas vamos ter uma sessão do Congresso e acho que devemos terminar. Só votarei agora, em primeira votação, desde que haja uma reformulação do projeto, porque senão votarei contra, mais tarde, em segunda votação.

O Sr. Hugo Ramos — Permite V. Ex^a um aparte. (Assentimento do orador.) Enquanto está a matéria em primeira discussão, há até um episódio clássico e conhecido de Rui Barbosa, quando votou contra o divórcio. O nobre Senador Nelson Carneiro deve se recordar desse episódio histórico, pois Rui Barbosa era visceralmente contra o divórcio. No entanto, acho que em primeira discussão poderíamos aprovar a matéria, para que ela retorne às comissões técnicas e possa ser devidamente reformulada.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Ainda há pouco, indagava e confirmava uma preocupação minha com S. Ex^a, o Senador Nelson Carneiro, que sabemos que é mestre dessa área e tem, sem dúvida alguma, uma larga folha de serviços prestados ao Direito da Família. É uma contribuição que nós, que tivemos oportunidade de digladiar com S. Ex^a — evidentemente respeitadas a sua grandeza, a sua luz e as nossas limitações — pudemos recolher de S. Ex^a. Indagava — repito — de S. Ex^a, uma dúvida que me foi suscitada e, pelo que ele me deu a entender, procede a minha dúvida. Por isso, quero colocá-la dentro e no bojo das suas preocupações de melhorar o projeto. Ora, no caso do indivíduo que continua casado e vai conviver com outra mulher — no caso em tela e nesta hipótese — ele, sendo casado e vivendo com esta mulher, ela seria denominada juridicamente como concubina e, como tal, reconhecida. Argüi-

da esta questão pelos herdeiros quando do desaparecimento, da morte ou da separação, se o objetivo aí é proteger a concubina — ou, no caso, a companheira — entendo eu que o projeto deveria ser mais abrangente. Embora a figura invocada como pejorativa — e esse é o aspecto humano da intervenção do nobre Senador Nelson Carneiro, tentando eliminar a expressão "concubina", — se ela existe de fato e de direito nos tribunais, amanhã, no caso específico daquela que caracterizar-se como concubina, porque o seu companheiro é casado, estaria excluída dos benefícios que se lhe pretende dar com esse projeto. Talvez, então, seria o caso de se acrescentar: "a companheira ou concubina". Não sei se estaria chovendo no molhado, mas assaltou-me esta dúvida e era o que queria trazer para o bojo das suas preocupações.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado pela contribuição proveitosa de V. Ex^a.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Acho que a solução sugerida pelo nobre Senador Hugo Ramos, que parece ter o apoio de V. Ex^a, é a mais justa. Aprovar-se-ia o projeto em primeira discussão e ao vir o mesmo em segunda discussão, cada um de nós oferecia a emenda que quisesse e voltaria à Comissão de Constituição e Justiça, para que ela opinasse sobre o mérito dessas emendas, e então, aprovar-se-ia o texto final com o assentimento da maioria da Casa. Rejeitado o projeto nessa oportunidade, seria um desestímulo e uma agressão a essas mulheres que partilham não só os leitos, mas os dias, as noites, as amarguras e as tristezas com os homens com quem vivem. De modo que a solução, a meu ver, será aprovar em primeira discussão com as imperfeições ou as críticas que tivermos que fazer e, em segunda discussão, cada um de nós formulará emenda e esperará o pronunciamento da Comissão Mista. Se V. Ex^a estiver de acordo, acho que esta é solução mais justa.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Leite Chaves — Sem querer interferir no debate, gostaria de mostrar que não há um diferencial jurídico acentuado entre companhia e concubina — é a mesma coisa. Agora o Senador Nelson Carneiro, quando procurou introduzir e usar sempre o termo "companheira", usou um eufemismo para evitar o impacto da palavra "concubina", porque a Lei fala realmente em concubina, quer dizer, não é casada, é concubina; a Lei diz: "teúda e manteúda". O termo "companheira" tem mais um sentido de não dar uma carga pejorativa ao tratamento. "Companheira" é mais aceitável, porque a concubina é estigmatizada. Concordo com o termo "companheira" mas entre "concubina" e "companheira" não há diferença própria.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — concubina, companheira, amante. O último, então, é o termo mais literário para essa situação de fato.

Sr. Presidente, eu naturalmente teria outras considerações a fazer, inclusive em torno do caso lembrado pelo nobre Senador Leite Chaves. Poderíamos demonstrar naquele caso, Sr. Presidente, que se aquela nova companheira do cearense vivesse com ele apenas 5 anos, pelo projeto adquiriria mais direito do que aquela que com ele trabalhou 20 anos.

O Sr. Leite Chaves — Mas o projeto ressalva: "Os bens adquiridos pelo esforço comum." Creio que a outra, nesse caso, procuraria ser amparada.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas o fato é que é preciso haver uma reformulação e com um estudo, a meu ver, acurado da riquíssima jurisprudência, existente sobre o assunto. Por isso é que acho simplista o projeto e que ele não está em condições de uma aprovação final.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Apenas para economia dos nossos trabalhos, chamarei atenção dos Srs. Senadores para o fato de que a primeira posição do nobre Senador Nelson Carneiro era remeter à Comissão de Redação a alteração vocabular do texto. A mim me parece que a segunda posição é a devida, porque o texto não poderia ser, pura e simplesmente, emendado na Comissão de Redação, até porque o Art. 2º diz:

Art. 2º Desfeito o concubinato, cabe à concubina a meação dos bens havidos pelo casal na constância do convívio *more uxorio*.

Então, teríamos que conseguir também um sinônimo para concubinato e modificar; aí, companheirismo, parece-me que não seria bem o termo; pelo menos, para alguns Partidos políticos, companheirismo tem outro sentido.

Em consequência, os Srs. Senadores estão devidamente informados sobre o projeto e eu passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o projeto em primeiro turno, ele voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental:

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 105, de 1979

Define consequências do concubinato.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A permanência da concubina na administração do lar, por mais de cinco anos, importa em sociedade de fato.

Art. 2º Desfeito o concubinato, cabe à concubina a meação dos bens havidos pelo casal na constância do convívio *more uxorio*.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-dô-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 22 minutos*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 17-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. HUMBERTO LUCENA (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há momentos em que, por mais que se queira, não se pode calar. Este é um deles. Venho a esta tribuna trazer o protesto veemente, indignado, revoltado do PMDB no Senado Federal contra o Senhor Presidente da República pelo envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei iníquo, mesquinho e vergonhoso que torna claro, tão claro como a luz do sol, que a abertura preconizada por S. Exª é uma farsa e nada mais.

Não se pode admitir, no limiar de uma campanha eleitoral, a menos de um ano dos pleitos que se vão ferir a 15 de novembro, que o Governo da República, no propósito de criar obstáculos à marcha sensacional das oposições para o poder, ainda esteja, a esta altura, acionando no seu laboratório de casuísmos, instalado no Palácio do Planalto, novas regras que deixam perplexa a Nação brasileira!

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Nobre Líder, esta é a mão estendida do Presidente da República. Eu não diria mão de traição, porque, embora adversário, eu me dou com Sua Excelência o Presidente da República. Mas é uma mão enganosa. Veja V. Exª que maneira de tratar as oposições no País e tratar a Nação brasileira: projeto dessa natureza. Quando fatos e situações se consolidam, se pretende agora abrir uma via à corrupção, através desse procedimento. Há tempos, o Sr. Paulo Maluf disse a Sua Excelência, o Presidente, e os jornais publicaram: "Presidente se V. Exª reabrir o prazo de filiação, eu arrasto para o PDS de 25 a 30 deputados". E esta é a finalidade. É deplorável que o Presidente, que diz respeitar a lei e o direito proceda dessa forma. Isso é uma violação contra direito líquido e certo. A lei protege situações definitivamente constituídas. Eu alerto V. Exª para que impetremos um mandado de segurança preventivo contra isso, para coibir essa violência contra uma situação que só a duras penas se consolidou. De maneira que nosso Partido está solidário com V. Exª, sobretudo num dos primeiros pronunciamentos que faz em

nome da Liderança honrada que V. Ex^a recebeu das nossas mãos. É um dos instantes de pior retrocesso no País, nestes últimos tempos, porque ele violenta a consciência. Veja V. Ex^a que quando nós nos incorporamos o fizemos por um imperativo de sobrevivência. Era a Nação brasileira que exigia que nos uníssemos. Eu me congratulo com V. Ex^a. Desta vez nós temos que ser duros, porque eu nunca vi lei tão ignominiosa. É como se o Presidente mandasse ao congresso uma mensagem dizendo assim: matar, pena de 6 a 20 anos — a pena não se aplica a quem se chama Manoel, Pedro ou Isidoro. Isso é uma imoralidade, isso é uma afronta à Nação Brasileira.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço as palavras veementes de V. Ex^a, nobre Senador Leite Chaves. Voltando ao início do meu pronunciamento eu diria que o que nós todos democratas sinceros deste País desejamos, refletindo as aspirações populares, é a implantação no Brasil de uma democracia representativa plena, em que não haja lugar para restrições, para discriminações, para preconceitos de qualquer natureza contra os cidadãos brasileiros. Mas, infelizmente, o que constatamos é que a democracia que nos prometem, a democracia relativa do ex-Presidente Geisel; é a democracia *sui generis*, é a democracia do possível, do Presidente Figueiredo, cujo Governo, — insisto em dizer — divide-se hoje em dois períodos: antes e depois do Riocentro. Parece mesmo que, depois do episódio do Riocentro Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, diminuiu a sua autoridade e como que começou a resvalar, mais e mais, pelos desvãos do autoritarismo, a ponto de, a esta altura, ameaçar-nos a todos nós com eleições que não representam a vontade do povo brasileiro.

Estão aí as medidas tomadas pelo seu Governo; e por que, Sr. Presidente? Sua Excelência, afastado do poder por razões de saúde, viu-se surpreendido em Cleveland por uma decisão histórica do Congresso Nacional que pela sua maioria esmagadora rejeitou o projeto que estendia as sublegendas às eleições de Governadores. O Sr. Vice-Presidente da República em exercício, o Sr. Aureliano Chaves, teve uma postura de estadista naquela ocasião.

Mas, o Presidente Figueiredo, segundo estou informado, jamais absorveu a derrota sofrida pelo Governo no Congresso Nacional e voltou para o Brasil disposto a enfrentar, ao seu modo, as hostes oposicionistas. De uma hora para outra, como todos nós nos lembramos, num momento de ira, editou um verdadeiro minitudo institucional, anunciando a vinculação total dos votos, o que representava a proibição das alianças partidárias, da essência do pluripartidarismo, hoje tão decantado neste País.

O que fizeram as oposições? Não tiveram meios de recusar, no Congresso Nacional, o projeto governamental, já que o Governo, valendo-se do instituto da fidelidade partidária, fechou a questão, evitando que muitos dos seus correligionários, no Senado e na Câmara, votassem contra aquela medida restritiva à vontade do eleitor.

As oposições valeram-se da lei. Examinaram os diplomas legais em vigor e encontraram, na Lei Orgânica dos Partidos o caminho para o confronto democrático das urnas, com o povo. Apelaram para a incorporação. O PMDB fez um apelo a todos os partidos de Oposição para que se unissem numa só frente, a fim de que tivéssemos um pleito eleitoral de caráter plebiscitário, Governo contra Oposição, única maneira de apurar, nas urnas, as tendências populares. A maioria dos partidos de Oposição, por razões peculiares a cada um deles, achou por bem não anuir à idéia da incorporação. Mas, veio-nos o PP que uniu-se legalmente ao PMDB, apesar de todo o terrorismo político manipulado pelo Palácio do Planalto, que nos ameaçava com medidas excepcionais, com estado de emergência, até com o fechamento do Congresso. Essas ameaças chegaram a repercutir no plenário do Senado e da Câmara dos Deputados.

Mas, nós das oposições, nós do PP e do PMDB estávamos conscientes de que aquele era o único passo que nós restava para defender, nas urnas, a soberania popular, para termos condições de disputar, em igualdade com o PDS, as eleições de 15 de novembro.

Realizados os primeiros atos da incorporação, começou de novo a onda ameaçadora; a Justiça sem dúvida alguma haveria de aceitar as impugnações, embora a lei fosse omissa a respeito delas.

Criou-se a Emenda Badaró pela qual se admitiu que, iniciado o processo de incorporação, qualquer filiado ao PP ou ao PMDB poderia impugná-lo na Justiça competente e, bem assim, se dava aos descontentes com a incorporação, um prazo de 30 dias dentro do qual poderiam se filiar a outros partidos que não aqueles que estavam sendo objeto da incorporação.

Sr. Presidente, esta emenda foi aprovada aqui alta madrugada, depois de uma vigília cívica que dignificou a História Parlamentar do Senado Federal, em acordo de cavalheiros, inclusive o prazo de 30 dias para o PMDB não existia, e surgiu dos entendimentos com os Senadores Nilo Coelho, Murilo Badaró e Deputado Prisco Viana, que anuíram com aquele acréscimo de 30 dias, também, para os descontentes do PMDB, após a realização da convenção

conjunta dos dois Partidos para a eleição do diretório nacional, além de acertarmos por igual a aprovação da emenda Tancredo Neves, que livrava da inelegibilidade os processados por crimes contra a segurança, a administração e a economia popular. Portanto, foi um acordo parlamentar que deveria ser honrado, sobre o qual nós não tínhamos a menor dúvida de que perduraria no tempo, Sr. Presidente. Tanto assim, que o Senhor Presidente da República ao sancionar o projeto de alteração da Lei das Inelegibilidades com a emenda Badaró, inclusive aceitou um dispositivo pelo qual se dizia que determinada restrição, isto é, que a incorporação e a fusão dos Partidos só poderia ser feita até um ano antes das eleições, mas não se aplicaria aos processos de incorporação iniciados até 31 de dezembro do ano passado.

Então, Sr. Presidente, onde está a palavra dos outros? Onde está, Sr. Presidente, o valor dos entendimentos políticos a nível parlamentar? Onde está, Sr. Presidente? O que vemos hoje é o total repúdio ao diálogo, é a total contestação à palavra empenhada por Líderes eminentes do Governo e do Partido Democrático Social; tanto assim que aqui está, na Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Justiça ao Senhor Presidente da República a respeito desse projeto, escrito textualmente: o projeto atende às sugestões formuladas pela Direção Nacional do Partido Democrático Social e pelas Lideranças do Governo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, nos apunhalaram pelas costas, esta é que é a verdade! Fosse V. Ex^a a pessoa com quem tivéssemos mantido estes entendimentos, pelo que conheço da sua personalidade, do seu caráter, tenho certeza que V. Ex^a honraria a palavra empenhada. Mas outros não o fizeram. A minha primeira denúncia, como Líder do PMDB, nesta Casa, é justamente contra os líderes, os dirigentes partidários que não souberam se comportar à altura daqueles entendimentos mantidos com tanto altaneirismo, com tanta boa vontade de bem servir à causa do Parlamento brasileiro.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

O Sr. José Richa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — O nobre Senador José Richa havia solicitado o aparte, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Lembro ao ilustre Senador que tem 5 minutos para concluir e estou vendo que, pelo número de apartes,...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu pediria a condescendência de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E reciprocamente eu peço a atenção de V. Ex^a

O Sr. José Richa — Senador Humberto Lucena, V. Ex^a nem precisaria da solidariedade de cada um de nós porque, como Líder, V. Ex^a já fala em nosso nome e tem total apoio para isso. Entretanto, não poderia deixar de acrescentar ao que V. Ex^a está dizendo nesta tribuna o seguinte: primeiro que sou contra o fato de se colocarem os políticos brasileiros na camisa-de-força de não poderem sair de um Partido para outro. Isto é uma diminuição ao político brasileiro e é uma desconfiança que a legislação autoritária desses governos introduziu na nossa lei eleitoral. Acho que tínhamos que tratar com mais respeito o político brasileiro e não pressupondo, já prejulgando todos os políticos, que nenhum deles tem convicção ideológica, tem caráter para entrar num Partido e depois, ao sabor das conveniências eleitorais, sair desse partido para entrar num outro. Eu, graças a Deus, só saí de Partido na minha vida por extinção dele,...

O Sr. Paulo Brossard — Então, não saiu.

O Sr. José Richa — ...nunca usei de expediente de mudar de Partido, porque acho que cada um de nós tem que amadurecer antes, tem que estudar bem o programa de cada Partido antes de fazer a sua opção. Feita a opção, não tem nada que mudar. Entretanto, mesmo assim, a reabertura unilateral de prazos para se mudar de Partido é uma indecência que não tem qualificativo. Não tem qualificativo! V. Ex^a e qualquer criança de curso primário sabem que esse é o maior instrumento de corrupção eleitoral que vamos ter em toda a História do Brasil. (Muito bem!) Esse é o maior instrumento de corrupção! Já se sabe, e por que então não se abre o prazo para os políticos de todos os Partidos? Quero citar um exemplo concreto: na minha cidade, em Londrina, um dos filiados do PP, descontente com a incorporação, saiu e entrou no Partido do Governo. Imediatamente, a despeito de se tornarem inelegíveis diversos políticos do PDS saíram e entraram na Oposição. Significa, portanto, que, para ser coerente, evitar a corrupção que esse instrumento irá desencadear nessa campanha política, deveria haver uma reabertura de prazo para

todos os políticos, porque ninguém me prova que com a entrada, por exemplo, de Magalhães Pinto, em Minas Gerais, no Partido do Governo, diversos militares do PDS também não queiram sair para irem militar em outros Partidos; assim em São Paulo, com Herbert Levy; no Rio Grande do Sul, com Clóvis Stenzel. É uma indecência! Mas, eles sabem e por isso quero lamentar que o Senhor Presidente da República tenha tido a coragem de assinar um documento como esse, que vai ser, inegavelmente, o maior instrumento de corrupção eleitoral. Sua Excelência vai passar à História do Brasil como tendo sido o Presidente que propiciou, através desse documento, a corrupção eleitoral, que há de ser, como nunca se viu, neste País, assim que foi aprovado aqui no Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Richa. E não só seria o caso — e vou dizer no final do meu pronunciamento — de estender esse prazo de desfiliação a todos os Partidos, por uma questão de coerência, como até a essa altura, de se extinguir a figura da fidelidade partidária. Não existe mais razão para ela, porque o próprio Governo, na sua Mensagem, dispensa da fidelidade aqueles que estão descontentes com a incorporação.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Humberto Lucena, tem-se falado seguidamente, neste País, em política de mão estendida. Veja V. Ex^a que, no instante em que após uma vigília cívica de 20 horas, as lideranças do Governo e da Oposição apertam as mãos e firmam um acordo, é o próprio Poder Executivo que se empenha para descumprir e desmoralizar esse acordo firmado por suas lideranças no Congresso Nacional. Agora, volta-se a enfatizar a mão estendida. Pode a Oposição apertar, com sinceridade, a mão do Primeiro Mandatário do País, depois de uma proposição dessa natureza, que é reconhecidamente discriminatória, que é iníqua, que é sectária? Evidentemente que não. V. Ex^a, na análise que começou a fazer com lucidez e brilho habituais, V. Ex^a apontou, da mesma forma como já o fez o nobre Senador José Richa, a unilateralidade que caracteriza essa proposição, abrindo prazo exclusivamente para os integrantes do Partido incorporado. Na outra proposição a supressão do voto de legenda tem por base exatamente o fato que é palpável, que é notório, que é flagrante, que é visível, que é indisfarçável: que a nossa legenda do PMDB tem um enorme apelo popular. E ainda, recentemente, V. Ex^a viu em estatísticas publicadas pelo *Jornal do Brasil* que aquele Partido, o MDB, de que nós somos sucedâneos e que marcou época na História do Brasil pela sua posição de resistência democrática, aquela legenda obteve, praticamente em todos os Estados, o dobro do número de votos obtidos pela legenda da Aliança Renovadora Nacional. Mas o pior de tudo isso, nobre Senador Humberto Lucena, é que, ao enviar essa proposta ao Congresso Nacional, o Senhor Presidente da República utiliza aquele arrimo constitucional, o § 2º do art. 51, que avilta e que afronta a dignidade do Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Permita-me, nobre Líder. Eu pediria a colaboração dos Srs. Senadores, porque estando esgotado o tempo do Líder que ainda tem que completar o discurso, que os apartes, pelo menos, sejam feitos dentro do prazo que o Regimento estipula.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a advertência de V. Ex^a Sr. Presidente, e também a contribuição do nobre Senador Mauro Benevides que trouxe valiosíssimos subsídios ao pronunciamento que estou a fazer.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a me permite, nobre Senador?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço, antes de V. Ex^a, o nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard — Nobre Senador Humberto Lucena, o Senhor Presidente da República fez, há dois ou três dias, uma manifestação pelas rádios e televisões deste País, encetando uma campanha pela moralidade dos costumes. Arvorou-se em anjo da guarda da Nação, em face da pornografia e da licenciosidade. Este projeto é um projeto obsceno! É um projeto obsceno!

O Sr. Lázaro Barboza — Muito bem!

O Sr. Paulo Brossard — Parece incrível que a Suprema Magistratura da Nação se sirva dos poderes constitucionais para prostituir a vida pública do País através de um projeto que é a consagração da corrupção eleitoral!

O Sr. Lázaro Barboza — Muito bem!

O Sr. Paulo Brossard — Vou um pouco além. O Senhor Presidente da República disse outro dia, ou repetia outro dia, aquelas palavras que tantas vezes as tem dito, que suas mãos estão estendidas. Mas está estendida a mão direita. Sua Excelência escreve com a esquerda. Com a direita Sua Excelência

lança o pacote eleitoral e com a esquerda este projeto obsceno. São as duas mãos do General Figueiredo. Eu digo com profundo pesar estas palavras; mas, infelizmente, elas são terrivelmente verdadeiras. Nós estamos assistindo a este espetáculo daquele que deveria ser o Primeiro Magistrado da Nação converter-se num cabo eleitoral, num mau cabo eleitoral, que faria corar os piores tempos da República dos carcomidos!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ninguém melhor do que V. Ex^a, nobre Senador Paulo Brossard, homem público eminente, jurista emérito, para emitir o seu ponto de vista sobre esse projeto que eu também chamaria de "monstruoso". V. Ex^a o disse: "Obsceno". Eu o chamei novamente, com licença do Parlamento, de projeto safado. Por que ele não tem outro objetivo senão reabrir, como bem o disse o nobre Senador Tancredo Neves em entrevista à imprensa, o "prazo da corrupção" neste País, corrupção que está sendo feita aí à mancheia!...

O Sr. Paulo Brossard — Que, aliás, é uma das instituições que maior progresso tem acusado neste País, exatamente a corrupção.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Perfeitamente! ... pelo Governo Federal e pelos governos dos Estados, com uma política de clientela desenfreada, grassando o empreguismo que leva à insolvência e à falência os Estados brasileiros que vivem de mãos estendidas pedindo empréstimos internos e externos para sobreviver! É a verdade! Apenas para ilustrar: no meu Estado, a Paraíba, havia apenas 20 procuradores ganhando duzentos mil cruzeiros, por mês, hoje somam 100 ou 150, porque o Sr. Governador do Estado, onde há um advogado do PMDB, oferece a vantagem como prêmio pela adesão.

O Sr. Paulo Brossard — Procuram o quê?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Procuram, nobre Senador, justamente degradar a vida pública brasileira; procuram cada vez mais conspurcar os nossos costumes, num claro propósito de marcharmos para uma democracia em que só os candidatos oficiais podem ganhar as eleições.

O Sr. Paulo Brossard — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a, agora, um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço, pela ordem, o nobre Senador Paulo Brossard. Em seguida concederei o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Brossard — Nobre Senador, V. Ex^a sabe que fui um dos maiores opositores da situação que se decompôs em 1964. Pois bem. Hoje, fazem-se coisas que naquele tempo não se faziam.

O SR. HUMBERTO LUCENA — O depoimento de V. Ex^a, nobre Senador, é um depoimento de um patriota e V. Ex^a tem toda a razão, o Movimento de 1964, segundo dizem, foi feito para combater, entre outras coisas...

O Sr. Paulo Brossard — A corrupção!

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... a corrupção.

O Sr. Lázaro Barboza — Em nome da moralidade.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois bem, antes de 1964 ninguém conhecia mordomia no Brasil, a não ser para o Presidente da República e para os governadores. Hoje, a mordomia é regra geral: em cada Ministério há de 20 a 30 titulares de cargos públicos com mordomia paga pela Nação, sem contar a mordomia das empresas estatais, das entidades de economia mista.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador. Pediria apenas que V. Ex^a fosse breve porque terei que concluir o meu pronunciamento em atendimento à Mesa, já que o meu tempo está esgotado.

O Sr. Leite Chaves — Serei breve, nobre Senador. Como V. Ex^a, participei dos entendimentos da noite em que surgiu este nosso projeto da Lei das Inelegibilidades e ele se confirmou com a promessa solene do nobre Líder do Governo, o Sr. Senador Nilo Coelho, de que ele seria intocável e que o Presidente da República o sancionaria tal qual nós o ajustáramos aqui. A mesma coisa fora dita pelo nobre Presidente José Sarney, a mim pessoalmente e, com mais ênfase, pelo nobre Senador Murilo Badaró, o qual jurou inclusive nestes termos: "Chaves, eu juro em nome da minha pobreza franciscana." Uma pobreza pelo menos conhecida que é a pobreza de votos com que ele chegou aqui, porque ele é Senador indireto. Mas veja V. Ex^a que nem o juramento dos Líderes do Governo — juramento público assegurado ao nosso Partido — é objeto de qualquer consideração. E para minha surpresa V. Ex^a como eu chegávamos nesse instante do Itamaraty onde tivemos um almoço, e o Senador Sarney ao meu lado foi por mim inquirido acerca desse projeto. Ele disse que o ignorava totalmente e que isso não era da alçada dele, quando eu vejo na mensagem a informação do Presidente João Baptista Figueiredo de que

ela era feita a pedido precisamente do Presidente do PDS! Então, que respeito podem merecer esses Senhores, Sr. Presidente, a continuar dessa forma? Que diálogo podemos ter com o Partido do Governo?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato a V. Ex^a por mais essa intervenção.

Sr. Presidente, dirijo-me agora, de modo especial, a V. Ex^a, chamando a sua atenção para as palavras que vou proferir.

Tenho para mim que V. Ex^a do alto de sua autoridade de Presidente do Congresso Nacional não deveria receber o projeto governamental, porque é um projeto flagrantemente inconstitucional. Sabe V. Ex^a que o nosso Regimento estabelece tal dispositivo; senão vejamos. Inconstitucional, por quê? Diz o art. 152, da Constituição:

“A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.”

Ora, a lei federal no caso é a Lei Orgânica dos Partidos Políticos que estabelece, em capítulo próprio, a fusão e a incorporação dos Partidos Políticos. O PMDB e o PP nada mais fizeram senão cumprir rigorosamente o que está na Constituição, e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos e mais do que isso: o que está na instrução baixada pelo Tribunal Superior Eleitoral a respeito da matéria. Tanto assim que, apesar das pressões indiretas sobre o Tribunal Superior Eleitoral, do noticiário alarmante que precedeu o julgamento do processo de representação do Procurador-Geral da República contra a incorporação do PP ao PMDB, aquela colenda corte, por expressiva maioria, julgou constitucional e legal a incorporação do PP ao PMDB. Por conseguinte, nós cumprimos rigorosamente a Constituição e a Lei e não é possível, Sr. Presidente, que a essa altura, depois da incorporação feita, inclusive sob o império de um diploma legal em vigor, alterado apenas pela Emenda Badaró que passou a exigir trinta dias, apenas, para que os descontentes do PP e do PMDB se desligassem para outro Partido, sejamos surpreendidos, posteriormente, por uma lei nova que quer justamente reabrir aquele prazo que se já havia exaurido.

Ora, Sr. Presidente, como pode ser isso se o prazo de trinta dias já passou? Então por que começar o prazo de novo? Quem foi descontente com incorporação do PP ao PMDB já saiu, aproveitando os trinta dias. Agora o que se pretende é criar um prazo de seis meses para forçar a coação do Governo Federal, do Governo Estadual sobre os correligionários do PP e do PMDB, coação de ordem moral, de ordem política e de ordem econômica, para que o PDS possa, aqui e ali colher mais alguns adeptos.

Mas, Sr. Presidente, a mim me parece que esse dispositivo só se deveria aplicar às novas incorporações, de agora por diante, não à incorporação do PP ao PMDB.

Por outro lado, o art. 153 da Constituição estabelece, no § 1º:

“Todos são iguais perante a lei...”

Por que só se reabrir o prazo de filiação para os descontentes com a incorporação? Por que não se estender este prazo a todos os Partidos indistintamente, num substitutivo de ordem geral que dê lugar a que todos os descontentes, antes das eleições, se reposicionem? Aqui mesmo neste Senado, na Câmara, nós conhecemos parlamentares do PDS insatisfeitos no seu Partido e que se aproveitariam de um prazo como este para fazerem novas opções partidárias. Mas, a questão é que o que se pretende é esvaziar a incorporação do PP ao PMDB! É penalizar a incorporação do PP ao PMDB. É uma vingança torpe; já que não conseguiram que a Justiça a derrubasse então estão enveredando pelos caminhos dos casuísmos.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Um momento, nobre Senador Benedito Ferreira.

Nobre Líder, o tempo de V. Ex^a está praticamente pelo dobro. Portanto, pediria a V. Ex^a que não aceitasse mais apartes, porque me constrange imenso que eu tenha, como Presidente, de limitar o tempo do Líder.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Só ouvirei o aparte do nobre Senador Benedito Ferreira e o do nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Benedito Ferreira — O que me preocupa, sendo V. Ex^a um eminente jurista e com a responsabilidade de Líder dos Partidos incorporados, no caso, hoje, do PMDB nesta Casa, é esse prejulgamento de V. Ex^a quanto aos seus pares e seus correligionários. Se não estão descontentes, V. Ex^a disse que todos os descontentes deixaram, a aceitarem a corrupção, como V. Ex^a acusa formalmente o Governo de pretender corrompê-los, não creio que eles seriam dignos de ser pares de V. Ex^a. Com essa manifestação, V. Ex^a, sem ter apresentado, e nem poderia fazê-lo porque parece que a mensagem está chegando, V.

Ex^a prejulga, sem apresentar uma emenda ou sem prometer um substitutivo em ampliando as possibilidades, porque essa abertura atinge também outros Partidos. Mas V. Ex^a, em um julgamento fulminante, radical, intolerante para com os seus pares nesta Casa, generalizando, estigmatizando toda a classe política de um modo geral, como se nem Poder Legislativo tivéssemos, que nos permitisse apresentar emenda ou substitutivo, e V. Ex^a mesmo poderia fazê-lo, modificando essa mensagem que V. Ex^a julga iníqua. Eu não vejo obscenidade nenhuma, sobretudo partindo de V. Ex^as, que ontem clamavam contra a camisa-de-força do bipartidarismo. Hoje, estamos aí lutando, o próprio Governo, paradoxalmente, ontem acusado de submeter-nos a uma camisa-de-força, hoje preocupado em fortalecer e criar condições para os pequenos partidos, ou chamados partidos nanicos. No entanto, o que eu percebo? V. Ex^a, que se tem caracterizado como um liberal nesta Casa, numa atitude de intolerância total, já prejulgando os seus pares como factíveis de aceitarem uma possível vantagem e bandearem-se para o Partido do Governo, uma vez que descontentes eles não estão. Se V. Ex^a tem certeza que todos os descontentes deixaram o PMDB e o PP eu não vejo por que sonegar-lhes esse teste e esta oportunidade que representará este projeto de lei aprovado da forma que ele vem ou emendado pela brilhante inteligência de V. Ex^a. De qualquer forma, eu reitero a minha afirmação. Admira-me e causa realmente espécie que V. Ex^a, aquele que clamava ontem, como muitos outros pares de V. Ex^a, contra a chamada camisa-de-força, hoje queira e lute por ela da forma que vem fazendo. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A mim me parece, nobre Senador, que, realmente, quem ficou insatisfeito com a incorporação dos dois Partidos já deixou o PP ou o PMDB; aproveitou o prazo de trinta dias. Evidentemente, isso é incontestável. Quando me refiro à corrupção, falo na pressão que só o Governo tem poderes para fazer junto a correligionários do PP e do PMDB. No Centro-Sul do País, que é uma região mais próspera, mais desenvolvida, a colheita será mínima. Mas V. Ex^a não desconhece a pobreza das regiões subdesenvolvidas deste País. Não há descontentes e inconformados, mas há necessitados, e muitos desses necessitados fraquejam diante das ofertas do Governo; de um emprego para um filho, de um emprego para um genro, e não é um emprego modesto; é um emprego de marajá; de um empréstimo para uma pequena ou média empresa no Banco do Estado, a juros módicos e a prazo a perder de vista, quando não de uma doação em dinheiro, porque o poder econômico do PDS e do Governo é imenso. Essa é que a verdade incontestável. E é isto que se quer fazer durante os seis meses, até agosto; não é outra coisa, não.

Por outro lado fique V. Ex^a tranqüilo. Nós vamos apresentar esse substitutivo, se por acaso o Presidente do Congresso receber o projeto que, neste momento, estou inquinando de inconstitucional.

E antes de conceder o aparte final ao Senador Paulo Brossard, eu chamaria ainda a atenção do Sr. Presidente Jarbas Passarinho para o disposto no § 3º do art. 153 da Constituição Federal que diz:

“Art. 153.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

Ora, não há o negar que o PP e o PMDB, a esta altura, têm um direito adquirido, qual seja o do esgotamento do prazo de 30 dias. Esse prazo terminou. Então, todo e qualquer prazo novo só poderá ser levado em conta para a incorporação de outros partidos, que não a do PP ao PMDB.

Por outro lado, o ato jurídico perfeito está aí; a convenção conjunta do PP e do PMDB que elegeu o novo Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por conseguinte, é insofismável que esse projeto é flagrantemente inconstitucional e como tal não deve ser recebido pela Mesa do Congresso Nacional.

Ouçõ com muita honra o nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard — O que me parece particularmente grave é que o PMDB continua sendo tratado como se fosse composto de inimigos do Brasil, pelo Governo. Isto é o que me parece particularmente grave. Nós não fazemos parte da comunhão nacional, nós fazemos parte de uma parte suspeita do Brasil. Como se fôssemos estrangeiros, como se não participássemos da sociedade brasileira. Esse é o tratamento que o Governo do País dá à Oposição, neste País.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a tem toda razão. A propósito lembro a afirmação do ex-Presidente Geisel, que nos chamou de “inimigos do Brasil”, quando apenas somos adversários do Governo; somos apenas opositores ao regime que aí está, pois o que nós queremos para o Brasil é uma democracia plena, de caráter representativo e popular.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a me permite uma ligeira observação?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Vai depender da benevolência do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A benevolência em favor de uns é a violência contra os outros. Há oradores inscritos que me pressionam para falar, o tempo é incompressível, se nós ficarmos dando oportunidade a que um orador possa passar pelo dobro do tempo que lhe é permitido e através de apartes ainda triplicar essa oportunidade de falar, eu estou prejudicando o restante da lista. Por isso, peço ao nobre Líder que não receba mais apartes.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Lamento não poder conceder o aparte ao nobre Senador Benedito Ferreira que, no entanto, poderá, em outra oportunidade, fazer outras considerações da tribuna.

O Sr. Benedito Ferreira — Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas, Sr. Presidente, não fica apenas na reabertura de prazos para os descontentes com a incorporação o projeto do Governo. Vai além: contém uma inovação irritante, de uma incoerência sem igual — extingue o voto de legenda. E por que suprime o voto de legenda? Porque a legenda do PDS não vale nada, o povo não quer saber de PDS. O povo quer votar na legenda do PMDB. Há muitos brasileiros, em todos os Estados, que não querem sufragar determinados candidatos, mas votam no PMDB, como um protesto contra o estado de coisas que aí está. Pois bem, mais uma punição às oposições brasileiras: o voto de legenda não poderá ser utilizado pelo eleitor, sob pena de nulidade.

O Sr. Paulo Brossard — É para fortalecer os partidos...

O SR. HUMBERTO LUCENA — E quais são as legendas de que o Governo tem medo? As legendas da Oposição: PMDB, PT, PTB, PDT, partidos da Oposição.

Enquanto isso, na mensagem que encaminhou ao Congresso Nacional, instituindo a vinculação total dos votos, justificou-se o Governo dizendo que pretendia prestigiar, valorizar os partidos políticos, os novos partidos que estavam em organização. Então, são dois pesos e duas medidas...

Não, o que se quer realmente é massacrar a Oposição; é deixar os partidos de Oposição e seus candidatos no canto da parede, numa situação sem igual.

Tanto assim, que na próxima semana voltarei à tribuna para denunciar a demora na reformulação da Lei Falcão, que é fundamental para a democracia, para que tenhamos direito ao acesso ao rádio e à televisão; para que possamos fazer o grande debate perante o povo brasileiro, mostrando-lhe as mazelas deste Governo e deste regime.

Mais do que isso, Sr. Presidente, o que se pretende vergonhosa e despuadoradamente não é apenas manter a Lei Falcão, é criar a propaganda paga para estimular os abusos do poder econômico...

O Sr. Paulo Brossard — O império do poder econômico.

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... dos milionários, dos homens de dinheiro.

O Sr. Paulo Brossard — Dos negociastas.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Neste instante, eu me volto para o Presidente Jarbas Passarinho, para me congratular com a entrevista corajosa de S. Ex^a, discordando frontalmente dessa opinião emitida por alguns setores do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao terminar estas palavras, quero fazer desta tribuna, em nome do PMDB, uma advertência ao Senhor Presidente da República: Sua Excelência é o responsável pela radicalização do processo político brasileiro...

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sua Excelência suprimiu todas as possibilidades de diálogo com o meio político.

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não sei o que se esconde nas intenções de Sua Excelência...

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... mas projetos como este não levarão senão a um crescente passionalismo dentro e fora do Congresso Nacional.

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Nós, por mais seremos que sejamos, não podemos ficar tranquilos, estamos perplexos, revoltados e profundamente decepcionados com esta posição antidemocrática, prepotente, ditatorial, contra o povo e contra o Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 17-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Para uma explicação pessoal.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Realmente, como Líder do ex-MDB na Câmara dos Deputados e, depois, como Vice-Líder do MDB na Câmara e hoje como Líder do PMDB no Senado, sempre me bati para que o meu Partido elaborasse um projeto alternativo para o Brasil.

O nobre Senador Roberto Saturnino foi um dos entusiastas da idéia. Encontramos sempre dificuldades, que eram naturais, diante da heterogeneidade da agremiação a que pertencíamos.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo dizer neste instante, pelo que me informa o nobre Presidente Ulysses Guimarães, que há um grupo de trabalho designado por S. Ex^a, que se encontra em São Paulo cuidando, com todo informe da elaboração desse projeto alternativo do PMDB para o Brasil, que contará com a contribuição de renomados técnicos e intelectuais que, inclusive, militam na Universidade de São Paulo.

Ouvi, atentamente, as palavras do Senador Roberto Saturnino. Nesta hora, como Líder da Bancada do PMDB, no Senado, só tenho a lamentar o desligamento de S. Ex^a das nossas fileiras, enaltecendo a sua personalidade e prescultando-lhe nossos agradecimentos pelos valiosos serviços que prestou não só ao PMDB, como à causa democrática brasileira.

O Sr. Paulo Brossard — Muito bem!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de registrar nos Anais a minha estranheza pela forma contundente com que o nobre Senador Roberto Saturnino se referiu ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, porque, se não me falha a memória, S. Ex^a — a quem rendo as maiores homenagens pela sua inteligência, pelo seu talento, pela sua cultura — foi eleito Senador, em 1974 sob a legenda do ex-Movimento Democrático Brasileiro com o apoio ostensivo do então Governador Chagas Freitas e de todos os seus correligionários.

O Sr. Roberto Saturnino — Desculpe, nobre Senador. A eleição foi processada separadamente. Fui eleito só pelo antigo Estado do Rio e não recebi nenhum apoio e nem tive qualquer ligação do Sr. Chagas Freitas. V. Ex^a se equivoca meu grupo se ligava ao grupo do então Senador Amaral Peixoto.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Do antigo Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Roberto Saturnino — Só uma retificação.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas há fotografias de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Peço que não sejam dados mais apartes, já que o orador está com a palavra para explicação pessoal.

O SR. HUMBERTO LUCENA — ...na imprensa, ao lado do Governador Chagas Freitas e de outros correligionários do MDB do então Estado da Guanabara. Depois me lembro também, já que V. Ex^a trouxe à baila este assunto, para nós desagradável, de que houve um acordo no Rio de Janeiro, concluído com a concordância de V. Ex^a, do Senador Nelson Carneiro e do Senador Amaral Peixoto, sob a fiança do então Deputado Tancredo Neves com o Governador Chagas Freitas. Tudo isto é incontestável.

Mas o que acentuo também é que V. Ex^a, que hoje traz ao Plenário do Senado a denúncia das corrupções no Rio de Janeiro, e nos adverte para que sejamos mais moderados ao acusar o Governo Federal de corrupto, não tenha antes, quando pertencia ao MDB, do qual fazia parte o Sr. Chagas Freitas, o Sr. Miro Teixeira e todos os seus correligionários, não tenha antes feito da tribuna do Senado qualquer denúncia nesse sentido.

Esta é a verdade que não poderia deixar de ser enfatizada no momento em que, com todo respeito, lamento a decisão de V. Ex^a de deixar nossa Bancada.

Renovo mais uma vez os agradecimentos de toda a nossa Bancada pelo seu inestimável concurso, não só ao PMDB, como à luta pela redemocratização do País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 17-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias, o nobre Senador Humberto Lucena fez referência a fatos ocorridos na cidade de Alagoinhas, no Estado da Paraíba. Acusa S. Ex^a ao Governo de agir, policialmente, contra vereadores do PMDB, naquela cidade.

Recebi, Sr. Presidente, uma carta que foi dirigida pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, relatando o que, realmente, ocorreu naquela cidade.

Vê-se, desse relato, que a Oposição é sempre expedida no sentido da exploração da versão embora nem sempre se comprometa com os fatos. Por outro lado, nós, da situação, quase sempre nos confiamos na prevalência da verdade, esquecidos de que, muitas vezes, a versão pode trazer sérios prejuízos embora apenas algum tempo.

Passo a ler, Sr. Presidente, a informação que me chegou às mãos, e que vem assinado pelo Sr. Euclides Pereira de Mendonça, do Gabinete do Ministério da Justiça:

Of.GM/SA/0232

Brasília, em 17 de março de 1982

Senhor Senador

Relativamente aos episódios denunciados pelo Senhor Senador Humberto Lucena e concernentes a Alagoinhas/PB, tenho a honra de informar que este Gabinete, em contato telefônico diretamente com o eminente Governador Tarcísio Burty, apurou o seguinte:

1) A Câmara Municipal daquela Cidade, em que o PDS é majoritário, funciona no prédio da Prefeitura e, durante à noite, ele-

mentos do PMDB ergueram uma parede separando o plenário das outras dependências;

2) O Prefeito, do Partido Democrático Social, fez demolir a parede construída sem autorização e pediu garantias policiais para sua segurança e para evitar repetição do fato, no que foi prontamente atendido pelo Senhor Governador.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração. — *Euclides Pereira de Mendonça*, Chefe do Gabinete.

Com se vê, Sr. Presidente, não houve nenhuma agressão policial da parte do Governo, contra os vereadores do PMDB; ao contrário houve a desoras, a prática de um ato arbitrário, por esses mesmos vereadores, tendo a prefeitura, simplesmente, adotado as providências necessárias para garantir o funcionamento dos seus trabalhos. Não se cometeu qualquer arbitrariedade; não houve qualquer precipitação das autoridades, que agiram, pura e unicamente, com o objetivo de manter a ordem e garantir o normal funcionamento da prefeitura e da câmara municipal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1982

Às dez horas do dia onze de março de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema — Presidente, João Calmon, Gabriel Hermes, João Lúcio e Lomanto Júnior, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Eunice Michiles, Franco Montoro e Gastão Müller.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente solicita ao Senador João Calmon que assuma a Presidência para que possa relatar os seguintes Projetos:

Projetos de Lei da Câmara nº 125, de 1981, que “autoriza a doação, à Sociedade Brasileira de Geografia, do domínio útil do terreno que menciona, situado no Município e Estado do Rio de Janeiro”.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer; e,

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1981, que “autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

Reassumindo a Presidência, o Senhor Presidente, registra o falecimento do Senador Adalberto Sena, consignando em Ata, Voto de Profundo Pesar pelo ocorrido, fato que será comunicado em telegrama de condolências à família de extinto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.